UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CANTARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – CCHE/ FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

Denise de Paulo Matias Prochnow

AS LIÇÕES DA SÉRIE FONTES

no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina

(1911-1935)

Florianópolis
2009

Denise de Paulo Matias Prochnow

AS LIÇÕES DA SÉRIE FONTES
no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina
(1911-1935)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive
Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Florianópolis
2009

A Jonny, meu esposo,
minha mãe e minha avó.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de expressar a minha gratidão às pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a efetivação deste trabalho:

À minha orientadora, professora doutora Gladys Mary Ghizoni Teive, a quem sou eternamente grata pela oportunidade, pela dedicação, sensatez e incentivo em todos os momentos, além de ter me brindado com a bela amizade e carinho.

Às professoras doutoras Maria Teresa Santo Cunha e Maria Helena Câmara Bastos, por aceitarem integrar a Banca, e pelas valiosas contribuições e sugestões no momento da qualificação;

Aos professores Celso João Carminati, Gladys Mary Ghizoni Teive, Maria Teresa Santos Cunha e Sílvia Arend Fávero por proporcionar preciosos momentos de discussão em aula, pelos ensinamentos, pelas sugestões de livros e orientações durante a trajetória da pesquisa.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa concedida, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e pela acolhida e apoio do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação) da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente ao Anderson Neves e Gabriela Vieira, pela dedicação com que levam suas tarefas, a preocupação e o carinho com o alunado do PPGE.

À Ada Carolina Fontes, por ter me disponibilizado importantes fontes documentais, fundamentais para minha pesquisa.

Aos queridos amigos do mestrado Ângela Beirith, Denise Araújo Meira, Virgínia Pereira da Silva Ávila, Marcos Roberto Martins, Maria Clarete Borges Andrade, Maria Cristina Martins e Vanessa Picolli, pela amizade, carinho, pelas conversas e trocas de conhecimentos, pelos encontros descontraídos e alegres.

Ao Raimundo Paraski, pelo auxílio na tradução, e ao Orlando Prochnow pelas impressões.

À minha família e amigos, pelo incentivo, confiança e paciência na ausência resultante da dedicação aos estudos.

Ao meu esposo Jonny, a quem dedico este trabalho, pelo apoio, confiança, e por suportar pacientemente minhas angústias e anseios, agradeço sua doce companhia, o amor e o carinho de todas as horas…

A todos o meu sincero agradecimento!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise da Série Graduada de Leitura Fontes tendo como parâmetro a Reforma da Instrução Pública de Orestes Guimarães, realizada em Santa Catarina entre os anos de 1911 a 1935. Partindo do pressuposto da instituição do ensino laico nas escolas públicas, fio condutor da reforma citada, busca-se identificar ajustes ou desvios entre os conteúdos educativos veiculados na Série Fontes e as determinações regulamentares oficiais a que os livros escolares estavam submetidos. Com base em documentos oficiais e jornais do período será traçado um panorama dos conflitos que se sucederam em torno do afastamento dos preceitos religiosos e da moral cristã das escolas, visando detectar possíveis interferências na composição de lições presentes na Série Fontes, suas causas e consequências.

Palavras chave. Livros de leitura. Série Graduada de Leitura. Manual Escolar. História da Leitura.

ABSTRACT

This research has the purpose of analyzing the “Série Graduada de Leitura Fontes”, taking as parameter the Public Education Reform of Orestes Guimarães, which happened in Santa Catarina during the years of 1911 through 1935. Assumed the non religious teaching in the public schools, guideline of mentioned reform, it examines adjustments and deviations between educational contend published in the “Serie Fontes” and the regulatory official determinations to which the text book was submitted. Based on official documents and newspapers of that period we will draw a view of the conflicts resulting from the separation from the religious principles and Christian moral of the Schools, taking aim to detect possible interferences in the lessons composition of the “Serie Fontes”, its causes and consequences.

Key words: Reading Books, “Serie Graduada de Leitura”, School Handbook, Readings History.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS 9
ABRINDO O LIVRO... O começo da leitura..... 12
O livro escolar – objeto para ler e estudar 15
1 – OS REPUBLICANOS E A BANDEIRA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: O CONTEXTO BRASILEIRO 22
1.2 – Santa Catarina e a necessidade de reforma na instrução pública 24
2 - A REFORMA DE ORESTES GUIMARÃES 30
2.1 – A pedagogia moderna e o método de ensino intuitivo 36
2.2 – Série graduada para a escola graduada 39
2.3 – O Regimento de 1914 46
2.4 – O Programa dos Grupos Escolares sob a égide da reforma orestiana 54
3 - HENRIQUE DA SILVA FONTES E A ORGANIZAÇÃO DA SUA SÉRIE GRADUADA DE LEITURA 62
3.1. Além do ensino laico, o ensino religioso..... 68
3.2 - A Série Fontes 75
3.3 – As lições e temas da Série Fontes..... 90
3.4 - O Quarto Livro – um diferencial..... 117
3.5 – A religiosidade na Série Fontes 125
FECHANDO O LIVRO - Considerações finais..... 136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hasteamento à Bandeira - alunos no pátio do G. E. Conselheiro Mafra, Joinville/SC, s/d. 24
Figura 2 – Entradas masculina e feminina do Grupo Escolar Victor Meirelles 32
Figura 3. Planta-baixa (tipo padrão) de um grupo escolar. 32
Figura 4. Prédios dos grupos escolares. Acima, à esquerda e à direita G.E. Lauro Müller, Florianópolis, abaixo G.E. Silveira de Souza. 33
Figura 5. Classe do 3º ano primário da Profª. Virgínia Fontes do G.E. Victor Meireles, 1929 / Itajaí. 35
Figura 6. Laboratório do G. E. Conselheiro Mafra. 38
Figura 7. Listagem dos livros a serem adotados nas escolas preliminares 40
Figura 8. Alunas do G. E. Conselheiro Mafra - Joinville. s/d.....41
Figura 9. Alunas na biblioteca do G. E. Conselheiro Mafra - Joinville. s/d..... 42
Figura 10 e 11. Capa do Terceiro Livro da Série de Francisco Vianna. Anúncio no “Jornal de Joinville” em 18 de março de 1919.....44
Figura 12. Alunos no pátio do G. E. Conselheiro Mafra. 47
Figura 13 e 14. Alunos em comemoraçãoe aluna declamando no pátio do G. E. Silveira de Souza/ Fpolis 48
Figura 15. Boletim do G. E. Luis Delfino, em Blumenau. 1914. 50
Figuras 16. Folhas do Livro de Chamada do G. E. Conselheiro Mafra/Joinville.....51
Figuras 17. Programa dos grupos escolares e escolas isoladas de 1928. 58
Figura 18. Relação dos livros a serem adotados a partir de 1928.....59
Figura 19. Henrique da S. Fontes – Formatura na Faculdade de Direito no Paraná..... 62
Figura 20. Anúncio Jornal A Época/Fpolis, de 22 jan 1921. 64
Figura 21. Primeiro ao Quarto Livro de Leitura da Série Fontes. 67
Figura 22. Primeiro Livro (1945, p. 5,6). 90
Figura 23. Primeiro Livro, 1945, p.9. 92
Figura 24. Primeiro Livro, 1945, p.44,45. 93
Figura 25. Primeiro Livro, 1945, p.20,21. 94

Figura 26. Primeiro Livro, 1945, p.34, 35. 97
Figura 27. Segundo Livro, Série fontes, 1920, p.11. 98
Figura 28. Primeiro Livro, Série Fontes - 1945, p.25,26. 100
Figura 29. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.10. 101
Figura 30. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.19. 102
Figura 31. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.29, 30. 103
Figura 32. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.07. 105
Figura 33. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.131, 132. 108
Figura 34. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.21. 110
Figura 35. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p35, 36. 111
Figura 36. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.7, 8. 112
Figura 37. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.128, 129. 114
Figura 38. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.36. 115
Figura 39. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.52. 116
Figura 40. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, índice. 118
Figura 41. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.53. 121
Figura 42. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.143, 144. 124
Figura 43. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.22, 23. 125
Figura 44. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.49, 50. 126
Figura 45. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.12-13. 128
Figura 46. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.12, 13. 129
Figura 47. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.8, 9. 129
Figura 48. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.114,115. 130
Figura 49. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.138, 139. 131
Figura 50. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.25. 132
Figura 51. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.38, 39. 133
Figura 52. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.143.....,.....134

.

O saber é a ciência de tudo por Deus criado: É luz à nossa existência , é um tesouro estimado.

Delrninda da Silveira
Série Fontes

ABRINDO O LIVRO... O começo da leitura

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o conteúdo dos textos que compõem a Série Graduada de Leitura Fontes, adotada nas escolas públicas catarinenses no período compreendido entre 1920 até meados de 1950. A escolha da Série Graduada de Leitura de Henrique Fontes como objeto de minha investigação ao nível de mestrado deu-se a partir de minha participação como bolsista de iniciação científica na pesquisa intitulada "As lições dos grupos escolares: um estudo sobre a incorporação do método intuitivo ou lições de coisas nos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935)", coordenada pela professora Doutora Gladys Mary Ghizoni Teive, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da UDESC, a qual investiga os pressupostos da Reforma Orestes Guimarães, especialmente do método de ensino intuitivo, na cultura escolar dos sete primeiros grupos escolares implantados em Santa Catarina..

O contato com os pressupostos da reforma orestiana[1], até então desconhecida para mim, as ideias de seu idealizador, o professor Orestes Guimarães, e os pressupostos da pedagogia moderna de quem ele era o porta-voz em Santa Catarina, colocaram-me diante de uma gramática escolar que não imaginava ter sido posta em prática no início do século XX em Santa Catarina. Com a reforma, as escolas públicas catarinenses sintonizaram-se com o que havia de mais moderno no que se refere à educação escolar no Estado de São Paulo, na época considerado vanguarda no campo educacional brasileiro, e com o que acontecia nos EUA e principais países da Europa. Neste projeto de escola, dito moderno, o livro de leitura ocupava um espaço singular, diferente do papel até então ocupado pelos compêndios. Os livros de leitura indicados pelo reformador Orestes Guimarães para a escola primária catarinense foram os da Série Graduada de Francisco Viana, seu colega de Curso Normal na Escola Normal da Praça da República em São Paulo, que como ele era ferrenho defensor das ideias iluministas e positivistas. Ocorre que em 1918, ano em que Orestes Guimarães deixou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública para assumir um

[1] O termo "reforma orestiana" foi cunhado pela Professora Gladys Mary G. Teive em seus estudos sobre o método intuitivo, durante a reforma do ensino de Orestes Guimarães em Santa Catarina. Ver (TEIVE, 2008).

cargo federal, o professor Henrique da Silva Fontes o substituiu no referido cargo. Logo de início, Fontes começou a fazer algumas modificações que considerava necessárias à educação primária. Dentre elas a substituição da série graduada de Francisco Viana pela serie que popularmente ficaria conhecida como Série Fontes. Católico praticante, o professor Fontes deu à sua cartilha fortes contornos morais e religiosos, o que, à primeira vista, se distanciaria do ideário laico republicano, característico na primeira série graduada de leitura adotada no início da reforma orestiana. E é justamente esta questão que me estimulou a realizar esta pesquisa.

Amparada nos pressupostos da História Cultural, buscarei, neste estudo, traçar uma versão da cultura material escolar, representada pelo livro de leitura, não como objeto neutro e isolado de uso escolar, mas como um importante instrumento de formação e incorporação de condutas e pensamentos desejáveis nos estudantes das escolas públicas primárias de Santa Catarina nos anos 1910 a 1930. Ao fazer uma interface ente a literatura escolar com o discurso republicano e as normativas para a escola pública, pretendo verificar o quanto o livro pode estar a serviço do ideário de sociedade almejado por intelectuais e elites num dado período e numa determinada região.

Como bem explica Diane Valdez (2004, p.223), “a análise da documentação escrita deve ser criteriosa, buscando revelar o que não foi dito, pois ela traz representações e alguns significados que precisam ser construídos, tendo como referência, principalmente, a contextualização no momento da averiguação.” E isso para que se evite uma visão anacrônica na hora da análise dos documentos. No caso da leitura, ainda mais cautela se deve ter, pois nem sempre a conjuntura histórica corresponde ao teor encontrado nos textos. Para isso, há que se ter um olhar que ultrapasse as fontes literárias, há que se ter respaldo de uma concepção teórica acerca do momento estudado, o contexto social, econômico e político.

Para este trabalho, apropriei-me de estudos já realizados sobre as séries graduadas no Brasil; sobre o autor da Série Fontes, artigos de jornais da época, documentos e normativas oficiais para a escola pública catarinense, e a literatura escolar utilizada no período delimitado, em busca das respostas para questionamentos, tais como: que papel o livro de leitura assumia perante a comunidade escolar e fora da escola? Que intencionalidades estão presentes na literatura? Que concepção de criança e de aluno se

pode identificar nestes manuais escolares a partir da seleção dos textos? Quem é e de onde fala o autor? Corresponderia a Série Fontes aos pressupostos consubstanciados na reforma Orestes Guimarães? Que aproximações ou divergências são observadas entre discurso e prática, considerando o livro de leitura como artefato da prática escolar?

O livro escolar – objeto para ler e estudar

Os estudos sobre os livros didáticos constituem trabalho fecundo na medida em que nos ajudam a compreender como determinado pensamento pedagógico se materializa, como representa parte de práticas inovadoras ou cristalizadas dos docentes, das políticas governamentais, pedagógicas ou editoriais, das relações com o público para os quais se destinam e o diálogo destes materiais com outros produtos culturais de seu tempo. (MACIEL e FRADE, 2003)

Visto como um dispositivo privilegiado na transmissão dos valores considerados válidos e legítimos para uma dada época, buscarei estabelecer, a partir da análise da Série Fontes, as relações entre concepção de escola, infância e sociedade, vinculadas às pistas e rastros deixados por documentos oficiais do período. Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar o contexto, a localização da literatura no cenário escolar catarinense e as reverberações do livro didático como dispositivo curricular de controle e, portanto, político.

Entendido como objeto cultural e espaço de memória, na perspectiva de Roger Chartier, o livro expressa valores, atitudes e representações hegemônicas da sociedade que o produziu. Constitui, desta forma, importante instrumento para compreender o estatuto de verdade que foi adquirindo no meio escolar, bem como a autoridade e legitimidade conferidas ao seu conteúdo. Por esta via, julgo que a Série Graduada Fontes constitui valioso documento para conhecer valores, perfis e sensibilidades, senão do povo catarinense, daquilo que seu autor, o professor Henrique Fontes, projetava como ideal a ser ensinado nas escolas públicas primárias. Nesse ideal estão contidas intenções do autor ou de um coletivo que se apoiava na sua figura intelectual, e nos valores por eles legitimados, para serem propagados através da literatura infantil.

Outro aspecto de fundamental importância é a localização da Série Fontes no contexto da reforma da Instrução Pública Catarinense. Operacionalizada pelo professor paulista Orestes Guimarães, a referida Reforma trouxe para o Estado catarinense a modernização do ensino, tendo como parâmetro a reforma da instrução paulista. De acordo com Teive (2008), a Reforma Orestes Guimarães foi iniciada pela reformulação da Escola Normal Catarinense, da Inspetoria de Instrução Pública e da escola primária, através da implantação dos primeiros grupos escolares catarinenses. Centrada nos pressupostos da

pedagogia moderna e de seu principal ícone - o método de ensino intuitivo – esta reforma reservava ao livro de leitura um papel bastante peculiar no currículo escolar. Deveria o livro de leitura contemplar os diferentes assuntos escolares, desde a história e a geografia do Brasil até conteúdos de higiene, que ensinassem às crianças a "forma correta" de se portar. Será através de seus conteúdos que buscarei uma análise mais pontual no que concerne aos conhecimentos legitimados, de modo a responder questões como, por exemplo, que indivíduo a escola primária pública catarinense, através destes saberes, pretendia formar? Por que e para quê?

O estudo do livro, especificamente do livro utilizado nas escolas, tem levado diversos autores a se interrogarem sobre usos e saberes transmitidos no ambiente escolar. Constitui-se, segundo Roger Chartier, num campo interessante de pesquisa ao possibilitar um território vasto de investigação. É neste sentido que

> o duplo registro histórico do ensino escolar e de seus suportes liga-se à própria definição de leitura e de seus fins (porque, no primeiro caso, a alfabetização funcional utiliza como suporte na escola, as cartilhas, os silabários, os catecismos - material que mistura uma didática religiosa elementar com a aprendizagem da leitura), enquanto que a abertura da leitura aos valores que a vinculam a uma definição do indivíduo, de uma nação ou de uma cultura, leva a inventar manuais e a enriquecer seus conteúdos. (CHARTIER, 2001, p.77-78)

Roger Chartier defende o poder de eficácia de "mensagens ideológicas" presentes nos manuais e textos didáticos. Estes, atreladas ao contexto e aos usos que deles são feitos demonstram que "a força da imposição das significações depende das condições históricas nas quais são manipuladas" (BOURDIEU e CHARTIER, 2001, p.250).

Desta forma, ao optar pela Série Graduada de Leitura Fontes, e considerando as rupturas do momento, dentre elas, a institucionalização do ensino laico em detrimento do ensino religioso nas escolas públicas, faz-se pertinente relacioná-la e singularizá-la frente às mudanças políticas e sociais a que esteve ou não submetida. Nesta Série é possível verificar a expressão de uma visão de mundo própria de sua época, com objetivos e ideais específicos de construção de determinadas subjetividades e identificações. Produzir o cidadão polido, civilizado, patriota, higiênico e trabalhador foi objetivo da escola republicana e de suas lições diárias. Neste sentido, a Série Fontes nos dá mostras dos preceitos e valores daquele momento, ora em consonância com os ideais em voga, ora

mesclando ou adicionando outros, como os religiosos, por exemplo, o quais, segundo a legislação vigente, deveriam estar fora do currículo escolar.

Segundo Bourdieu, o livro possui um extraordinário poder ao se tornar modelo de vida. É o algo que permite agir a distância capaz de transformar visões de mundo e práticas cotidianas pelo seu poder simbólico, ou seja, "o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais" (BOURDIEU e CHARTIER, , p.243). Jean Hébrad (2002, p.35) também declara que "o ensino da leitura é um meio de transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais que são seu alvo". Perante o que dizem estes autores, é possível inferir que a Série Fontes, no período em que circulou entre as escolas públicas de Santa Catarina, contribuiu para produzir, modificar ou reforçar formas específicas de ser e de pensar em seus leitores.

Roger Chartier e Daniel Roche nos falam do signo de poder que ao livro é reservado, "poder do conhecimento de um universo inventariado, então dominado; poder das idéias que podem, senão mudar o mundo, ao menos reformar o Estado" (CHARTIER e ROCHE, 1995, p.107).

Ao considerar o livro como "sistema historicamente contingente de relação cujos efeitos produzem poder", procurarei explorar, como orienta Thomaz Popkewitz (1994), os sistemas particulares de ideias e regras de raciocínio que estão na Série Fontes entranhados. Isto significa, na visão deste autor, tomar a razão e a racionalidade como objetos de questionamentos, ou seja, no espaço desta pesquisa, explorar os sistemas contidos nos textos da Série Fontes.

Estudiosos defendem que o livro possui um poder incomparável de penetração e de irradiação, assegurando, num tempo mínimo, a difusão das ideias, criando, assim, entre todos os que usam o pensamento, novos hábitos de trabalho intelectual (FEBVRE e MARTIN, 1989). Sendo assim, pela centralidade que vai adquirindo na cultura escolar, o livro escolar torna-se objeto privilegiado em qualquer análise que se pretenda dar conta dos conhecimentos legitimados pela escola. É claro, considerando que estes saberes correspondem ao "resultado de uma série de esforços de grupos humanos mais ou menos organizados que no decorrer do tempo foram promovendo escolhas e selecionando os saberes a serem veiculados às novas gerações" (GATTI JR., 1997, p.34).

Alan Chopin (2002) ensina que, ao veicular um sistema de valores morais, religiosos e políticos, o livro conduz ao grupo social que lê à emancipação, mas também ao doutrinamento da juventude. Nesta direção, as séries graduadas de leitura se inseriam num conjunto de dispositivos escolares, que na perspectiva de Anne-Marie Chartier (2002) serviam para designar o quadro organizado e explícito de intervenções duráveis e claramente direcionadas (dispositivos de formação, de aprendizagem, etc). O livro escolar constituiria, assim, um dispositivo que na medida em que servia para assegurar um determinado fim educativo, também andaria em conformidade com os interesses a que estava sujeito.

A Série Graduada Fontes, adotada a partir de 1920, ainda na reforma Orestes Guimarães, conformava um conjunto de valores difundidos no discurso republicano: patriotismo, moralismo, noções científicas, normas de padrões sociais, cultivos a antigos e novos valores (valor ao estudo, à natureza, à família, ao lar, ao trabalho, à higiene e cuidado com o corpo e alimentação). Nela se observa, também, o culto aos heróis nacionais, aos símbolos nacionais, aos governantes políticos, bem como a consciência de ser criança, suas responsabilidades e brincadeiras. Além destes temas, as lições da Série Fontes apresentam traços um tanto distanciados das disposições republicanas. Algumas lições selecionadas por Henrique Fontes remetem aos valores cristãos, deixando em segunda ordem os pressupostos de ensino laico estabelecido em lei.

Por todas estas considerações é que ganha importância o estudo e análise do livro didático. Portador dos saberes selecionados, torna-se objeto privilegiado para desvendar o ensino das lições escolares. Privilegiado pela sua força cultural e existência material, porém não exclusivo, pois deve ser cruzado com outras fontes dentro de um processo mais amplo de análise da escolarização brasileira.

Para apresentar as análises, este documento foi organizado em três capítulos: no primeiro, irei traçar um panorama geral do contexto nacional e catarinense apontando as perspectivas e ideário do discurso republicano; no segundo capítulo, abordarei os pressupostos e determinações da reforma da instrução pública de 1911, encabeçada pelo professor paulista Orestes Guimarães. O livro, na forma de série graduada de leitura, será destacado frente às mudanças educacionais trazidas com a inauguração dos primeiros grupos escolares. O lugar que o livro ocupava no currículo escolar das escolas públicas

primárias será também analisado neste bloco, tendo em conta os programas e regimentos dos grupos escolares e escolas isoladas. No terceiro capítulo, em que entra em cena o professor Henrique da Silva Fontes, autor da Série Graduada Fontes, serão analisadas as lições educativas (moral-cívico-religiosa) dos quatro livros de leitura da Série, a fim de encontrar ajustes ou desvios com relação à reforma de Orestes Guimarães no que concerne ao ensino laico nas escolas públicas.

Partindo de algumas suspeitas, construí a hipótese de que Henrique Fontes, através da sua série de leitura graduada, deixava em segundo plano o caráter laico da educação escolar, tão fervorosamente defendido pelos republicanos e, particularmente, por Orestes Guimarães. No período em que esteve coordenando a Reforma, como diretor da instrução pública, Orestes Guimarães indicou, oficialmente, a Série Graduada de Francisco Viana, a qual foi substituída pela Série Fontes assim que o reformador deixou o cargo. O professor Fontes, ao substituir Orestes Guimarães na direção do ensino catarinense, em 1920, iniciou a organização de sua Série, implantando-a neste mesmo ano. Em suas lições é possível verificar que, apesar da exclusão do ensino religioso no currículo escolar, Henrique Fontes, seja por sua formação católica ou mesmo por suas convicções, deixa entrever aspectos que valorizam a religiosidade, seja com ensinamento de caridade e de fé, ou até mesmo vinculando a religiosidade ao sentimento patriótico.

A fundamentação teórica para a análise dos conteúdos da Série Fontes, neste último capítulo, está alicerçada em trabalhos de estudiosos como Jean Herbrard, Alain Chopin e Anne-Marie Chartier, Ruth Wornicov, Cyana Leahy e de Gladys Mary Ghizoni Teive, Marisa Lajolo, Regina Zilberman, Diana Vidal, Décio Gatti Junior, dentre outros.

No que se refere às fontes de pesquisa, analisarei os conteúdos do Primeiro Livro de Leitura (1938, 1945 e 1951); Segundo Livro de Leitura (1920, 1922 e 1945); Terceiro Livro de Leitura (1939, 1951); e Quarto Livro de Leitura (1940, 1949), todos de autoria de Henrique Fontes. Também servirá de contraponto o “Terceiro livro de leituras infantis”, de 1917, de autoria de Francisco Vianna (livro indicado por Orestes Guimarães); outras fontes que cruzadas com as Séries são: o “Parecer sobre a Adopção de Obras Didácticas”, de autoria de Orestes Guimarães; o “Relatório do Colégio Municipal de Joinville”, 1907 a 1909, também de sua autoria; as mensagens e relatórios dos Governadores do período da Reforma Orestes Guimarães: 1911-1935; os artigos de jornais da época, como o Semanário

“A Época”, de Florianópolis, de 1910 a 1921, o “Jornal de Joinville”, de Joinville, 1919; o Jornal “O Pharol”, de Itajaí, de 1914, e o Jornal “Blumeneur Zeitung”, de Blumenau, 1913.

Alguns estudos acerca da Série Fontes e sobre Henrique da Silva Fontes também foram utilizados. Como a dissertação de mestrado de Paulete Maria Cunha dos Santos: “Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950)”, defendida em 1997, que aborda as lições de civilidade e de civismo desta coleção, o que contribuía para a formação do cidadão cortês, polido e patriota, dentro da perspectiva da História Cultural; “A correspondência epistolar de Henrique da Silva Fontes”, de Mara Aguiar Souza Preuss, dissertação defendida em 1998, que além de tratar da análise das correspondências trocadas por este autor, traz alguns aspectos das produções de Henrique Fontes no período estudado (a Cartilha Popular e a Série Graduada); o livro “Tempo de Ordem – a construção discursiva do homem útil”, de José Isaías Venera, 2007, que, apoiado na perspectiva foucaultiana, traz a Série Fontes como importante meio discursivo e formativo do modelo de homem trabalhador para a sociedade moderna, adaptado aos meios e fins da política social e econômica do período em que circulou; o livro: “In memoriam: Henrique da Silva Fontes”, 1966, de Lewis Hayes Funke, que mostra traços da personalidade deste autor; e o “Centenário de Nascimento de Henrique da Silva Fontes – aspectos da vida e da obra”, da edição do Conselho Estadual de Cultura, de 1986, que traz depoimentos e mensagens de amigos e colegas, rememorando fatos ou experiências com ele compartilhados.

Pode-se dizer que o diferencial do presente estudo está na contextualização da Série Fontes ante a Reforma de Orestes Guimarães, e especialmente nas análises mais específicas de lições que indicavam a intencionalidade do autor frente às determinações legais, ora se aproximando, ora destoando do que estava oficialmente previsto em Decretos, Regimentos e Programas dos grupos escolares e escolas isoladas.

Embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, não poderia deixar de mencionar a importância do professor na mediação dos significados de cada leitura, principalmente para as crianças menores que ainda não possuíam fluência de leitura e escrita. Entende-se que sem a explicação e exemplificação das lições, o objetivo final do livro de leitura ficaria bem aquém do desejado pelo autor e demais interessados. Anne Marie Chartier e Jean Hérbard (1995, p.303) dizem que “a explicação é o que dá vida aos textos, que sem ela estariam

verdadeiramente mortos para o espírito e para a sensibilidade dos leitores; é ela que dá a cada um desses objetos sua plena eficácia, atribuindo-lhes assim sua verdadeira função: a formativa". Porém, mesmo considerando tal importância, este estudo terá como foco de análise os conteúdos educativos da Série Fontes tomados como lições estudadas pelos alunos/as.

Quanto às imagens, optei por não fazer análise das figuras, pelo fato de me focar na década de 1920 e início dos anos 1930, onde raríssimas ilustrações apareciam na Série Fontes. Isto se deu porque ao inserir figuras, em muito aumentaria o custo dos livros, o que estaria contra os propósitos explicitados pelo próprio autor, de disponibilizar livros baratos à população escolar pobre. Obviamente, com o passar dos anos, as técnicas de desenho foram se popularizando e Henrique Fontes começou a ilustrar as lições de sua Série, conforme apresentadas no último capítulo deste trabalho, como efeito estético.

No mais, espero que este estudo possa contribuir para uma melhor reflexão no campo da historiografia da educação catarinense, e que possibilite o desdobramento de novos estudos a partir de temas específicos aqui mencionados.

1 – OS REPUBLICANOS E A BANDEIRA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: O CONTEXTO BRASILEIRO

No final do século XIX, juntamente com a Proclamação da República, nascia um projeto de Reforma da Instrução Pública no Brasil que almejava a educação e a civilização das camadas populares. O lema era reformar o país, alterar as formas de pensar do povo, mudar os hábitos da população. Pretendia-se, dentro de uma proposta nacionalista, científica, moral e higienizadora, educar e instruir a família e toda a sociedade através das crianças.

A sociedade brasileira era vista pelos republicanos como atrasada, suja, desorganizada, tumultuada, atributos que eram resquício e herança do Império. Os hábitos e costumes coloniais: sestas, boemia, folclore nativo, religiosidade popular, etc., deveriam ser substituídos por novos comportamentos burgueses, considerados civilizados (PRATA, 2002). Fazia-se, pois, urgente um reordenamento, uma adaptação dos indivíduos ao novo estilo de vida. O novo deveria substituir o que era velho, ultrapassado e arcaico.

As "luzes" chegavam com a República para iluminar a escuridão. O bom, o ideal, o belo, era o que andava de mãos dadas com a modernidade. Negar o passado, mudar o presente para garantir o futuro constituíram ideias e jogos de palavras comumente presentes em discursos políticos: "*A vós cabe o combate, a cruzada santa á Ignorancia, e esta, na lição de Coelho Netto, 'é a treva da cegueira'. Cada letra do alphabeto que nella sôa é como uma centelha na escuridão*"(CAMPOS, 1927, p.13).

Nesta época estava no auge o pensamento de Augusto Comte, que percebia na ciência o caminho para solucionar os problemas da sociedade, rumo ao progresso. Com o cultivo das ciências naturais se acabaria com as falsas explicações de cunho metafísico, baseado em crendices, sem possibilidade de constatação objetiva. Por isso a Igreja com seus dogmas deveria se afastar dos negócios do Estado e deixar de ocupar espaço nas escolas do governo.

A meta republicana era educar e instruir o povo, especialmente as camadas populares, para entrar em consonância como os novos ideais de modernidade, nos quais se inscreviam a aquisição de hábitos de higiene, valores morais, de civismo e de trabalho.

Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, constatou-se a necessidade de formar uma nova mentalidade com relação ao trabalho. O trabalho braçal tinha uma conotação inferior, desmerecida de qualquer valor ou prestígio, pois era função de “escravo”. Com a abolição da escravatura, e o desenvolvimento do capitalismo, a necessidade de mão-de-obra escolarizada demandava investimentos sérios por parte dos Governos, para que o país. obtivesse o tão sonhado progresso, a exemplo dos países europeus e Estados Unidos. Com o objetivo de suprir a carência deixada pela mão-de-obra escrava, era preciso formar o indivíduo trabalhador, modelado para o cumprimento de seus deveres, com ordem e disciplina, cujo propósito final era produzir mão-de-obra para as fábricas.

É neste contexto que o projeto republicano de reforma (econômica, social e política) do país vinculou-se estreitamente ao projeto de reforma educacional. A instrução pública, como era definida no período, começou a ser percebida como provedora da educação e civilização das massas, bem como da nacionalização das camadas de imigrantes que chegavam ao Brasil. Pela educação e instrução das crianças, buscava-se alcançar a mudança cultural da sociedade como um todo. Para tanto, no intuito de garantir a instrução de todos e a disseminação de novos valores, o Estado instaurava diversas leis e decretos que estabeleciam a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino nas escolas públicas:

> A instituição escolar passa a ser, então, considerada como uma verdadeira máquina de civilização, um instrumento de regeneração da cidade, de coesão social, de moralização, higienização e de civilização das classes subalternas e, evidentemente, um instrumento para a estabilização do novo regime, uma vez que com a instituição do sufrágio universal o Estado passou a necessitar de cidadãos que soubessem não apenas ler e escrever, mas compreender, pensar e agir de uma nova forma, de modo a tornarem-se cidadãos produtivos ao capitalismo e patriotas (TEIVE, , p.94).

Em outras palavras, a possibilidade de escolarização das camadas populares permitiria que o projeto republicano se concretizasse de forma social, política e econômica. A alfabetização e escolarização viabilizavam o voto, a demanda ao trabalho e à incorporação de hábitos burgueses, considerados ideal de civilidade. Inspirado no modelo educacional dos países europeus, seria possível implantar uma escola racionalizada e padronizada, ao fixar tempos e espaços escolares, e conferir à educação a importância até então inexistente perante a população. Unificar a língua, os costumes, compor novos valores em detrimento de outros, buscar padrões desejáveis de uma mesma cultura tornou-se o carro-chefe do ideal republicano.

Preocupados com a falta de integração do país, o que há muito provocava desordem" e uma série de revoltas regionais, lançava-se também, à educação, um discurso nacionalista atrelado à República, que em última instância visava à estabilidade do novo sistema de governo. Valores de civismo e de nacionalismo ganhavam relevância na educação na medida em que o modelo de disciplina militar e seus rituais (hasteamento à Bandeira, desfile da Independênica, filas, etc.) foram sendo incorporados pelas escolas primárias do governo. Com este ideário, a escola pública passava a adquirir um novo desenho, uma nova gramática, configurada pela padronização das posturas corporais das crianças, pela obediência e pela ordem ali implantadas.

Figura 1: Hasteamento à Bandeira - alunos no pátio do G. E. Conselheiro Mafra, Joinville/SC, s/d.

Fonte: Acervo da EEB Conselheiro Mafra

1.2 – Santa Catarina e a necessidade de reforma na instrução pública

Nos primeiros tempos da República, Santa Catarina, como os demais estados brasileiros, buscava atrair para si os projetos de modernização. O emblema da modernidade tornava-se figura simbólica presente nos discursos políticos e da intelectualidade do período. Apoiado sob a forma persuasiva dos sentidos de civismo e de patriotismo, o discurso da modernidade colocava o Estado como principal controlador e mentor do processo civilizatório.

Os governos assumiam o discurso republicano e proferiam as reformas como promessa do novo, do progresso. Era preciso pensar no futuro, planejar o porvir plantando as sementes no agora. No plano discursivo verificava-se a recorrência das ideias de homogeneização, uniformização, padronização dos métodos de ensino, dos procedimentos administrativos e dos conteúdos escolares, as quais centralizavam o Estado e sua legislação no processo de imposição dos novos valores formativos para a educação.

> A uniformização é um requisito da modernidade, pois à luz da razão teremos uma única verdade e uma única forma de alcançá-la. Não obstante, o cimento da nação não se daria, tão-somente, pela disseminação dos saberes científicos e das humanidades, mas sim pela ação do conjunto da escola na afirmação de uma nova forma de ver o mundo. (VIEIRA, 2007, p.398)

Os discursos criavam, assim, um espaço de significação e visibilidade que estruturava um poder através de um saber, e que se configurava com a necessidade de construir uma identidade nacional homogênea. A estrutura e a hierarquia social deveriam significar ordem, e o Estado difundir padrões, valores morais por meio de estratégias capazes de eliminar outros comportamentos que não eram legitimados (VENERA, Op. Cit.).

Com vista à uniformização, dentro do processo de civilização da nação, que os estados brasileiros começaram a empreender reformas na instrução pública, especialmente no ensino primário, baseadas no modelo de reforma educacional paulista. A dita reforma, coordenada por Caetano de Campos, em 1892, no Estado de São Paulo, levou o Governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, a declarar:

> A 22 de Abril de 1911 foram baixados os decretos nºs 587 e 588, approvando programma e regimento para os grupos escolares, novo typo de escola, ensaiado pela primeira vez no Brazil, em São Paulo, durante a administração Dr. Bernardino de Campos em 1897, e que esplendidos resultados tem apresentando não só naquelle adeantado Estado, senão tambem nos que lhe têm imitado a organização, entre os quaes se avulta o de Minas Gerais.
> Effectivamente, durante a administração do saudoso republicano Dr. João Pinheiro, sendo secretário do interior o Dr. Carvalho de Brito, o problema do ensino popular tomou alli vigoroso impulso, a cuja direção o exemplo e a experiência do Estado de São Paulo serviram de modelo e guia . (RAMOS, 1914. p.145)

Quando Vidal Ramos assumiu o governo, em 1910, o cenário catarinense mostrava um quadro nada favorável à instrução. Nos relatórios, seja por parte dos inspetores ou dos próprios governantes, criticava-se o estado de decadência do ensino público. A falta de espaço adequado, as más condições de higiene e de material pedagógico eram alguns dos problemas apontados. No relatório do governador Gustavo Richard, de 1906, (p.21) constava a seguinte declaração: "*as escolas funcionam em sua totalidade em casas alugadas sem as condições pedagógicas e hygienicas indispensáveis a estabelecimentos de instrução.*" O governo gastava altas quantias com os aluguéis e, muitas vezes determinava, como medida de economia, o fechamento de algumas casas: "*A supressão de escolas como medida de economia não é aqui facto virgem*" (A Época, janeiro de 1911). Talvez isto justificasse o excessivo número de crianças matriculadas em algumas escolas da Capital, "*enche-se, pois, a escola de uma multidão de alumnos que mal, têm espaço para bracejar*" (A Época, idem). A falta de limitação do número de matrículas ocasionava, muitas vezes, uma superlotação das salas de aula. Nestes espaços aglomeravam-se crianças dos mais variados níveis de aprendizagem e idade. Assim, cabia ao mestre-escola se desdobrar para atender individualmente a todos, pois, quando muito, havia um professor adjunto que auxiliava os trabalhos.

A frequência, que não era obrigatória, nem controlada, tornava ainda mais desorganizada a ordem escolar: "*É um dos pontos que merece a attenção do governo esse da limitação da freqüência, pois com o systema actual o ensino primário será infructífero, e preparará, quando muito, semi-analphabetos*" (A Época, idem).

Tornava-se evidente a necessidade de medidas urgentes no campo educacional. O funcionamento das aulas em casas sem as devidas condições higiênicas e apropriadas ao ensino e a pouca verba despendida à educação pelo Governo rendiam diversas queixas que se fazem notar no trecho abaixo:

> A aula funciona em edifícil acanhado, sem as necessárias condições de comodidade e até ás vezes de hygiene, e isso porque a verba para o aluguel da casa é sempre insuficiente: 60$ para a capital, 40$ para cidades, 20$ para as vilas, 12$ para os povoados. Si o professor quer casa vasta e capaz de comportar todos os alumnos, tem que recorrer à seu mesquinho ordenado e pagar de seu bolsinho a differença, porque o regulamento terminantemente declara que a tabella "não póde ser excedida".(A Época, idem)

Devido à grande proliferação de doenças que assolavam a população, especialmente nos meios urbanos e no litoral, a questão da higiene era sempre colocada como fator predominante, pois a escola, como importante aliada ao combate de epidemias, deveria ser a primeira a dar o exemplo, além de garantir segurança às crianças da comunidade local.

> Grande parte, [...], sinão a maioria, dos nossos edifícios escolares não possue as desejaveis condições pedagógicas. Basta reparar nas plantas e photographias de alguns para se verificar de prompto faltarem-lhes os caracteristicos das construcções de tal genero. Já não falamos do mau gosto architectonico de uns tantos dentre elles; refiromo-nos á pequena largura das janellas, á defeituosa distribuição da luz, ao insufficiente arejamento e outras particularidades dignas de nota. Também se resentem de imperfeições no tocante ás disposições internas, que deviam ser mais apropriadas aos fins pedagógicos. (A Época, dezembro de 1910)

A superlotação das salas e a falta de higiene, de ventilação, de mobília e materiais pedagógicos adaptados ao ensino denunciavam a precariedade geral do ensino catarinense e exigiam especial atenção dos governantes. O problema educacional, além das instalações prediais, passava pelas ultrapassadas e defasadas metodologias, bem como pela falta de pessoal habilitado para um ensino eficiente - motivos estes que levaram o Governador Vidal Ramos a declarar na Mensagem de 1911 (p.28) que *"[...] as causas primordiaes do atrazo do ensino primario entre nós são a falta de mestres idôneos e a adopção de processos archaicos, considerados imprestaveis pela pedagogia moderna."* A imagem do magistério achava-se desgastada. Muitos professores se utilizavam de influência política para receber benefícios. O apadrinhamento político acabava abalando a imagem e a boa reputação do professorado público. Por outro lado, o descaso para com a instrução pública primária fazia do magistério um emprego provisório. Além da diversidade e do número elevado de alunos/as que um/a só professor/a deveria ensinar numa mesma turma, além das condições precárias das salas de aula e da falta de material pedagógico, era um cargo pouco compensador em se tratando de salário. *"O magistério público está hoje com toda a razão, para professores competentes, reduzido a um emprego de occasião, a uma espécie de sala de espera para outra collocação de mais proventos e menos espinhos e responsabilidades"* (A Época, 22 janeiro de 1911).

Além desse fator, o atraso na educação se verificava pela falta de confiança por parte da população: *"um dos principaes obstaculos que temos a vencer para collocar o*

nosso ensino á altura que me deve occupar entre nós á a negligencia com que os paes curam do futuro de seus filhos" (RICHARD, 1906, p.14). A escola havia caído em descrédito, o que se refletia no reduzido número de matrículas nas escolas públicas, bem como na evasão escolar no decorrer do ano. Em Florianópolis, esta situação parecia ser ainda mais agravante, conforme consta neste trecho do relatório do Governador Gustavo Richard, de 1906 (p.17): *"do confronto da frequência das escolas da capital com as das outras localidades chega-se à conclusão que aquellas são mais procuradas do que estas, devido talvez ao indifferentismo dos pais ou á falta de fiscalização[...]."* Ao mesmo tempo que se culpava a família pelo desinteresse na educação dos filhos, o governo admitia que a escola também não estava cumprindo seus deveres para com a comunidade:

> Si em nosso Estado o ensino fôr ministrado, como deve ser, de modo que os paes tenham a certeza de que os filhos vão á escola, não para sacrificarem a sua saúde, não para inhibirem o desenvolvimento das suas faculdades, mas para adquirirem a coragem necessaria aos embates da vida, as bases indispensáveis á concurrencia das actividades, o espírito de disciplina e solidariedade, fundamento de todo o progresso moral e social, a compreensão nítida de seus deveres e dos seus direitos, alicerces das instituições que nos regem, então este pedaço de terra brazileira terá garantido um futuro cheio de auspiciosos descortinos e largos horizontes. (RAMOS, 1912, p.42)

A questão do analfabetismo, vista como um entrave ao desenvolvimento e manutenção da República, conduzia ao pensamento e ao discurso de levar o maior número possível de crianças à escola. A democracia, o voto, a higiene, o trabalho assalariado requeriam um nível mínimo de escolaridade, e o momento era de disseminar os conhecimentos científicos, úteis ao cidadão republicano. Como dizia o Governador Vidal Ramos: *"o analphabetismo è o grande mal em que as nossas instituições se desvirtuam e desfibram, impossibilitando o povo de se governar a si mesmo"* (RAMOS, 1911, p.4).

A velha escola, resquício do Império, era considerada inútil e sem influência benéfica na formação do caráter, precisando ser substituída. A educação tradicional, que era baseada na transmissão de conhecimentos presos à memorização e na repetição do repertório de saberes acumulados no tempo, na interiorização de axiomas morais e na obediência inconteste à palavra do mestre, deveria ser atualizada e modificada.

> O regime de rudimentalissima instrucção publica – ler, escrever e contar, das nossas antigas escolas isoladas, esse regimem de meia instrucção – não se coadunava mais cm o nosso desejo de progredir ao lado dos outros Estados da Federação, onde estavam em prática normas mais adeantadas. (Jornal Blumeneuer Zeitung, 30 desembro de 1913 - Blumenau).

A educação doméstica, onde o professor era o centro de referência, e a sua casa, considerada o espaço adequado ao ensino, deveria deixar de existir para dar lugar aos grupos escolares, modelo de modernidade no campo da pedagogia.

Por isso, convencido de que residia na reforma educacional "o segredo do êxito futuro", o Governador Vidal Ramos (1911, p.28) anunciava suas intenções de *"fundar um novo typo de escola, dar á mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização technica e administrativa real e constante"*.

2 - A REFORMA DE ORESTES GUIMARÃES

Diante da necessidade do “novo”, surgia a figura do intelectual, guia do povo, braço direito dos governantes, com a função de instituir o ensino para a população e disseminar os valores republicanos. Desta forma, os intelectuais tornavam-se agentes responsáveis pela construção de um consenso, cuja função maior era a reforma intelectual e moral (VIEIRA, Op. Cit.).

Em Santa Catarina, a Reforma da Instrução Pública nos moldes paulistas se deu no Governo Vidal Ramos, que contratou o intelectual professor Orestes Guimarães, em 1910, para comandar a remodelação do ensino catarinense. Segundo o pressuposto da uniformização dos processos de civilização, Santa Catarina passava a priorizar a educação primária pelas mãos de um reformador experiente e capacitado nos métodos da pedagogia moderna que estavam sendo aplicados nos grupos escolares paulistas.

Tratando deste assunto, Neide Fiori relata o seguinte:

> A responsabilidade de Orestes Guimarães era imensa uma vez que o problema efetivamente era "criar um sistema educacional e não o de renovar ou continuar ou expandir algo já estabelecido". Essa responsabilidade abrangia, ainda, resolver o problema do analfabetismo em geral e da assimilação dos grupos étnicos estrangeiros. Mas esse educador já estava familiarizado com o ensino catarinense. Quando, no ano de 1907, a municipalidade de Joinville houve por bem; reorganizar o seu Colégio Municipal, essa atribuição fora dada ao professor Orestes Guimarães. O eficiente trabalho aí desenvolvido abriu caminho para sua futura atuação, como reformador de todo o sistema de educação de Santa Catarina. (Fiori, 1991, p.82)

Seguindo o modelo paulista, Orestes Guimarães reestruturou a Inspetoria Geral de Instrução Pública, e deu novas coordenadas aos cargos de inspeção e de chefe escolar, de forma a garantir o cumprimento de suas determinações. Através da elaboração de uma série de normatizações que regulariam o funcionamento das escolas e dos trabalhos docentes, o reformador organizou e determinou as novas diretrizes conhecidas como regimento e programa dos grupos escolares e das escolas isoladas, além de publicar decretos e circulares no decorrer do período em que realizou a reforma da instrução no Estado. A originalidade da ação de Orestes Guimarães, analisa Fiori (Op. Cit.), estava no fato de começar a reforma

do ensino atuando diretamente nos estabelecimentos de ensino e não na superestrutura administrativa, como era costume até então.

Isto quer dizer que Orestes Guimarães priorizou a reforma da escola inaugurando os primeiros grupos escolares[2]; previu o tipo de mobiliário na época considerado o mais adequado ao ensino, os materiais e livros didáticos a serem utilizados; coordenou e preparou o corpo docente nos novos métodos de ensino, além de elaborar regimentos e programas para as escolas públicas. Também contratou diretores[3] para os grupos escolares e inspetores preparados, a fim de garantir que as novas diretrizes fossem fielmente seguidas. Tudo foi meticulosamente pensado pelo reformador, no intuito de eliminar traços da antiga escola, tão fortemente criticada em relatórios dos inspetores escolares e em jornais.

Com a implantação dos primeiros grupos escolares catarinenses, uma nova concepção de educação prometia redefinir a cultura escolar de então. Um grupo escolar se definia pelo conjunto de várias escolas isoladas reunidas, conformando um só estabelecimento, e abrigando salas de aula (pedagogicamente apropriadas), museus, biblioteca, laboratórios, pátios, sanitários e gabinete da direção, numa arquitetura simétrica que divida uma ala exclusiva aos meninos e outra ala às meninas.

---

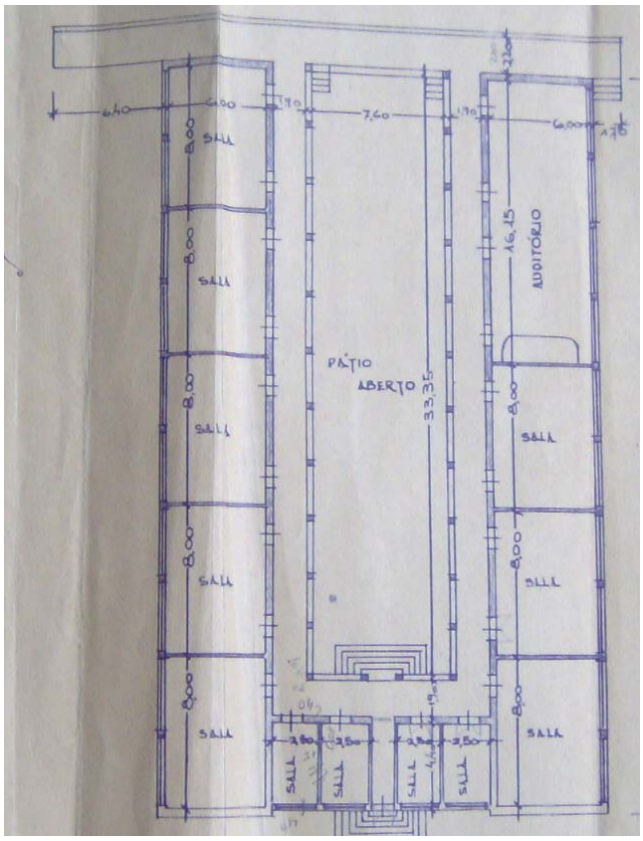
[2] Grupo Escolar Silveira de Souza e Grupo Escolar Lauro Müller, em Florianópolis; Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em Joinville; Grupo Escolar Luis Delfino, em Blumenau; Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajaí;, Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, e Grupo Escolar Vidal Ramos em Lages.

[3] A criação do cargo de diretor/a se fazia necessário a partir do momento em que se percebia que uma escola, reunindo várias outras, necessitava de um dirigente que organizasse a instituição, que unificasse seus métodos, suas regras, que fiscalizasse o ensino e que desse conta da ordem do estabelecimento, tarefas essas incompatíveis com o cargo de professor, por exigir dedicação contínua deste profissional.

Figura 2 – Entradas masculina e feminina do Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajaí/SC.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”., coordenada pela Professora Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive

Figura 3. Planta-baixa (tipo padrão) de um grupo escolar. Anos 1910.

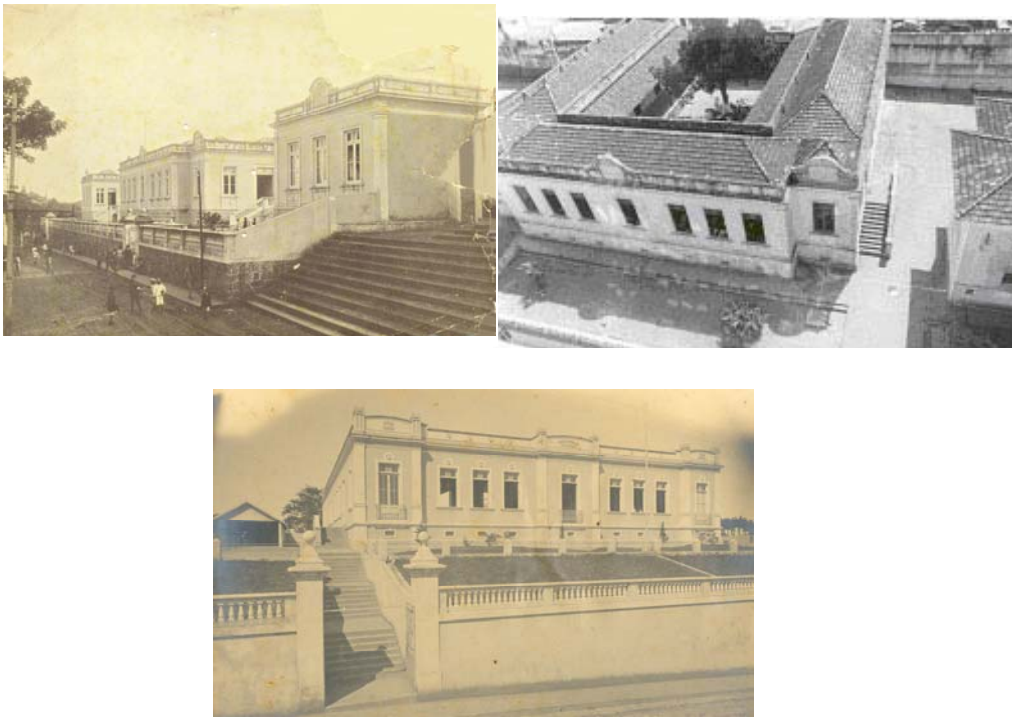


Fonte: Acervo da EEB Conselheiro Mafra/Joinville.

As propagandas que eram veiculadas, quanto às vantagens de sua implantação, anunciavam que o Governo, com esta nova forma escolar, economizaria a metade da quantia que gastaria para construir 6 ou 8 casas, e os alunos ganhariam em condições pedagógicas, de asseio e de higiene encontradas nos novos edifícios escolares. *"Em primeiro lugar, gozam de mais conforto, tem ao seu dispor material completo, mais moderno e , porque mui razoavelmente os Grupos merecem do governo mais atenção do que as escolas isoladas"* (A Época , janeiro, 1911).

Outra vantagem dos grupos escolares era a economia quanto às instalações e a prática dos modernos métodos e processos de ensino. A aquisição de materiais pedagógicos e a utilização de diferentes ambientes para o estudo: biblioteca, museu, pátios, etc. poderiam ser utilizados em comum, pelas quatro classes de que se compunha um grupo escolar.

Figura 4. Prédios dos grupos escolares. Acima, à esquerda e à direita G. E. Lauro Müller, Florianópolis, abaixo G. E. Silveira de Souza. s/d



Fonte: Acervo de José Arthur Boiteux -Instituto Histórico e Geográfico de SC.

A divisão do trabalho, representada pela seriação das classes, viabilizou a adoção de um único método – o ensino intuitivo ou lições de coisas. A homogeneização da turma possibilitava o ensino simultâneo e permitia que o/a professor/a controlasse melhor os alunos/as. A nova organização escolar assegurava a distribuição dosada das disciplinas do programa, facilitando o progressivo desenvolvimento dos/as alunos/as, desde a classe elementar até o último ano. Desta maneira, era possível realizar o axioma pedagógico moderno: "ensino lento, variado e recapitulativo", segundo as orientações do professor reformador Orestes Guimarães.

Por isso, o ensino nos grupos escolares, segundo o referido professor, proporcionava:

> [...] resultados muito mais satisfactorios do que das escolas isoladas, consequencia da permanente fiscalização technica e administrativa de um profissional - o director, da fiscalização e estimulo reciproco do pessoal, e, sobretudo, da divisão do trabalho, o que permite a adopção de méthodos que seriam incompativeis com o ensino que o professor póde ministrar em uma escola isolada, onde há turmas de alumnos analphabetos e turmas de alumnos que já lêm; turmas de alumnos sem um minimo conhecimento de numeros e de alumnos que apresentam diversos gráos de adeantamento em arithmetica etc, o que traz a dispersão das forças dos professores que, em taes escolas que se vêm obrigados a dar o ensino individual de cada materia a cada alumno, e dahi o frequente de facto de apresentarem em exames finaes muito poucos alumnos preparados pois que são obrigados a se dirigirem de preferencia aos alumnos mais activos, mais intelligentes, áquelle que possam no fim do anno attestar os seus esforços, abandonando a maioria dos alumnos que muitas vezes ficam na escola tres, quatro e mais annos para aprender a ler. (GUIMARÃES, 1909)

Foi assim que a escola catarinense, afastando-se do nomadismo, determinado pelos aluguéis, passou a ocupar espaços fixos, especialmente projetados para ela. Uma mudança que se concretizou inicialmente nas maiores cidades, mas que paulatinamente foi tomando forma também nos vilarejos e lugares mais afastados dos centros, reduto das escolas isoladas.

Figura 5. Classe do 3º ano primário da Profª. Virgínia Fontes do G.E. Victor Meireles, 1929 / Itajaí.

Fonte: Acervo Casa da Cultura. Itajaí/ SC.

Além de significar uma nova forma de organizar a educação escolar, os grupos escolares reinventavam a escola ao impor uma estratégia de prática pedagógica que, mais do que ensinar a ler, escrever e contar, produzia e divulgava à comunidade, saberes úteis aos cidadãos republicanos. *"Cumpre desde a infância aprender a amar e defender este ideal da pátria[...].. A educação cívica, que é a religião da pátria, sempre foi e há de ser sempre o ideal das nações civilisadas[...]. É na escola que forma-se o cidadão para a grandeza da Pátria"* (Julio Barreto, Jornal O Pharol, de Itajay, 29 de abril de 1914).

Por isso, o Governador Vidal Ramos, na Mensagem ao Congresso Representativo do Estado de 1911, utilizava a citação de Jules Paroz para afirmar que: *"É a escola a pedra angular da grande república"*, confirmando a sintonia de seu pensamento com o ideário republicano, que percebia na educação escolar a peça chave para a regeneração da sociedade.

Instruir e educar eram os dois eixos em que se apoiava a idéia da escola republicana. "Instruir no sentido de prover a criança dos conhecimentos científicos, úteis à vida em sociedade. Educar no sentido de desenvolver o caráter, disciplina e qualidades morais, para que esteja apta a saber regular sua conduta e se auto-governar. A escola, portadora dos conhecimentos científicos, portanto dos saberes válidos e legítimos, assumiria desta forma, o caráter de legitimidade perante a população"(TEIVE, Op. Cit.).

Como simbologia do futuro, tornou-se a criança figura emblemática, carregada de esperança e de certezas do amanhã. Residia na criança instruída e educada a garantia de um futuro melhor para a nação. E somente a educação escolar poderia conduzi-la ao caminho da civilidade, da ordem e do progresso. Na verdade, buscava-se, pela via da escola, formar um cidadão trabalhador, disciplinado, obediente, civilizado, patriota, higiênico, útil à sociedade e ao seu país. Assim se delineava a educação escolar nos primeiros tempos da República. Uma trajetória que se dizia, traria benefícios a todos – país, povo e Governo. Para o primeiro, o progresso e a integração do território nacional. Para o segundo, novos saberes, novas oportunidades, novos modos de ser. Para o último, representava a estabilidade do novo sistema de governo e a sua manutenção política.

2.1 – A pedagogia moderna e o método de ensino intuitivo

A pedagogia moderna surge como um contraponto à pedagogia tradicional, baseada na palavra do mestre, na verdade dos compêndios e na memorização como expressão do conhecimento. A pedagogia moderna instaura uma nova gramática escolar, combinando formas de disposição científica e cívica, abandonando os preceitos religiosos e instituindo o autogoverno como padrão ideal de disciplina e de ordem.

Uma nova preocupação se fazia presente com relação ao ensino das crianças. Ganhando evidência como promessa do futuro, a criança adquiria respeito em suas especificidades. Estudos apontavam as características infantis e como uma metodologia e formas específicas de ensinar poderiam concorrer para obter os melhores desempenhos escolares. É neste contexto que surgem os livros de leitura escolares adaptados às características da criança.

Amparada nas ideias de Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Froebel, a pedagogia moderna propunha a inversão dos métodos seguidos até então pelas escolas. No lugar dos compêndios, apregoava a experiência direta, o contato das crianças com as coisas e só após o contato com os objetos e coisas é que a criança seria apresentada ao livro de leitura.

Partindo da matriz epistemológica calcada no empirismo de Francis Bacon, no século XVII, o método intuitivo contrapunha-se ao inatismo quando defendia que o conhecimento se origina pelos sentidos, pelas impressões que nos chegam, pelas

percepções sensoriais. Desta forma, preconizava antes do conhecimento teórico, o ver, o sentir, o ouvir, a fim de extrair o conhecimento dos objetos, o seu significado. Rui Barbosa, no livro Obras Completas, considerava o método intuitivo como o método natural de aprender, onde explica: “A lei do método natural, bem se está vendo, pois, vem a ser: primeiro as coisas do que as palavras. Para melhorar, portanto, a linguagem de uma criança, antes de tudo, curem de inocular-lhe idéias, e só então os vocábulos com que as há de exprimir” (BARBOSA, 1886).

Somente com o contato direto com as coisas – a experiência, seria possível imprimir na mente infantil o conhecimento, dado sem incansáveis esforços de memorização, como a antiga prática de decorar sem compreender e a verbalização, comuns na pedagogia tradicional. Numa abordagem dedutiva do saber, o ensino deveria partir do simples para o complexo, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, e do concreto para o abstrato.

A adoção do método intuitivo reclamava um novo perfil profissional, apresentando novos desafios ao/a professor/a: criatividade, iniciativa e atualização, de forma a inspirar na criança a curiosidade e vontade de aprender. Para isso, o/a professor/a agora iria se servir de um vasto material didático a fim de alcançar esses objetivos. Inaugurava-se uma nova forma de relação pedagógica, do/a professor/a com o ensino, com o material didático, e destes com o/a aluno/a. "Surge o imperativo da imagem, da manipulação de objetos [...]" (REIS FILHO, 1995, p.167), constituindo uma certa sensibilidade para a infância, e exigindo-se que o ensino se adequasse às características do desenvolvimento infantil.

Figura 6. Laboratório do G. E. Conselheiro Mafra. s/d

Fonte: Acervo EEB Conselheiro Mafra/ Joinville.

Sob a égide do método de ensino intuitivo mudava-se, essencialmente, a concepção da criança e suas relações na escola. Dizia Orestes Guimarães (1909, p.5): *"o alunno é o alunno, é a criança doce e inocente, em cuja alma indelevelmente se cravam as primeiras impressões, para todo o sempre, e, é só como criança que elle deve ser tratado, na escola primaria"*. Referindo-se ao método intuitivo, o professor Orestes Guimarães defendia que,

> o ensino deve ser sempre à vista dos objetos explicados ou menos, à vista de estampas que os represente. É preferível que o aluno conheça um objeto, embora desconheça sua denominação do que saber o nome e dele não ter outro conhecimento (GUIMARÃES, op. cit, p.136).

A memória, considerada uma capacidade intelectual inferior, deveria ser suplantada pelas lições de coisas, onde o concreto, o racional e o ativo tomariam forma em primeiro lugar na aprendizagem infantil. A escola deveria estar munida de materiais concretos e instrumentos pedagógicos, como apêndices, cartazes ilustrativos, que auxiliassem e permitissem o ensino intuitivo. As crianças deveriam ser apresentadas aos objetos antes de ir às lições dos livros. Primeiro ver, tocar, experimentar, depois ir às lições e aos exercícios escritos.

Esta forma de conceber o conhecimento acarretou mudanças estruturais na forma de organizar o ensino. Este, que antes se baseava na autoridade da palavra do mestre é deslocado para o interesse da criança. Ocorre uma valorização do pensamento infantil, das

coisas próprias de seu mundo. A linguagem passa a ser mais simples. A utilização das imagens ou desenhos, na falta do objeto concreto, ganha espaço nos manuais escolares, pressuposto do método intuitivo que concebe o aprendizado da escrita e da leitura como posterior ao contato com as coisas, com o objeto concreto, ou mesmo a visualização na falta destes. Primeiro há que se conhecer as coisas, percebê-las, captá-las em seu significado para depois formular a ideia sobre elas. Somente depois de formada a ideia é possível partir para a leitura e a escrita, entendidos como representação da palavra, signo das ideias e das representações mentais já formadas.

Nesse sentido, o livro só deveria ser apresentado à criança após ela ter praticado lições de coisas. Não é sem razão, portanto, a recomendação de que o primeiro livro de leitura só fosse apresentado à criança na segunda metade do primeiro ano escolar. Ele deveria abarcar os conhecimentos de todas as disciplinas, tendo o papel específico de organizador das aulas e regulador do tempo escolar - o ano letivo.

2.2 – Série graduada para a escola graduada

A série graduada de leitura foi adotada nas escolas públicas catarinenses a partir de 1911, com a Reforma Orestes Guimarães. A graduação do livro de leitura tornava-se uma necessidade a partir da implantação dos primeiros grupos escolares, onde as crianças passaram a ser classificadas por idade, sexo e nível de aprendizado e distribuídas em turmas homogêneas e seriadas. O ensino preliminar, composto por quatro anos, passava a ser regido pelo método de ensino simultâneo, e deveria seguir os ditames do regimento e programa dos grupos escolares catarinenses. Estes documentos, que foram redigidos e organizados por Orestes Guimarães, prescreviam os conteúdos, as formas pedagógicas e as disciplinas que guiariam o ensino público elementar. Neles, além dos procedimentos pedagógicos e administrativos dos grupos escolares, podemos encontrar a listagem oficial dos livros de leitura indicados para serem adotados nas escolas primárias catarinenses.

Figura 7. Listagem dos livros a serem adotados nas escolas preliminares.
(Regimento dos grupos escolares – 1914).

— 48 —

Cartilha Analytica	Arnaldo Barreto;
Leitura Preparatoria	F.co Vianna;
Primeiro Livro	" " ;
Segundo "	" " ;
Terceiro "	" " ;
Minha Patria (3o anno). . . .	Pinto e Silva;
Contos Patrios	Olavo Bilac e Coelho Nett
Cadernos de calligraphia vertical	F.co Vianna.

Art. 188. — Fóra do material especificado no artig anterior, o director ou os professores não poderão exig dos alumnos outro qualquer (n.o 3 do artigo 94 do Regu

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

As obras didáticas, segundo Orestes Guimarães, desempenhavam função de primordial interesse na educação do povo, exercendo decidida influência sobre professor e aluno:

> Sem a reforma das obras didacticas, sob cuja influencia hão de se desenvolver as intelligencias e se formar os espíritos professores e alumnos, todos os outros pontos da reforma serão secundários, pois os edifícios se abalam quando os alicerces não são firmes, e, no caso, o alicerce é o livro. [GUIMARÃES, 1911, s/p.]

E complementava:

> Escolher os livros didacticos, cadernos, mappas, enfim tudo que se chama material de ensino, que certamente que é uma dura tarefa, porque o primeiro boccado do pão de espirito atirado, como cimento de um alicerce, aos futuros cidadãos da Patria. Para tal escolha deve presidir não só conhecimentos theoricos, valiosos pelo seu alcance, mas, sobretudo, praticos. [1909, p.22]

Declarando que o *"livro de leitura é o livro por excellencia"*, Orestes Guimarães (1911, s/p) entendia que este deveria ser na escola preliminar o principal, ou antes, *"o único livro adoptado"*.

Os livros, também conhecidos como Série Graduada de Leitura, geralmente correspondiam a uma coleção de quatro livros, um para cada ano (do 1º ao 4º), todos da mesma autoria, mantendo a continuidade, coerência e o aprofundamento das lições, de

complexidade gradativa, conforme o ano ou série a que se destinavam. Ter no livro de leitura o apoio central aos conteúdos curriculares indicava a sua importância pedagógica num momento em que a adoção de diferentes materiais (cadernos, mapas, coleções, quadros, murais...) estava sendo implantada nas escolas públicas. Foi este o pensamento de Orestes Guimarães ao declarar que *"o livro é o compêndio dos compêndios"*, e que, despindo-se dos fatigantes exercícios teóricos, a linguagem deveria ser aprendida apenas no livro de leitura, podendo o professor fazer *"a leitura propriamente, a linguagem, a historia a geographia, a educação cívica" e podia 'dar amplas licções de cousas'"* (GUIMARÃES, 1909, p.23).

Figura 8. Alunas do G. E. Conselheiro Mafra - Joinville. s/d.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

Na virada do século, com tantos apelos, denúncias e sugestões, eclodia a voz dos intelectuais, jornalistas e professores que defendiam um corpo nacional de livros literário-infantis. Tratava-se da tarefa patriótica, que em prol do projeto republicano de modernização do país, buscava ensinar e formar crianças em sintonia com uma nova mentalidade que valorizava o que era nacional. A língua nacional como símbolo e emblema da Pátria assinalava a unificação necessária do povo brasileiro, marcado pelas diferentes imigrações e por sua miscigenação étnica. Lajolo (2002) fala do aspecto unificador que o ensino da língua materna pode trazer, através do livro de leitura.

Figura 9. Alunas na biblioteca do G. E. Conselheiro Mafra - Joinville. s/d.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

Na busca pela nacionalização da literatura, Orestes Guimarães declarava que um livro de leitura só deveria ter páginas de nossos prosadores, de nossos poetas, de nossos navegantes, que descrevessem a nossa terra, o que temos, o que somos, o que seremos (GUIMARÃES, 1909). Em seu Parecer sobre as obras didáticas, ele criticava os conteúdos estrangeiros que no Brasil eram ensinados e decorados na disciplina de Geografia, e as listas de nomes de reis, governadores, pessoas religiosas que acumulavam feitos no conteúdo de História. Orientava que "tanto a cartilha analítica, adotada no primeiro ano do grupo escolar, como os livros de leitura, os únicos que passaram a ser admitidos na escola primária republicana, precisavam ser de autores nacionais e tratar de 'coisas nacionais', (TEIVE, Op. Cit.), pois só assim poderiam contribuir para proporcionar, ao mesmo tempo, o conhecimento da língua vernácula, da geografia e da história pátrias e da Educação Moral e Cívica. Substituir os compêndios referentes a cada disciplina por um único livro, o de leitura, seguia o princípio intuitivo-pestalozziano que rezava: "pouco livro e muita reflexão".

O mercado literário no Brasil era fortemente marcado por obras estrangeiras, nas quais se aprendia mais sobre os países europeus e quase nada sobre o nosso país. Segundo Lajolo (2004), nas duas últimas décadas do século XIX multiplicaram-se as traduções e adaptações de obras infantis. O cenário do período mostrava que a adaptação do modelo europeu de literatura escolar que aqui chegava, através de Portugal, exercia influência na apropriação de um projeto educativo e "ideológico". Este fenômeno, que começou a ser

mais sistematizado a partir da República, fora inspirado em obras européias[4]: portuguesas, francesas e italianas, cujos modelos foram adotados por escritores brasileiros (LAJOLO, idem). Nestas obras européias algumas características eram comuns: crianças como personagens centrais, que no seu cotidiano e nas suas aventuras vão desenvolvendo amor à pátria, o sentimento fraterno e de valor à família, obediência e virtudes civis. Eram crianças modelo, que serviam de incentivo às demais crianças a se portarem de determinada maneira.

Via de regra, segundo Lajolo (idem), as crianças destes textos apareciam estereotipadas: ora virtuosas e de comportamento exemplar, ora cruéis e impiedosas. Características semelhantes eram observadas na série graduada indicada por Orestes Guimarães, de autoria de Francisco Vianna.

Seguindo os princípios da "reforma orestiana", a Série Graduada de Leitura de Francisco Vianna[5], indicada pelo reformador, acatava as exigências de ser de autoria nacional, de concordar com o ideário republicano e de seguir os postulados do método de ensino intuitivo. De conteúdo laico, tratava dos assuntos do país instigando a curiosidade infantil. Além de cumprir tais requisitos, Vianna, seguindo os princípios intuitivos, ilustrava cada história narrada com imagens, para facilitar a compreensão infantil, tal como advertira Pestalozzi. Observava-se na continuidade das histórias um crescente nível de dificuldade, conforme também preconizava o método de ensino intuitivo, o qual deveria partir do mais simples ao mais complexo, do concreto ao abstrato, do mais geral para o particular.

A valorização da família, da escola, do trabalho e da natureza eram temas recorrentes nos livros desta Série, cujos textos, apresentados por meio de contos e histórias,

---

[4] Livros europeus que inspiraram autores brasileiros na elaboração e composição de séries graduadas de leitura: o livro Le tour de Ia France par deux garçons, de G. Bruno (pseudônimo de Augustine Tuillerie), de 1877; e o italiano Edmond De Amicis, "de Cuore", de 1886.(LAJOLO, ZILBERMAN, 2004)

[5] A coleção de Francisco Vianna obteve aprovação para ser adotada em vários estados brasileiros, o que possibilitou a sua circulação por inúmeros grupos escolares e escolas isoladas no período da Primeira República. Esta série graduada foi adotada nos grupos escolares e escolas isoladas catarinenses, de 1911 a 1919, período em que Orestes Guimarães esteve no comando da instrução pública do Estado. A partir de 1920, a série de Vianna foi substituída pela Série Graduada Fontes, de autoria do professor catarinense Henrique da Silva Fontes, a qual teve uma longa trajetória nas escolas primárias públicas de Santa Catarina.

traziam uma linguagem fácil e simples para a compreensão da criança. Possuíam também o caráter laico, científico, nacionalista e moralizante, próprios do período.

Quanto à aprendizagem mecânica da leitura Vianna declarava:

> Uma das primeiras causas do fracasso no ensino atual cosiste na pressa de se chegar imediatamente ao que soem charmar de *resultados práticos*. No caso da primeira aprendizagem da leitura, há quem julgue ter obtido uma grande Victoria, por serem os seus discípulos, ao cabo de seis meses, capazes de ler fneticamente qualquer vocábulo, v.g. *mentecapto*, ainda que o façam *mentecaptamente*. (VIANNA Apud VALDEZ, Op. Cit., p.235)

Francisco Vianna e Orestes Guimarães bebiam das mesmas ideias pedagógicas em vigor no início do século XX no Brasil. A obra de Vianna, ao privilegiar temas relacionados à natureza, à família, à escola, ao cotidiano infantil, ao trabalho e ao patriotismo, ressaltava os valores morais. Referindo-se aos ensinamentos contidos em sua obra, Vianna afirma, no prefácio, que convinha *"aproveitar em taes lições assumptos"* que concorriam para a formação na criança *"de seus sentimentos e de seu caracter, em summa, de seu moral"* (VIANNA, 1917, p.IV).

Figura10 e 11. Capa do Terceiro Livro da Série de Francisco Vianna. Ao lado, anúncio no "Jornal de Joinville" em 18 de março de 1919.

Livros Escolares

1, 2 e 3. LIVRO de Hilario Ribeiro
1., 2. e 3. " " Dr Abilio Cezar Borges
CARTILHA DAS MÃES de Arnaldo Barreto
LEITURA PREPARATORIA de Francisco Vianna
1., 2. e 3. LIVRO " " " "
GEOGRAPHIA DA INFANCIA de J. M. de Lacerda
" SUPERIOR " " " "
PEQUENA HISTORIA DO BRAZIL " " " "
GRAMMATICA PORTUGUEZA " " " "
" " ALLEMÃ " João Ribeiro
ARITHMETICA PROGRESSIVA " Julio Ribeiro
ALGEBRA ELEMENTAR " Emilio Otto
DICCIONARIOS ALLEMÃO, FRANCES, PORTUGUEZ " Antonio Trajano
A B C DO AGRICULTOR de Dr. Dias Martins
CARTILHA DO ENSINO RAPIDO de Mariano Oliveira
PAGINAS INFANTIS " " "
NOSSA PATRIA de Rocha Pombo
HISTORIA DO BRAZIL " " "

Aos revendedores dá-se um bom desconto
Livraria Schwartz.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

Carlota Boto ressalta que a escola que ensina a leitura, também ensina modos de ser, além de contar sobre o que deve ser lido e que leituras devem ser evitadas (BOTO, 2005, p.68). Neste sentido, para se formar um bom cidadão, bastavam lições de bons costumes, moralidade, higiene e civilidade. Os aspectos de religiosidade só deveriam ter espaço em instituições confessionais, não nas escolas públicas.

A intenção republicana no que se refere à educação escolarizada era basicamente extrair das crianças os vícios do lar, e inserir no seu lugar a disciplina, a ordem e a obediência, visando à construção de um modelo muito particular de homem: o cidadão republicano. Por isso as questões de moral e civilidade permeavam a literatura de Francisco Viana. Princípios de moral eram, assim, largamente difundidos pela literatura infantil, especialmente pelos livros escolares. As lições que induziam ao amor à natureza, ao respeito e à obediência aos pais, à valorização da escola, à descoberta do momento presente pueril constituíam traços marcantes, reveladores de um período, e de uma intencionalidade para com a formação do caráter do povo. É o que demonstra o trecho abaixo, da lição intitulada "Luizinho":

> [...] Anda sempre muito asseadinho, porque não só não sae sentando no chão, como porque tem muito cuidado em suas refeições.
>
> Come á mesa apenas o que os paes lhes dão e obedece-lhes por um simples olhar, sem, no emtanto, ter-lhes medo.
>
> Para dizer tudo: é uma dessas creanças que nos captivam por suas boas qualidades. Os outros paes apontam-n'o aos filhos como modelo digno de ser imitado. (VIANNA, 1917, p.104-105)

A escola se convertia, assim, na instituição por excelência responsável pela transmissão dos saberes e valores que toda a sociedade deveria incutir. As crianças, por sua vez, recebendo as lições na escola, sejam elas de cunho higienista, cívicas ou moralizantes, teriam a incumbência de levar para casa os ensinamentos que dela aprendiam.

A literatura infantil escolar propiciava à criança o contato com ensinamentos de normas padrão e de moralismo. Assim, a visão de mundo republicana seria passada à criança, utilizando personagens animais ou fadas na narrativa ficcional, os quais serviriam de disfarce para o autoritarismo ali presente (CALDIN, 2007). Deste modo, camuflada e temperada com seres que interessavam à criança e aguçavam a sua imaginação, a literatura infantil escolar se constituía num suporte pedagógico institucionalizado.

2.3 – O Regimento de 1914

O regimento que normatizava a organização dos grupos escolares durante a Reforma Orestes Guimarães foi publicado em 1914, e, salvo pequenas alterações, continuou em vigor até 1935, ano que ocorreu uma nova reforma no ensino catarinense, a Reforma Trindade.[6] Nele ficou regulamentado que o ano letivo deveria ser iniciado em 1º de março e finalizado em 31 de dezembro (REGIMENTO, 1914, Art.135). Esta delimitação assegurava a organização do período de matrículas, evitando que crianças iniciassem os estudos no meio do andamento dos trabalhos, como até então acontecia.

De acordo com o artigo 218, os alunos aptos a frequentar os grupos escolares ou escolas isoladas precisavam estar na faixa etária entre 6 anos completos e 15 anos de idade. Os que padeciam de alguma moléstia contagiosa, tinham alguma deficiência física ou mental, e os que não eram vacinados, estavam impossibilitados de efetuarem sua matrícula.

A carga horária diária das aulas era de 5 horas, com a interrupção do recreio de 30 minutos. Esta carga horária deveria ser fielmente cumprida, ou seja, o professor não podia dispensar seus alunos enquanto não finalizasse o tempo pré-determinado. Durante os recreios[7] os alunos eram fiscalizados por um professor, conforme uma escala mensal, de forma que se evitassem correrias, empurrões, palavrões e "algazarras". Ao fiscal do dia, cabia saber encaminhar as brincadeiras entre os alunos e alunas, cada qual em sua ala, impedindo que se misturassem durante as brincadeiras.

Com relação à marcação do tempo, o Regimento estabelecia que toda vez que se dava o toque, os alunos tinham que, imediatamente, formar-se em fila.

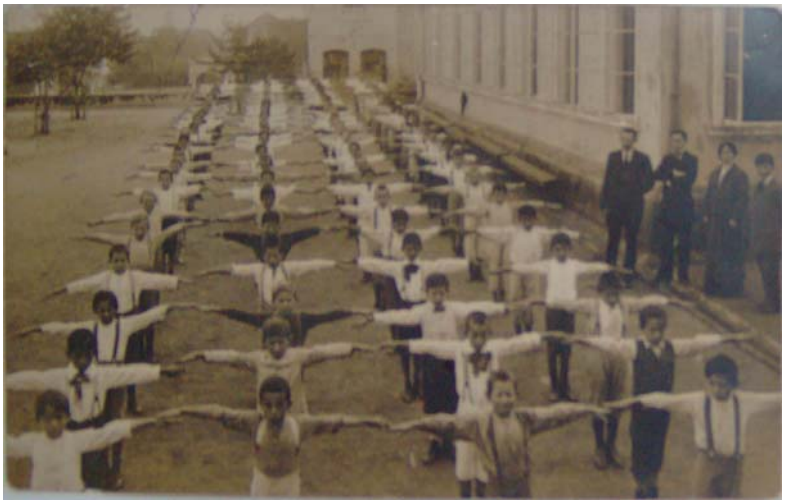
> Os directores e os professores se esforçarão afim de conseguiren formaturas rapidas, perfeitas, homogeneas, considerando que a criança deve se habituar á ordem e á disciplina nas menores cousas.
> Art. 167. - A formatura para as entradas e para as sahidas será por altura e a dois de fundo.[...]
> Art. 171. - Durante as formaturas, como meio educativo, os alumnos <u>devem praticar o exercicio de plena obediencia</u> -- para o que os professores exigirão, dos mesmos, inteiro silencio e firmeza nas posições. (grifo do autor) (Regimento 1914, Art. 166)

---

[6] Em 1935 se dá a Reforma Trindade – ver (FIORI, 1991).

[7] Art.161, do Regimento: "É considerado recreio todo o tempo em que os alumnos, colletivamente, permanecerem em pateos do estabelecimento, quer antes da *entrada geral*, quer no periodo entre as aulas".

Figura 12. Alunos no pátio do G. E. Conselheiro Mafra.



Fonte: Acervo da EBB Conselheiro Mafra/ Joinville.

As marchas, como exercícios disciplinares, eram praticadas nas entradas, saídas, com alinhamento e silêncio. Durante as marchas cabia ao professor proibir aos alunos os arrastamentos e batidas dos pés, os desalinhamentos da fila, sob pena de ser mandado ao gabinete em caso de reincidência. De acordo com o artigo 178:

> Os professores explicarão que os deveres dos alumnos se resumem no *comportamento, na applicação e na assiduidade*, de modo que os alumnos fiquem convencidos da responsabilidade pessoal e de que elles constituem precioso factor do bom nome do estabelecimento, sendo o professor, o director, a familia e o Governo outros factores.

O artigo 179 estabelecia que *"a disciplina, em todos os assumptos da vida escolar, deverá ser mais preventiva do que repressiva"*, fato que exigia dos professores e diretores explicar *"os inconvenientes das suas faltas, de modo a despertar-lhes o sentimento de honra, a idéa do dever, o estimulo e a legitima ambição, antes de usarem dos prêmios e das punições."* Dizia o artigo sequente (Art.182) que *"a melhor recompensa, a mais adequada para estimular e nobilitar o alumno, é a de elogiar um trabalho, de modo a convencer ao alumno e aos collegas presentes, de que o elogiado fez verdadeiramente uma cousa digna de louvor."* Tal assertiva e entendimento de disciplina do aluno iríamos também constatar nas lições escolares das séries de leitura indicadas.

Dentre as disciplinas básicas estava a Educação Moral e Cívica. No artigo 55 encontramos:

> A educação civica e moral serão dadas tendo em vista levantar e firmar no espirito do alumno o amor a si mesmo, á familia, á patria. Nenhuma definição deve ser permittida. Como complemento do ensino destas materias devem entrar as commemorações das datas nacionaes, os cantos dos hymnos patrioticos e de canções emotivas, cujas lettras se refiram ás causas do paiz. (Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1914)

Para a educação cívica cabia aos diretores e professores promover, obrigatoriamente, nas vésperas dos feriados, solenidades *"que infiltr(ass)em na alma das crianças o amor e o respeito à Pátria"* (Art.249). Mas estas comemorações eram realizadas dentro dos próprios grupos para alunos e professores, exceto nas marchas da Independência (Art.251). Nestas datas eram ministradas aulas explicativas referentes a cada feriado e se faziam trabalhos e composições para levarem para casa. Os feriados, que já estavam definidos no Regimento, eram 28 de Setembro, 24 de Maio, 11 de junho e a data de inauguração do estabelecimento.

Além das comemorações citadas acima, havia também as festas escolares, entendidas como *"complementos à educação cívica dos alunos e do povo"* (Art. 256). As datas previstas para as festas escolares (artigo 260) eram: 3 de maio (homenagem ao Brasil e à festa das aves), 7 de setembro (Independência e dia das árvores), 19 de novembro (República e Bandeira), e 30 de dezembro, dia do encerramento dos trabalhos do ano letivo.

Figura 13 e 14. A direita, alunos em comemoração formando o desenho da Bandeira (nacionalismo), e à esquerda, aluna declamando no pátio do G. E. Silveira de Souza/ Fpolis. s/d

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Quanto à higiene, o Regimento dedicava um capítulo só para tratar do assunto, no qual adicionava questões de compostura e atitudes, que diziam afetar também a saúde. Os professores e diretores tinham que zelar pela postura sentada do aluno, impedindo que descansassem o peito sobre a mesa, que não "escarrassem" no chão, que não fizessem merendas nas salas de aula, que evitassem proximidade um com outro ao sentarem em cadeiras duplas, que não cuspissem nas lousas para apagar, que não guardassem embrulhos de lanche em jornais ou colocassem nos bolsos, que não viessem para a escola em jejum, e que não levassem o lápis à boca (Art.331). Estas recomendações nos dão a indicação dos "maus costumes" que a escola e suas normatizações buscavam corrigir na população por meio das crianças. Outro aviso que se mandava afixar na entrada da escola, como meio de correção de hábitos, era: *"é prohibido fumar no estabelecimento"* (Art.331, §2).

O Programa prescrito, conforme artigo 27 do Regimento Interno dos Grupos Escolares[8], deveria ser inteiramente cumprido pelos respectivos diretores e professores, sem poder suprimir, saltear ou inverter a ordem. Havia um rígido controle quanto aos conteúdos que deveriam ser passados aos alunos. Os professores tinham que, diariamente, especificar o que haviam ensinado no "Livro diário das lições".

O artigo 60 proibia expressamente a decoração por parte dos alunos de quaisquer apontamentos fornecidos ou ditados pelos professores. A disciplina era fundamentada em premiações ou penas. Para as faltas mais graves, o aluno era levado ao gabinete do Diretor e lá seu nome era colocado no Livro de Penas.[9] Daquele aluno que era levado à direção era baixado um ponto na nota de comportamento (Art.193, §3º).

As penas variavam entre: 1ª - admoestação; 2ª - reclusão na sala por 20 minutos, durante o recreio; 3ª - reclusão na sala de aula por meia hora após o término de suas atividades; 4ª – repreensão; 5º - aviso aos pais ou responsáveis sobre a conduta do aluno; 6ª - suspensão de 3 a 15 dias; 7ª - eliminação "por incorrigível" (expulsão). Neste último caso, o aluno estava impossibilitado de fazer matrícula em qualquer Grupo Escolar.

Para registrar o mérito dos bons alunos, havia o Livro de Honra, onde constavam os nomes daqueles alunos com ótimas notas de comportamento e de aplicação, e sem nenhuma

---

[8] Ver bibliografia nas referências.
[9] Os alunos que tinham notas boas de comportamento nos boletins não podiam ser levados à direção (Art.98, §1º)

falta no trimestre. As notas variavam de 0 a cinco, sendo: 0 – nula; 1 – má, 2 – sofrível, 3 – regular, 4 – boa e 5 - ótima. Para ser promovido o aluno precisava ter média 3. Figura 15.

Boletim do G. E. Luis Delfino, em Blumenau. 1914.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”., coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

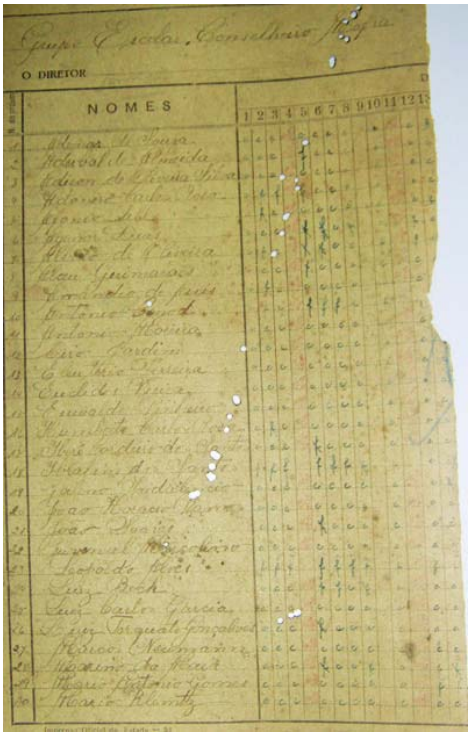
O Artigo 193, parágrafo segundo, alertava que as notas no boletim tinham por finalidade estimular e não punir. A promoção se dava pela média geral estabelecida em três

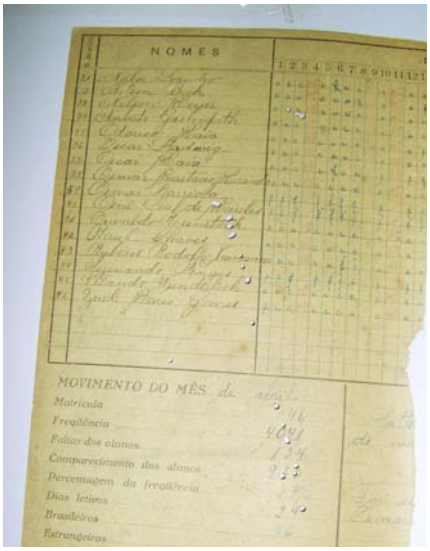
exames anuais (maio, agosto e dezembro). Os exames de dezembro eram feitos com toda a publicidade, precedidos de convites nominais aos pais, autoridades e à imprensa. Era formada uma banca examinadora composta pelo diretor, professores da classe e das classes mais adiantadas, e pessoas estranhas ao estabelecimento. Quando chegasse o inspetor, a ele caberia a presidência na banca. O aluno com nota inferior a 3 era reprovado por média geral. A média 3 equivaleria à aprovação "simplesmente", a 4 à aprovação "plenamente", e a 5 à aprovação "por distinção".

Os prêmios eram aplicados da seguinte forma: 1 – elevação das notas no boletim mensal; 2 – elogio perante a classe pelo professor; 3 - elogio perante a seção a que pertence o aluno, pelo Diretor; 4 – elogio perante todo o Grupo, pelo Diretor. O item 2 acontecia quando o aluno tirava nota ótima de comportamento e de aplicação. O item 3 ocorria quando em três meses consecutivos o aluno tirasse notas ótimas de comportamento e de aplicação. Esta exaltação perante as seções tinha como objetivo, segundo o Regimento, "concitar os demais alunos a imitarem o exemplo dos elogiados, sem, no entanto, menoscabar os demais alunos" (Art. 195, § único).

> Art. 182 – O professor deve lembrar que a melhor recompensa, a mais adequada para estimular e nobilitar o alumno, é a de elogiar um trabalho, de modo a convencer ao alumno e aos colegas presentes, de que o elogiado fez verdadeiramente uma cousa digna de louvor.

Figuras 16. Folhas do Livro de Chamada do G. E. Conselheiro Mafra/Joinville.





Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”., coordenada pela Profª Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive

O livro de chamada, que controlava a frequência na classe, resolvia a questão das faltas, anteriormente criticadas pelos inspetores de ensino. A listagem dos nomes dos alunos, organizada em ordem alfabética, era preenchida duas vezes ao dia, sendo que os sinais utilizados eram: c – comparecimento; f – falta injustificada, f cortado – entrada tardia, c cortado – retirada, f* falta justificada.

Era dever de cada aluno trazer o seu material escolar. Para isso o Regimento estabelecia previamente uma lista de materiais, a saber:

> Art. 187. Cada alumno deve ter:
> 1 – um livro de leitura;
> 2 - um lápis de pedra;
> 3 – um lápis de pau;
> 4 – um caderno de calligraphia;
> 5 – um caderno de desenho;
> 6 – um caderno de linguagem;
> 7 – um caderno para contas (3º e 4ºs annos);
> 8 – um caderno para cartographia (3º e 4ºs annos);
> 9 – uma lousa;
> 10- uma caneta e pennas;
> 11 – material para trabalhos manuaes;
> 12 – folhas avulsas de papel, quando se faça necessário.

O mesmo acontecia com os livros didáticos, que já eram pré-estabelecidos. Segundo o artigo 187 , parágrafo único:

> Os livros de leitura são os da série approvada e mandada adoptar pelo decreto 596 de 7 de Junho de 1911:
>
> Cartilha Analytica - Arnaldo Barreto;
> Leitura Preparatória - Fco Vianna;
> Primeiro Livro - "
> Segundo Livro - "
> Terceiro Livro - "
> Minha Pátria (3º anno) - Pinto e Silva
> Contos Pátrios – Olavo Bilac e Coelho Netto;
> Cadernos de Calligraphia vertical – Fc0 Vianna.

A adoção dos livros acima era justificada pela busca da homogeneidade no ensino, de modo a evitar dispersão de esforços pela falta de método, ou confusão no ensino. Da mesma forma, a utilização das lições e os períodos dedicados ao estudo das mesmas já vinham estabelecidos no Regimento (Art.190, parágrafo um):

> Cada capítulo do livro deverá ser bem estudado, procurando o professor obter do alumno o maximo de expressão na leitura e no conhecimento das palavras e dos trechos lidos; (grifo do autor)

Popkewitz (1994) ensina que estilos privilegiados de raciocínio previstos nos conhecimentos escolarizados constituem uma forma de regulação social. Os efeitos do currículo são obtidos através do que este autor chama de epistemologia social da escolarização, conceito que se refere à forma como o conhecimento, no processo da escolarização, organiza as percepções, as formas de responder ao mundo e as concepções do eu. Isso pode ser facilmente verificado no Regimento de 1914, que através de uma série de normativas e prescrições, pretende contribuir para formar consciências e sensibilidades em relação ao mundo.

Anne-Marie Chartier diz que a escola não ensinava os fundamentos da filosofia, mas tirava dela as consequências práticas no dizer que o homem, independente de idade e sexo, precisava ter uma "conduta digna", apropriada com sua condição de ser humano. Por isso, as mensagens das lições nos livros diziam que toda ação meritória aumentava o nível de nossa dignidade, o que ficava comprovado por elogios e aplausos. Na escola, a "dignidade" o saber agir com responsabilidade e retidão reverberavam nas boas notas.

2.4 – O Programa dos Grupos Escolares sob a égide da reforma orestiana

O programa dos grupos escolares era um documento oficial assinado pelo governador do Estado. Nele se instituía o currículo a ser seguido pelas escolas públicas (grupos escolares e escolas isoladas), prevendo disciplinas, metodologias e conteúdos que deveriam ser ensinados em cada série. Conforme Faria Filho, o processo de escolarização, assim como os conteúdos curriculares, nos fornece uma importante reflexão sobre a elaboração de referências sociais, pela escola e sobre a escola, como instituição social, onde concepções, culturas e sujeitos são constituídos no decorrer de seu percurso (Faria Filho, 2004).

O programa de 1914 foi redigido pelo reformador da instrução pública, Orestes Guimarães, conforme as diretrizes por ele encaminhadas na sua Reforma. Abaixo, o quadro das disciplinas previstas para cada ano nas escolas públicas primárias:

Quadro1: Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas - 1914

ESCOLAS ISOLADAS			GRUPOS ESCOLARES			
1º. anno	**2º. anno**	**3º. anno**	**1º. anno**	**2º. anno**	**3º. anno**	**4º. anno**
Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
Linguagem oral	Linguagem oral	Linguagem oral	Linguagem oral	Linguagem oral	Linguagem oral	Linguagem oral
Linguagem escripta	Linguagem escripta	Linguagem escripta	Linguagem escripta	Linguagem escripta	Linguagem escripta	Linguagem escripta
Calligraphia	Calligraphia	Calligraphia	Calligraphia	Calligraphia	Calligraphia	Calligraphia
Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
	Geometria prática	Geometria		Geometria prática	Geometria	Geometria
Historia	Historia	Historia	Historia	Historia do Bras	Historia	Historia
Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
Elementos de Sciencias			Elementos de Sciencias e de hygiene			
		Botanica			Botanica	Botanica
	Zoologia	Zoologia		Zoologia	Zoologia	Zoologia
		Mineralogia			Mineralogia	Mineralogia
	Physica e Ch	Physica e Chimica		Physica e Chimica	Physica e Chimica	Physica e Chimica
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Canto	Canto	Canto	Musica	Musica	Musica	Musica
		Gymnastica	Gymnastica	Gymnastica	Gymnastica	Gymnastica
	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes
	Educação Cívica	Educação Cívica		Educação Moral	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica

Fonte: Programa dos grupos escolares de 1914.

De 1911 a 1920, este foi o programa oficial que estabelecia as disciplinas e conteúdos curriculares. Nele encontramos proposições referentes, por exemplo, à linguagem oral, que previa: *"Palestras educativas, que infiltrem no animo infantil o desejo de* ***ordem e de asseio".*** (grifo do autor – pg. 16). No segundo *"anno"* podemos ler:

> Educação e hygiene (nas aulas de linguagem oral)
>
> Comportamento das crianças durante as refeições. Pontualidade e promptidão em cumprir as recommendações. Bondade no trato dos animaes. Dizer senlpre a verdade. Destruir os preconceitos - os agouros, os phantasmas. Cuidados com os dentes, unhas, mãos, cabellos, nariz. O suor, a poeira e a necessidade dos banhos. Não espalhar papeis, cascas ete. nos recreios, lugares publicas, nas suas casas; o asseio dos copos, talhéres pratos e moveis. A casa asseada. O auxilio que as crianças devem prestar em todas estas causas.

Também previa, o Programa, no segundo ano, a disciplina Educação Moral e Cívica, que dizia:

> As crianças são obrigadas a falar com cortezia e clareza, com ordem e calma. Comer e beber com moderação. Polidez nas perguntas e nas respostas; e, como ellas devem responder e perguntar. Não espalhar boatos, falando só pelo prazer de falar e como, isto é feio entre as crianças e entre os homens. Respeito á propriedade alheia: - não tocar, não tirar obiectos de outrem. Restituir os objectos achados. Tratar bem: surdos, cegos, fracos, idiotas e gagos, não zombando de seus defeitos. Cumprir com fidelidade e com sacrificio as promessas que fizerem. O valor da assiduidade nos estudos, ás aulas. Obedecer de boa vontade aos paes e aos professores. Mostrar a differença entre o cumprimento de uma ordem com boa vontade e a obediencia de má vontade. A perseverança: não abandonar um brinquedo, uma carreira, um estudo porque veja que vae perder ou tenha preguiça, pois, o dever é lutar. Fructos da perseverança. Ser leal á sua escola e orgulhar-se della. Ser leal á sua patria e orgulhar-se della. Amor á patria e como servil-a desde criança. A grandeza territorial do Brazil e as suas inegualaveis riquezas (mattas, rios, florestas, riqueza do solo e do subsolo, o seu céo; não tem terremotos, cyclones, tufões, vulcões e tem um clima adoravel.

Na página 67 lemos a recomendação ao professor de *"não perder opportunidade para imprimir no espirito dos alumnos o amor ao trabalho, á ordem, ao asseio"* (grifo do autor). Outra observação relevante neste estudo é a menção ao livro indicado na disciplina Leitura, onde se lê na página 33, referente à indicação de leitura para o segundo *"anno"*: *"Livros de leitura preparatória e 1º Livro de F. Vianna"*.

Tal como já afirmamos, com a saída de Orestes Guimarães e a entrada do professor Henrique Fontes na direção da instrução pública, em 1920, algumas alterações começaram a ser efetivadas. Uma delas, como já ressaltado, foi a substituição progressiva dos livros de leitura de Francisco Viana para a Série Fontes.

Em 1920, um novo Programa é publicado pelo governador Hercílio Luz, sob o decreto nº.1322, o qual alegava que o Programa de ensino dos grupos escolares e escolas isoladas merecia uma revisão. Abaixo, grade curricular do novo programa:

Quadro 2. Programa de ensino dos grupos escolares, 1920.

GRUPOS ESCOLARES			
1º. anno	**2º. anno**	**3º. anno**	**4º. Anno**
Portuguez –Leitura / Comunicação Oral / Linguagem escripta	Portuguez –Leit Comunicação Oral / Rudimentos gramaticaes/ Linguagem escripta	Portuguez –Leitura / Comunicação Oral / Rudimentos gramaticaes/ Linguagem escripta	Portuguez –Leitura e Linguager Gramatica/ Linguagem escripta
Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
	Geometria	Geometria	Geometria
	Noções de sciencias phisicas e naturaes e de hygiene	Noções de sciencias phisicas e naturaes e de hygiene – Botânica/ Zoologia/ Mineralogia/ Physuca e Chimica	Noções de sciencias phisicas e naturaes e de hygiene
Lições de cousas			
	Historia	História	Historia do Brasil
Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
Hygiene			
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Musica	Musica	Musica	Musica
Gymnastica	Gymnastica	Gymnastica	Gymnastica
Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica

Fonte: Quadro retirado do Programa dos grupos escolares de 1920.

Afora algumas modificações verificadas, como por exemplo, inclusão de disciplinas, como a inclusão da disciplina Educação Moral[10] a partir do primeiro ano

[10] *Educação Moral - 1° Modo de se portarem as crianças em casa, na escola, na rua e nos lugares publicas; 2°. Respeito aos pais, parentes, pessoas mais velhas e autoridades; 3° Necessidade de falar com cortesia, clareza e brevidade' polidez nas perguntas e respostas. A teimosia e o espírito de contradição. O bom tratamento devido aos subordinados e aos fracos; 4º A mentira. A deslealdade. Os boatos. A maledicência; 5º*

(anteriormente se dava na disciplina Linguagem oral) e alguns esclarecimentos acerca das metodologias a serem utilizadas pelo professor, pode-se dizer que se trata de uma revisão apenas superficial. Entretanto, ao deixar de mencionar a indicação dos livros de leitura, o programa destitui a indicação do reformador e deixa em aberto a escolha do livro de leitura a ser utilizado, propiciando a indicação e adoção da série graduada de leitura Fontes.

As alterações curriculares que podem ser assinaladas na reformulação do programa dos grupos escolares de 1920 tratam-se mais de fatores de ordem organizacional do que estrutural. Pouco se alterou no texto original, elaborado por Orestes Guimarães. A determinação de ensino laico se mantivera, reiterando o pressuposto de "um programa enciclopédico para uma escola laica e republicana. Dele encontrava-se excluída a doutrina cristã, denotando o caráter laico da República" (SOUZA, 1998, p.172).

Outra questão que vale mencionar, considerando a essência da reforma orestiana, é a criação da disciplina "Lições de Cousas". O método intuitivo ou lições de coisas, tratava-se de uma forma de ensinar, entendida, portanto, como pano de fundo de todas as disciplinas, segundo orientações de Orestes Guimarães. A partir do Programa de ensino de 1920, torna-se disciplina do primeiro ano, e deveria abordar os seguintes conteúdos:

> **Lições de cousas**
> 1º. Os sentidos, e seus orgãos. Os serviços relevantes que nos prestam os sentidos,
> 2º. Noções resumidas sobre as partes do corpo humano.
> 3°,. Noções. resumidas sobre as partes dos vegetaes em geral.
> 4º. Noções resumidas e concretas sobre os estados dos corpos.
> 5°. Distincção das formas dos corpos, tendo à vista. solidos geometrieos e outros quaesquer objectos, passando depois á representação graphica (desenho) dos mesmos no quadro de formas geometricas.
> 6°. Distincção das cores, para o que o professor organizará uma representação. do espectro solar, e collecções de papeis ou retalhos de varias cores.
> (Programa de ensino de 1920, p.12)

O programa de 1928 traz mais algumas alterações curriculares. É incluída a disciplina de "Agricultura", nos quatros anos escolares. No quarto ano surge a disciplina de

---

O respeito á propriedade alheia e aos edifícios, monumentos e logradouros públicos; 6º Bondade no trato de animais. NOTA: O ensino é processado em três fases: 1ª. Exposição pelo professor. 2ª. Argüição pelo mesmo; 3º exposição pelo aluno. (p.13)

Phisiologia, conteúdo anteriormente inserido na disciplina *Noções de Sciencias*. Desta também desdobram-se a *Physica*, a Botanica e a Zoologia, tal qual se organizava no Programa de Orestes Guimarães de 1914. A disciplina de Música passa a ser Canto, e a *Hygiene* se estabelece como matéria de todas as classes.

Figura 17. Programa dos grupos escolares e escolas isoladas de 1928.

ESCOLAS ISOLADAS			GRUPOS ESCOLARES		
1º anno	2º anno	3º anno	1º anno	2º anno	3º anno
Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
Ling. oral	Ling. oral	Ling. oral	Ling. oral	Ling. oral	Ling. oral
Ling. escr.	Ling. escr.	Ling. escr.	Ling. escr.	Ling. escr.	Ling. escr.
Arithm.	Arithm.	Arithm.	Arith.	Arithm.	Arithm.
—	—	—	—	Geom.	Geom.
—	Geogr.	Geogr.	Geogr.	Geogr.	Geogr.
—	Hist.	Hist.	—	Hist.	Hist.
—	Educ.	Educ.	Educ.	Educ.	Educ.
Hygiene	Hygiene	Hygiene	Hygiene	Hygiene	Hygiene
Agricult.	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Agricult.	Agricult.
—	—	—	—	—	Physica
—	—	—	—	—	Botanica
—	—	—	—	—	Zoologia
—	—	—	—	—	—
Calligr.	Calligr.	Calligr.	Calligr.	Calligr.	Calligr.
—	Desenho	Desenho	—	Desenho	Desenho
—	Trab.	Trab.	Trab.	Trab.	Trab.
Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
Gymn.	Gymn.	Gymn.	Gymn.	Gymn.	Gymn.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares"., coordenada pela Profª . Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

Fora estas e outras pequenas mudanças, pode-se afirmar que os programas que vieram depois de 1914 em muito pouco alteraram o programa proposto por Orestes Guimarães. Portanto, uma questão vale ressaltar: os programas que vieram após o de 1914 possuem mais semelhanças do que diferenças. O texto, na verdade, é reaproveitado e sobreposto em alguns detalhes. Grosso modo, pode-se dizer que os programas de 1920 e de 1928 fazem mais uma revisão "denominativa" e de movimentos disciplinares entre as séries (ou anos) para dar conta de certos conteúdos curriculares. Quanto ao ensino religioso, os

ideais republicanos de ensino laico permaneciam inalterados em consonância com a legislação vigente. Outro aspecto relevante, já comentado, é que se descartava a referência a cartilhas e livros de leitura específicos, dando abertura para novas indicações de livros escolares a serem adotados. Somente em 1928, com o decreto n.2.186, observa-se no anexo a publicação da listagem dos livros e cartilhas a serem utilizados nas escolas isoladas e grupos escolares, a qual se fazia referência à Série Fontes.

Figura 18. Relação dos livros a serem adotados a partir de 1928.

Relação das obras a que se refere o decreto desta data:

Para Escolas isoladas

1. Cartilha Popular	*Herinque Fontes*
2. Primeiro Livro	*Henrique Fontes*
3. Segundo Livro	*Henrique Fontes*
4. Terceiro Livro	*Henrique Fontes*
5. Quarto Livro	*Henrique Fontes*
6. Cartilha Nacional	*Hilario Ribeiro*
7. Primeiro Livro	*Hilario Ribeiro*
8. Scenario Infantil	*Hilario Ribeiro*
9. Na terra, no Mar e no Espaço	*Hilario Ribeiro*
10. Patria e Dever	*Hilario Ribeiro*
11. Mappa do Brasil	*J. Monteiro*
12. Mappa da America do Sul	*J. Monteiro*
13. Mappa de Santa Catharina	*(Propriedade do Estado).*
14. A.B.C. dos termos geographicos.	*General Niox*

Para Grupos Escolares

1. Cartilha analytica	*Marianno Oliveira*
2. Cartilha analytica	*Arnaldo Barreto*
3. Primeiro Livro	*Henrique Fontes*
4. Segundo Livro	*Henrique Fontes*
5. Terceiro Livro	*Henrique Fontes*
6. Quarto Livro	*Henrique Fontes*
7. Terceiro Livro (Corações de Crianças)	*Rita Barreto*
8. Contos Patrios	*Olavo Bilac e Coelho Netto*
9. Mappa da America do Norte	*J. Monteiro*
10. Mappa do Brasil	*J. Monteiro*
11. Mappa da America do Sul	*J. Monteiro*

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”., coordenada pela Profª Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

Teoricamente, os currículos escolares com os pressupostos metodológicos neles contidos deveriam ser os principais reguladores das disciplinas e conteúdos a serem ministrados nas escolas. Porém, muitas vezes a realidade demonstrava o oposto. Devido à raridade e ao alto custo dos materiais escolares necessários a prática do método de ensino intuitivo e das lições de coisas, era comum se utilizar o livro didático como o único material de leitura e de aprendizagem, especialmente nas escolas mais afastadas dos centros urbanos - as escolas isoladas. Por isso, o livro didático acabou se tornando, na maioria destas escolas, o regulador do currículo, e somente quando contemplava os conteúdos curriculares é que se verificava a concretização das determinações oficiais. Este foi o caso da Série Fontes, onde se percebe que o autor buscou trazer, dentre as lições de cunho literário, informações e textos que contemplavam disciplinas como História, Ciências e Geografia.

Foi por essa e outras questões, centralizando os conteúdos e disseminando saberes pela palavra impressa, que o livro escolar conquistava seu território nos meios escolares, ao mesmo tempo em que se apresentava como fonte de saber irrefutável. Gatti Júnior (1997), ao tratar do percurso dos livros, relata que a palavra impressa, principalmente aquela registrada na forma de livros científicos, ganharia um estatuto de verdade ainda hoje disseminado em grande parte dos bancos escolares e da vida cotidiana das pessoas. Uma concepção, que o autor chama de "iluminista" do livro, prosseguiu e ganhou força com o passar do tempo. “O livro didático, nesse sentido, tornou-se o fiel depositário das verdades científicas universais, adaptado, é claro, às particularidades do leitor a que se destinava” (GATTI JR., 1997, p.36).

3 - HENRIQUE DA SILVA FONTES E A ORGANIZAÇÃO DA SUA SÉRIE GRADUADA DE LEITURA

Durante a reforma do ensino de Santa Catarina, entre os anos 1911 e 1919, o professor Orestes Guimarães contava com o auxílio de uma equipe formada pelos inspetores e chefes escolares. Com a função de fiscalizar as unidades escolares, treinar os professores no método de ensino intuitivo, e dar orientações aos diretores dos grupos escolares, os inspetores atuavam por todo o Estado catarinense cumprindo os dispositivos e as diretrizes que eram emanados pelo reformador Orestes Guimarães. Henrique da Silva Fontes se integrou à equipe de Orestes Guimarães, apoiando-o e atuando na inspeção do ensino como chefe escolar da capital.

Figura 19. Henrique da Silva Fontes – Formatura na Faculdade de Direito no Paraná – 1927.

Acervo Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí – FGML.

Formado em Letras e Filosofia pelo Ginásio Nossa Senhora da Conceição[11], no Rio Grande do Sul, o professor Fontes preenchia os requisitos exigidos para o cargo da inspeção.

[11] Segundo Dallabrida (2001), a elite política catarinense costumava enviar seus filhos para estudar no Ginásio Conceição, de orientação jesuítica, que na época localizava-se em São Leopoldo/RS (hoje, extinto). Henrique Fontes seguiu esta mesma orientação.

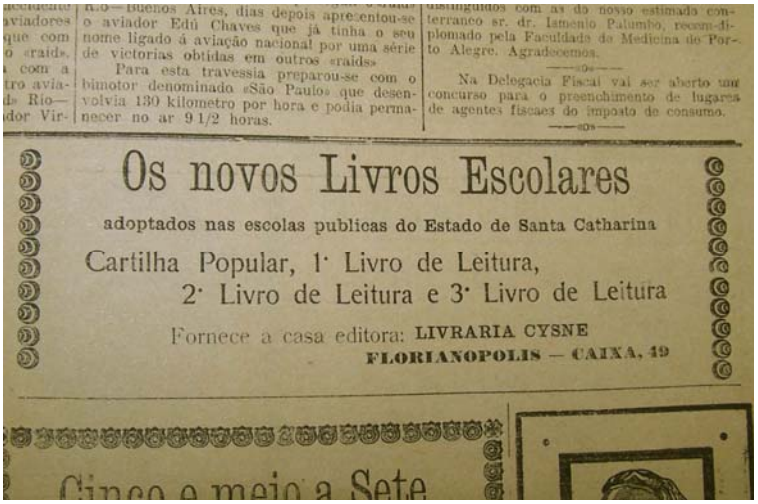
> O cargo de Inspetor Escolar era remunerado e em comissão. Desses profissionais exigia-se que fossem diplomados em Curso Superior, Ginásio ou Escola Normal; e logo após nomeados deviam praticar durante dois meses nos Grupos Escolares, acompanhando sua organização, métodos e processos de ensino. (FIORI, 1991, p.98)

Atuando como chefe escolar e como professor da Escola Normal Catarinense, Henrique Fontes se familiarizara com os pressupostos da Reforma de Orestes Guimarães, haja vista ser um preparador e formador de professores nas novas metodologias de ensino.

Segundo Neide Fiori (Op. Cit.), o cargo de inspetoria do ensino possuía *status* diante dos professores e da comunidade, vindo a contribuir decisivamente para a inserção destes profissionais na vida pública de Santa Catarina. No caso do professor Henrique Fontes, a sua participação na reforma de Guimarães abriu caminhos para galgar futuros cargos públicos. Em 1918, quando Orestes Guimarães precisou assumir um cargo federal de inspeção das escolas subvencionadas pela União, no seu lugar ficou Henrique da Silva Fontes, dando início a um novo período no ensino público primário catarinense.

Henrique Fontes se propôs, durante o período em que foi diretor da Instrução Pública, e até mesmo nos anos subsequentes, a organizar uma coleção de leitura de baixo custo aos cofres públicos, de modo a torná-la acessível a todas as crianças que frequentassem o ensino elementar. Esta empreitada lhe conferiu a autoria da Cartilha Popular, a ser utilizada no 1º ano, e dos quatro livros de leitura que completavam a coleção: Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto livros de leitura. Em 1920, publicava a Cartilha Popular, o Primeiro e o Segundo Livros. Em 1929, entregava o Terceiro Livro na primeira edição, e em 1930, finalizava a coleção com o Quarto Livro de leitura. A sua Série de Leitura ganharia o território catarinense pelos anos vindouros, sendo adotada nas escolas públicas primárias até meados dos anos 1950.

Figura 20. Anúncio Jornal A Época/Fpolis, de 22 jan 1921.



aviadores que com o «raid». com a tro avia- d» Rio— dor Vir-

Buenos Aires, dias depois apresentou-se o aviador Edú Chaves que já tinha o seu nome ligado á aviação nacional por uma série de victorias obtidas em outros «raids».

Para esta travessia preparou-se com o bimotor denominado «São Paulo» que desenvolvia 130 kilometro por hora e podia permanecer no ar 9 1/2 horas.

distinguidos com a do nosso estimado conterraneo sr. dr. Ismenio Palumbo, recem-diplomado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Agradecemos.

Na Delegacia Fiscal vai ser aberto um concurso para o preenchimento de lugares de agentes fiscaes do imposto de consumo.

Os novos Livros Escolares

adoptados nas escolas publicas do Estado de Santa Catharina

Cartilha Popular, 1· Livro de Leitura,
2· Livro de Leitura e 3· Livro de Leitura

Fornece a casa editora: LIVRARIA CYSNE
FLORIANOPOLIS — CAIXA, 49

Cinco e meio a Sete

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares"., coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

O jornal A Época, que publicava a relação dos novos livros escolares a serem adotados nas escolas isoladas e nos grupos escolares catarinenses, havia sido fundado em 1910, pelo próprio professor Henrique Fontes, o qual, mesmo deixando a direção do jornal no ano seguinte[12], permanecia como responsável pela redação. Atuando como jornalista e editor-chefe, Henrique Fontes tornou-se disseminador e formador de opiniões, especialmente quando se tratava da questão do ensino laico nas escolas públicas regulamentadas pelo Governo. O jornal, de orientação religiosa-católica, também ajudou a colocar Henrique Fontes na esfera dos intelectuais entre os anos 1910 e 20.

Conforme Daniel Pécaut (1990), os intelectuais possuíam legitimidade devido ao seu Governo. Representavam a voz do povo. Em seu papel político detinham a missão de ajudar a população a tomar consciência da necessidade do desenvolvimento econômico e social do país propagado pelos republicanos. Cabia a eles mediar a emancipação das classes populares e a integração da nação, representada pelo apelo nacionalista, do qual eram exímios porta-vozes. Para tanto, bastava aos intelectuais o conhecimento do social, ou seja, a posse de um determinado saber reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade para atuarem junto ao Governo. Obtendo o reconhecimento do Estado, ganhavam espaço na esfera política através da ocupação de cargos públicos. Pécaut, nas suas considerações

[12] Em 1911, o Jornal católico A Época passa a ser de propriedade de João Pedro de Oliveira Carvalho. Em 1917, o responsável pelo jornal era o padre Thomas Fontes, irmão de Henrique Fontes.

sobre os intelectuais da década de 1920, aponta a questão dos “interesses” que permeavam as suas posições:

> A noção de interesse é, nesse caso, singularmente ambígua. Refere-se, pelo menos, a três variáveis diferentes: o fato de pertencer a um determinado grupo social de origem (a oligarquia decadente); a identificação com uma categoria social particular (os escritores); e a inserção no aparelho do Estado (como membros da administração). (PÉCAUT, Op. Cit., p.20)

Henrique Fontes era católico fervoroso. Em relato sobre sua pessoa, Umberto Ungaretti declarava:

> Homem profundamente religioso, não era um fanático nem um exibicionista nem um intolerante. Tinha enorme respeito pelas convicções alheias. Todos os seus dias de trabalho começavam pela invocação do Espírito Criador e terminavam por uma expressão de ação de graças. Em sua casa acolhedora da Avenida Trompowski, no tampo de vidro da sua mesa de trabalho, escrevia, no início de cada manhã: "veni Creator Spirictu" e, ao encerrar as atividades diárias, registrava a outra frase: "Deo gratias", apondo a respectiva data. E assim também fazia na primeira e na última página dos seus livros. (UNGARETTI, 1986, p.26)

Nas posições políticas e públicas que ocupou, buscou desempenhar suas funções sobre um pano de fundo religioso. Suas crenças e convicções permearam toda a sua carreira e as suas tomadas de decisões. Mas ao enquadrá-lo como intelectual, é preciso destacá-lo como uma figura singular que, diante de “seus interesses”, representava o equilíbrio de interesses antagônicos maiores. Trata-se aqui das lutas de poder travadas entre a Igreja Católica e o Estado. Por um lado o Estado destituía o catolicismo como religião oficial do Brasil e instituía o ensino laico pelo Artigo 24 da Constituição de 1891. Por outro lado, a percepção das consequências que estas leis traziam para os católicos tornava-se motivo de reivindicações pelo direito perdido da Igreja de passar seus ensinamentos cristãos em escolas do governo.

Dentro desta disputa, na arena escolar, achava-se a pessoa de Henrique Fontes a harmonizar, ou, por outro ângulo, a reconquistar o espaço religioso perdido. Na correspondência epistolar que mantinha com o padre Tomás, seu irmão, expõe as razões que o motivaram a organizar a sua Série:

> Tenho, porém, a eles ligado o meu trabalho e o meu nome e daí vem a estimação que lhes voto. Além disso, são mais baratos do que outros quaisquer, prestando assim auxílio aos desprovidos de bens. Essa modicidade de preço foi um dos motivos de sua elaboração. Outro, e não menos poderoso, - foi incluir neles o nome de DEUS, que em outros fora sistematicamente omitido. (Carta XVIII, a Pe. Tomás e Carta XL, nota 3.) (PREUSS, 1998, p.18)

O trecho acima representa, neste estudo, o eixo principal e fundamental para investigar as sintonias e divergências das lições da Série Fontes com as normativas da Reforma Orestes Guimarães. Diante da posição de comando da instrução, Henrique Fontes, sob o argumento de facilitar a aquisição de livros escolares aos alunos carentes, viabilizou a propagação, através da coleção de sua autoria, daquilo em que mais acreditava: os ideais católicos. É o que Pécaut diz sobre colocar em seu projeto "a convicção de que somente a religião poderia assegurar a base da nação. É na década de 20 que numerosos intelectuais ingressavam na esfera do catolicismo (Pécaut, Op. Cit., p.26). Segundo Russeff (2003) era proposital que o autor legitimasse um projeto de reconstrução social pela literatura, pois ele também tinha a convicção do acerto de suas representações de mundo.

O objetivo dos republicanos era formar indivíduos cujos valores fossem amparados por qualidades racionais. A Igreja Católica, por outro lado, só percebia a formação de um bom cidadão pela constituição dos valores cristãos, e a sua ausência conduziria a sociedade ao caos. Henrique Fontes, sendo republicano, mas também católico fervoroso, do posto de diretor geral da instrução do Estado, buscou conciliar os valores nacionalistas aos religiosos. Por um lado, como bom político, cumpria seu dever de patriota e republicano. Por outro lado, perante seus pares de fé, não os desapontava ao dar seguimento na missão católica de propagar a doutrina cristã.

> Na seleção dos saberes que incorporam a Série Fontes, percebe-se a influência religiosa do organizador que, parece, foi fiel a esses princípios que deveriam fortalecer a Igreja frente ao Estado, investindo em uma interpretação sobre a história e defendendo a tradição para o fortalecimento da nacionalidade. (VENERA, Op. Cit., p.124).

A Cartilha Popular e os quatros livros de leitura que compõem a Série Fontes foram editados nas primeiras edições entre os anos 20 e 1930. Entretanto, na medida em que as

obras foram sendo reeditadas, algumas alterações, como a inserção de novas lições, inclusive, podem ser verificadas aprofundando a religiosidade.

Figura 21. Primeiro ao Quarto Livro de Leitura da Série Fontes.

Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive.

De 1920 até a década de 50, período em que circulou nas escolas primárias, a Série Fontes perpassou dois momentos da história política catarinense. Na década de 1920, se inseriu no projeto político educacional iniciado por Orestes Guimarães, até 1934; e seguiu dentro dos novos rumos que a educação ganhou com a nova Constituinte, em 1935, quando Nereu Ramos assumiu o Governo do Estado e mudanças significativas, como o golpe do Estado Novo, em 1937, estavam ainda por acontecer (VENERA, Op. Cit.).

Venera nos traz uma importante descrição para compreender a Série Fontes e a sua leitura no contexto catarinense:

> Os efeitos da prática da leitura seguem saberes específicos de um tempo, ou ao menos são planejados para isso. Ora, os conteúdos das cartilhas não foram selecionados de forma "natural" para compor os saberes de uma disciplina. Ao contrário, eles foram arranjados a partir de "mecanismos complexos de valorações e distribuições simbólicas, legitimação, exclusões, distinções, etc." (VENERA, Op. Cit., p.132)

Correa salienta que Fontes pertencia a uma geração de intelectuais que aferia os valores literários pelos antigos padrões de estética, dos quais não se dissociava a respeito, e a observância dos cânones tradicionais da língua. “Entretanto, não era um espírito impermeável e avesso a tudo que viesse com o rótulo de modernidade. Impermeável, até certo ponto, sim, porque em todos os seus trabalhos era coerente consigo mesmo, com as raízes da sua formação cultural” (CORRÊA, 1986, p. 44-45).

3.1. Além do ensino laico, o ensino religioso

Com a Constituição de 1891, fica instituída a separação entre Estado e Igreja Católica. O catolicismo deixava de ser religião oficial do país, e pela determinação da Constituição deveria se afastar do ensino público. O Estado, segundo a nova legislação, seria o único responsável pelas escolas públicas, descartando a contribuição das instituições religiosas na tarefa de ensinar. Por um lado, as mudanças trazidas por esse decreto, segundo Alexandre Luz (2002) não pareciam inteiramente rejeitadas pela Igreja Católica, pois de certa forma a Igreja adquiria uma autonomia administrativa e pastoral que nunca obtivera anteriormente. Podia agora, reger os seus trabalhos e realizar as suas reformas internas sem intervenção política. Por outro lado, a impossibilidade de interferir nas escolas públicas transformar-se-ia em motivo de reivindicações, por todo o período da República velha. Portanto, longe de parecer que a reforma de Orestes Guimarães fora dada sem conflitos, muitos aspectos nela contidos (metodológicos, curriculares) foram alvo de protestos e desacordos. A questão religiosa, especialmente, vai ganhando importância a medida que se percebe estar a escola pondo em prática as determinações oficiais.

O jornal A Época, fundado por Henrique Fontes e do qual também foi editor-chefe, era de orientação católica, e circulou em Florianópolis e em muitas cidades do Estado catarinense. Nele, ainda no segundo decênio do século XX, podemos identificar uma série de protestos e apelos que representantes da Igreja Católica publicavam quanto à instituição do ensino laico (leigo) nas escolas do governo.

> Escola leiga
>
> Na escola leiga a creança não ouve falar em Deus, em Jesus Chisto, na Religião, na Egreja, no symbolo, no decálogo, porque o mestre quer fielmente cumprir o programma da escola que lhe dá o pão corporal. E então? Que é o que acontece? Em casa e na Egreja a creança ouve falar em Deus [...] lhe ensina que esta religião encerra todos os interesses vitaes e necessários ao homem. Ora, que há de pensar e que deve dizer esta creança perante a contradição tão patente entre a escola e a família, a Sociedade e a Egreja?
>
> A escola com o seu orgulhoso silêncio condena essa escola: é um estado de lucta permanente entre a Egreja e a família de um lado e a escola do outro.
>
> Contra as tradições mais queridas e mais santas da família insurge-se o ensinamento perverso da escola que pretende destruir ou pelo menos neutralizar essas tradições. (A Época, 19 de julho de 1915).

Algumas vezes, contudo, a Igreja Católica parecia se definir como parceira do projeto republicano na busca pela alfabetização de todos:

> Industria, commercio dependem, em grande parte, da instrucção. Um povo que vota tem necessariamente, que ser um povo instruído; e, contra a moderna incredulidade, dispõe a Igreja destas armas invencíveis: a cathedra da Igreja e a cathedra da escola vale tanto como a mais sumptuosa cathedral. [...] É que a Igreja nunca oppoz, nem oppõe, entraves à maior e mais rapida diffusão do ensino. Ella quer que a verdade e só a verdade domine as almas. (14 fev 1920 Importancia da Instrucção)

Mas em outros momentos, alegavam que o ensino era de responsabilidade primeira dos pais, que o Estado só poderia intervir em casos de omissão, e sempre guardando uma posição secundária no que concerne à educação das crianças, pois o direito de ensinar pertenceria antes aos particulares:

> Uma das verdades, que convem deixar bem patentes, é que – "o direito de ensinar não é múnus publico, e sim direito dos particulares, o qual não pode ser violado, mas apenas tutelado pelo Estado". Barguillat, Prael....."os paes são por direito natural, os educadores de seus filhos.
>
> Não estando em condições de fazêl-o por si mesmos, podem recorrer a mestres à sua escolha, a quem confiam este cuidado, e a quém por este titulo, investem de uma parte de sua auctoridade. (Lakar, Cours.)
>
> É de obrigação dos pais "guardar com exclusão de quem quer que seja, a auctoridade sobe a educação de seus filhos."
>
> O Estado coopera, excita e, dentro um legitimo mandato, promove a diffusão da instrucção, auxiliando os paes no cumprimento do seu grave dever. Remissos, sem se importarem com a instrucção e educação de seus filhos, poderia o Estado, nesse caso, intervir para fazer respeitar os direitos da infância." (21 fev 1920 - Importancia da Instrucção II)

Mas a questão principal era o ensino leigo (laico), pois uma escola que excluía de seu currículo conteúdos de moral cristã se converteria numa má escola: “A acção da instrucção, por si só, é quase nulla na formação do caracter, que depende de sentimentos e de emoções, que ella é importante para despertar, e mais ainda, para cultivar.”(13 de outubro de 1917- A Época, “Má escola”). Neste artigo, o autor trazia dados estatísticos de modo a comprovar que a maioria das crianças envolvidas ou autoras de crimes já havia passado pela escola primária, ou seja, que a escola do governo, entre os anos de 1907 a 1912, havia dado uma má formação em decorrência da ausência dos princípios católicos.

Como meio de se inserir em instituições públicas, talvez até de reabrir caminhos para entrar na escola oficial, o articulista publicava a proposta da Igreja Católica sobre a importância do ensino religioso:

> Quero ir desde já ao encontro de uma objeção que prevejo possível: o projecto estatue que, nas escola de prevenção e de reforma, será ministrado aos educandos e aos internados o ensino religioso que lhes será proporcionado por serventuários do culto catholico que a isso se prestarem.
> Não é inconstitucional!
> Prevejo que se levantará contra este preceito a allegação de inconstitucinal. A idéia cummum que se formou, de que a Constituição nos fez offcialmente atheus, justificará essa allegação. Ella é todavia inteiramente improcedente. Pois o projecto não manda subvencionar nenhum culto ou igreja, nem estabellece relações de dependência ou alliança. O que faz é apenas facultar os serventuarios do culto catholico a liberdade de penetrar nas escolas e ensinar os preceitos de sua religião ao desgraçadinhos que não encontraram, ao desabrocharem para a vida, um lar, onde uma mãe carinhosa lhse fizesse nascer no coração o amor de Deus e do próximo. Se retirardes do projecto este perfume de religião e de moral, que vae constituir o ambiente de regeneração que os pequenos miseráveis devem respirar, podeis perder a esperança de vel-os um dia restituídos á hygiene da lama e á saúde moral. (A Época, “Má escola”, 13 outubro 1917)

No artigo intitulado *“O ensino religioso nas escolas. De como elle é absolutamente constitucional”*, publicado em e 12 junho de 1915, encontramos:

> Na questão relativa ao ensino religioso nas escolas, licito nos seja insistir num ponto, cuja elucidação nos parece da mais momentosa importância. Porque a Constituição etabelece, no art. 72, par. 6º. , que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” – se pretendeu concluir pela exclusão do sacerdote catholico ao ensino da doutrina nesses estabelecimentos, como se fora isso defeso pelo pacto fundamental do nosso Paiz. Mais uma vez dizemos: há aqui evidente equivoco. A Constituição não prohibe; antes permitte o ensino religioso, sinão ministrado pelos próprios mestres, - o que não exige – ao menos pelos ministros do culto, sempre mais disponíveis, e, como dia Barbalho, não inferiores em competência. (A Época, 12 junho de 1915)

Aqui se força uma interpretação bastante singular da Constituição, insistindo que o ensino religioso não fora proibido, mas permitido, desde que ministrado pelos próprios voluntários da Igreja. Fato interessante, citado neste mesmo artigo, refere-se às palavras de Rui Barbosa, em 15 de Janeiro de 1910, principal elaborador da Constituição de 1891, que dizia:

> Foi essa liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição brasileira. Esta exclue do programma escolar o ensino da religião; mas... NÃO OBSTA, quando exigido pelos pais, ao ensino religioso, pelos ministros da religião, fora das horas escolares, no próprio edifício da escola. (A Época, 12 junho de 1915).

Comentário entendido como possibilidade de abrir uma brecha à inserção do culto católico no espaço escolar. O articulista (que não se revela, mas provavelmente é um representante da Igreja) ainda cita João Barbalho Uchoa Cavalcanti, intelectual comentarista, na época, da Constituição de 1891:

> Diz elle, á pagina 313, que o Estado não tem na sua missão a cathequese e propagação religiosa; que o Estado quebrantaria o principio de egualdade, se curasse do ensino exclusivo, etc.
> Ora, não é nem uma cousa, nem outra o que entendemos e affirmamos facultativo pela Constituição.
> Não; que o estado tem obrigação de ensinar, não o affirmamos nem exigimos. Mas também, de que afirme Barbalho não ter o Estado a missão do ensino religioso, se conclua que o obsta e o não deva permittir, é conclusão muito lata, e absolutamente não contida nas premissas.
> Pelo contrario, de um estudo mais atentto do mesmo auctor se pode concluir que em tudo concorda com Ruy Barbosa.
> Na mesma pagina 313 diz claramente que naquella obrigação não pertence ao mestre, porque nisto a outros caberá, que não a um funcionário do Estado; e mais além, por não professal-o o estado, não se negue que outros o não possam fazer, até "os mais competentes" (p.314)
> [...]Não temos necessidade de insistir que o ensino religioso absolutamente não é exclusivo ao lar, ao seio da família. O lar é a primeira escola. Há outras. A escola continúa, secunda o primeiro ensino. Não se oppõe nem o desvalorisa. Melhor do que nós, diz o próprio Dr. João Barbalho: o lar doméstico serve grandemente ao desenvolvimento do ensino religioso; o lar é – a primeira escola de peiedade. (Barbalho, p.314). (A Época, 12 junho de 1915)

Outro apelo pode-se observar na frase *"se não é a nossa religião official, ou legal, (o catolicismo) é inquestionavelmente a religião nacional do Brasil"*, dando mostras do quanto almejava a Igreja a retomada da hegemonia perdida, ante os outros credos, que eram minoria no país. Uma citação de Olavo Bilac no referido artigo indica a insinuação do

quanto a Igreja Católica mereceria a oficialização, por ser a religião da maioria da população: *"Desejou o poeta que crescesse e florisse, fosse onde fosse; assim cresça a nossa fé sob a égide da Constituição e amplitude das liberdades americanas, - que a ella immensamente somos devedores, como catholicos e como brasileiros."*(BILAC In A Época, 12 junho de 1915).

No jornal A Época, de 24 de julho e 1915, encontramos a introdução: *"O 'Novidade', de Itajahy, em sua edição de 27 de junho de que ano 1915, publica um edictorial sob o titulo: "Ensino religioso", em defesa da escola laica, fazendo considerações sobre a interpretação que os estadistas davam ao texto constitucional."* E como contestação em prol do ensino religioso, o autor publica o parecer emitido pela Comissão da Instrução Pública de Minas Gerais em resposta à petição dos católicos desse Estado ao retorno do ensino religioso nas suas escolas:

> O parecer que a commissão publicou é uma peça valiosa, toda cheia de ponderações essas judiciosas, quer no tudo, quer nos detalhes, quando encara nos seus múltiplos aspectos o problema da educação popular, que agita os povos, preocupa os governos, concentra a attenção a todos os estadistas e que, na tribuna ou pela imprensa, se debate com ardor, pois os espíritos lúcidos, os talentos privilegiados reconhecem agora, como sempre, que da solução deste transcendental problema depende a prosperidade ou decadência de um povo."[...]
> São estas condições de arrasoado parecer:
> 1º) A prosperidade, a grandeza e a felicidade de um povo dependem da verdadeira educação, cujo fim é formar o homem.
> 2º) A religião é o meio mais poderosos da educação, porque é a força da disciplina, a luz da instrucção e a base e efficacia dos cuidados physicos necessários para o desenvolvimentos e a conservação do corpo humano.
> 3º) A escola sem Deus é prejucial á juventude e concorre para se formar um povo orgulhoso e corrompido, para o qual a felicidade consistirá só nas riquezas e nos prazeres.
> 4º) A atmosphera da escola deve ser religiosa, como disse o estadista e historiador Guizot, porque só a religião pode inspirar á mocidade os ensinamentos de respeito, de ordem, de virtude, sem os quaes não haverá bons cidadão.
> 5º) Fechar á religião as portas da escola é cortar-lhe um dos meios mais efficazes de conservar a fé e combater a indifferença religiosa – verdadeira calamidade social.
> 6º)Deve, portanto, ser ministrado nas escolas o ensino religioso, o único capaz de formar a consciência, o coração e os hábitos virtosos na infância, porque, como pondera o notável publicista Liberatore, a religião é o eixo de todos os conhecimentos, o principio vivificado de todos os actos, a fórma de toda a vida christã.
>
> (A Época, 24 julho 1915)

E logo em seguida faz um chamado de mobilização aos católicos para que algo semelhante acontecesse por todo o país: *"os catholicos brasileiros devem, têm o dever, de*

emprehender um intenso movimento de opinião, com si fora uma grande reivindicação nacional e exigir ao mesmo modo a reposição do catecismo nas escolas." E acrescenta: *"os catholicos brasileiros reconhecem cada vez mais que não devem ser indiffetentes ás cousas que interessam as suas crenças religiosas, e com estas, ao engrandecimento da Nação."*

Dizer que o país necessitava do ensino religioso para poder conter os impulsos de revoltas sociais tão comuns neste período, ou que dele se fazia necessário para complementar o projeto republicano de formação do caráter cidadão, é perceptível no trecho abaixo:

> Mostrou, á evidencia, os agentes poderosos e indispensáveis á verdadeira educação – a hygiene, a disciplina, a instrução e especialmente a religião, e como, sem esses instrumentos inseparáveis, ficará mutilada a grande obra, para a qual devem todos levar seu contingente, pequeno embora, mas singelo e dedicado.
> O governo dos paízes civilisados cogita de todos os meios prescriptos pela hygiene para tornar forte e sadia a mocidade; a medicina ensina os modos de prevenir e fortificar o organismo humanos; mas nem assim se assegura a educação physica, se lhe fallece o concurso simultâneo da religião que nos inspira as virtudes, da instrucção que desenvolve as faculdades do espírito, da disciplina que estabelece a ordem. (A Época, idem)

Para responder às desconfianças que rondavam nos discursos republicanos, nos quais se dizia ser o catolicismo de posição cosmopolita representando impedimento para o fortalecimento do sentimento cívico-nacionalista, o Conde Affonso Celso, escrevia:

> Escritores ignorantes e de má fé affirmam que o Christianismo deturpou o sentimento patriótico, porquanto catholicismo significa cosmopolitismo, e, sem distincção de nacionalidades, estabelece em outro mundo a pátria ideal dos eleitos.
> Completamente inexacto. Nenhuma palavra se encontra nos Evangelhos infensa ao patriotismo. Jesus poderia ter pregado a sua doutrina em varias nações e só o fez em sua pátria [...]
> Em duas únicas ocasiões chorou o Salvador: ao saber da morte de Lazaro e ao antever as desgraças de Jerusalém. Provieram as lágrimas divinas, - assignalou um exegeta-, de dois dos mais nobres sentimentos do coração humano: a amizade e o patriotismo.
> [...] Tiradentes morreu com a uncção de um justo. Os sacerdotes que tomaram parte na Inconfidência; o padre Roma, frei Caneca, o padre Miguelinho, o padre Feijó, demonstram que no Brasil, como em toda parte, a lei de Crhisto e o patriotismo, longe de collidir, mutuamene se completam e corroboram, ligando as gerações entre si.- Conde de Affonso Celso.
> (A Época," Patriotismo e Religião", 19 jan 1918)

Portanto, admitindo a conciliação entre religiosidade e nacionalismo, o que mais poderia atrapalhar o projeto republicano? De todas as formas, por todos os meios era necessário convencer a população para que, partindo do clamor do povo, o Governo se visse pressionado a tomar providências e modificar a legislação do país. *"Nem, em nossos dias, são de se preterirem as palavras de Leão XIII: "É preciso procurar que as leis publicas sejam expurgadas de tudo o que é contrario á essência do ensino catholico, no que há de mais sagrado e de mais caro á piedade dos fieis"*.(A Época, 28 de fevereiro de 1920 – "Importancia da Instrucção II"). E a partir destes argumentos se convocava seguidores religiosos para uma batalha que visava uma mudança na Lei:

> Os catholicos brasileiros devem, têm o dever, de emprehender um intenso movimento de opinião, com si fora uma grande reivindicação nacional e exigir ao mesmo modo a reposição do catecismo nas escolas.
> [...]
> Em quase todos os Estados da Republica, vão assumindo com ardor crescente, a defesa dos direitos decorrentes da liberdade de consciência, garantida pela constituição e a da preservação deste precioso patrimônio nacional, synthetisado na sua fé.
> Entretanto, para maior efficacia de seus esforços, é preciso que os catholicos se colliguem; sem cohesão, os melhores elementos diminuem de força e de valor; pela união augmentam e se fortificam.
> E pela collaboração commum que os inimigos da Egreja conseguem perseguil-a e reformam as leis contra ella. (A Época, "O ensino religioso", 24 julho de 1915)

Ou ainda nas palavras *"Os catholicos brasileiros devem, têm o dever, de emprehender um intenso movimento de opinião, com si fora uma grande reivindicação nacional e exigir ao mesmo modo a reposição do catecismo nas escolas."* (A Época, "O ensino religioso, 24 julho de 1915):

> O que precisamos é colocar a Igreja católica no lugar que lhe compete na futura Constituição, estabelecermos a religião do Estado, fazermos do catolicismo a religião oficial, ensinada nas escolas, proclamada nas repartições. Toleramos os outros cultos, que serão permitidos. Mas a religião oficial será a católica. O Estado não será neutro. Podemos impor nossa vontade'. ("O Legionário", Apud LUZ, Op. Cit., p.18)

Percebe-se até aqui o quanto a Igreja vinha batalhando, no cenário nacional e catarinense em particular, em busca da retomada hegemônica nas questões educacionais a fim de difundir a sua doutrina cristã nas escolas do governo. Em Santa Catarina, desde a entrada do professor Henrique Fontes no comando da Instrução Pública do Estado, em

1919, mudanças neste sentido já vinham ocorrendo. Por meio da Série Fontes, publicada inicialmente em 1920, as lições cristãs já faziam parte das lições escolares.

3.2 - A Série Fontes

A Série Graduada de Leitura Fontes constituiu-se numa cartilha - a Cartilha Popular, e mais quatro livros de literatura - Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro de Leitura. Como já afirmado, a primeira edição da coleção se deu em 1920, com a Cartilha Popular, o Primeiro e o Segundo livro, ano em que Henrique Fontes assumia a diretoria da instrução pública.

No prefácio do Primeiro Livro, Henrique Fontes justificava a organização da sua Coleção afirmando que o alto custo dos livros escolares, muitas vezes, inviabilizava a aquisição dos mesmos pelas crianças pobres, acarretando em prejuízo ao seu aprendizado. Além do mais, seria dever do Estado, uma vez que impondo a obrigatoriedade do ensino a todos, disponibilizar materiais escolares, para que não houvesse impedimento por parte de alguns, ou de muitos, em usufruir os livros escolares. Diante destas circunstâncias, Henrique Fontes buscava, junto ao Governo de Hercílio Luz, a impressão de sua série de leitura, que deveria ser distribuída gratuitamente às crianças carentes. Segundo o autor, o Estado precisava *"facilitar a aquisição de livros; precisa(va) mesmo, dá-los aos que não os possam comprar e aos que relutem em adquiri-os."* Outro aspecto importante que o autor mencionava era que, mesmo sendo de baixo custo, a sua Série não seria inferior às obras congêneres. Neste sentido, declarava:

> Mas claro está que nesta série de livros não se procura somente a exigüidade do custo; com igual cuidado procura-se também que nela, tanto no assunto como na feitura material, sejam observadas as lições de pedagogia, de modo que, ainda sob este aspecto de importância capital, não sejam os presentes livros inferiores aos seus congêneres. (Prefácio do Primeiro Livro - todas as edições)

Inicialmente, o Primeiro e o Segundo Livros foram publicados pela editora Cysne[13], em 1920; o Terceiro Livro teve sua primeira edição publicada em 1929[14] , e o Quarto Livro em 1930, completando a coleção. Na conclusão da Série, Henrique Fontes declarava:

> Sem ter presentemente nenhuma responsabilidade na administração do ensino público, continuo, entretanto, com o mesmo carinho e a mesma firmeza de outrora, a preparar-me com o problema da educação popular. [...]
> No presente livro - compilação de trechos que brilham lições de moral e civismo, - como nos anteriores; sem preiuízo de que, no feitio pegagógico e literário, pudesse e emparelhar com os congêneres; procurei a modicidade do custo para lhe facilitar a aquisição aos menos providos de recursos - e para que o Estado o possa também largamente distribuir. (Prefácio do Quarto Livro – todas as edições)

A leitura dos textos que compõem a Série de Henrique Fontes nos fornece um rico material de análise no que se refere às leituras escolares do período.[15] Nos seus textos é possível perceber a atmosfera escolar da época, além de detectar intencionalidades presentes nos ensinamentos das lições, possibilitando-nos a re-composição de valores instituídos ou cultivados na sociedade de então. Para Alain Chopin (Op. Cit, p.10), os manuais e livros escolares aparecem essencialmente como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos. O autor nos ensina que, pelo estudo destes livros, observam-se a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social. "Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o saber "ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se" (CHOPIN, Op. Cit., p.14).

---

[13] Em 1919, a livraria Cysne era de propriedade do Sr. Mathias Schonnenbeck, e situava-se à Rua 28 de Setembro, nº08 (atual Vidal Ramos). Foi foi uma das casas mais atuantes durante a década de 1920, especialmente no período em que Hercílio Luz foi governador do Estado. A *Livraria Cysne* oferecia seus serviços aos "autores de livros bons, aptos para a família", sejam eles ligados ao poder público, ao poder eclesiástico – como Joaquim Domingues de Oliveira, bispo e arcebispo de Florianópolis de 1914 a 1967, que publicou em 1920 a sua *Carta pastoral: o problema da instrucção –;* e de profissionais autônomos, como Mário Costa, que lançou, também em 1920, sua primeira obra, *Algumas Páginas*, livro de contos e crônicas. (MATOS, Felipe (2005). **Uma ilha de leitura - Notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros (Florianópolis, 1830-1960).** Monografia História UDESC. Fpolis/ SC., orientado pela professora Maria Teresa Santos Cunha).

[14] A Série Fontes, posteriormente às primeiras publicações, passa a ser produzida pela Typografia Entres. Fundada em 1910, a Livraria Central pertencia a Alberto Entres e o irmão, Godofredo Entres, e localizava-se na Rua Felipe Schmidt, nº 14, esquina com a Rua Trajano (MATOS, op. Cit).

[15] Ver quadro de classificação dos temas.

QUADRO COMPARATIVO DA SÉRIE FONTES

PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA

TÍTULO	PÁGINA	AUTOR	MENSAGEM/ LIÇÃO
MORALIDADE/ NORMAS DE CONDUTA			
O macaco intrometido	p.7	s/ autoria	Não fazer o que não sabe
Pergunta inocente	p.9	s/ autoria	Menino não deve chorar / tom de comé
O importuno	11	s/ autoria	Não incomodar os pais
O medroso	13		Não ser medroso, para não ser ridicularizado
Bom provérbio	14	s/ autoria	Honradez/ não roubar
Duas boas irmãs	15	s/ autoria	Deve-se ajudar os irmãos
A colméia	16	s/ autoria	Não se deve mexer em colméias ou coi proibidas/ perigosas
Um menino exemplar	20	s/ autoria	Regras de condutas "adequadas" para crianças
Os meninos brigões	25	s/ autoria	Deve-se evitar brigas entre irmãos
A menina e o gatinho	27-28	M. Pape – Capentier	Não maltratar os animais
O menino generoso	33	s/ autoria	Emprestar suas coisas
Boas qualidades e defeitos das crianças	34	s/ autoria	Quais as qualidades e defeitos de crianças
O cavalo roubado	40-41-42	s/ autoria	Não roubar/ não mentir
Jantar de barbados	44	s/ autoria	Obediência ao pai/ humor
Honradez	46-47	s/ autoria	Ser honesto
O menino chorão	48-49	s/ autoria	Menino não deve chorar
Nunca se deve mentir	50-51-53	s/ autoria	Nunca se deve mentir
A verdade e a mentira	52-53	Dr. Carlos Porto Carreiro	Nunca se deve mentir
Más desculpas	54-55	s/ autoria	Não se deve conversar na sala de aula
O "vai-vem"	56-57	s/ autoria	Devolver o emprestado
Gula, avareza e liberalidade	58-59	s/ autoria	Evitar a gula, a avareza e liberalidade
POESIAS:			
Canto da manhã	8	Zalina Rolim de Toledo	Apelo à natureza
A mão	12	Hilário Ribeiro	Ciências – corpo humano
Bom provérbio	14	s/ autoria	Honradez/ não roubar
Tico-tico	16	Afonso Celso	Proteção e louvor aos animais
Ditados	18	s/ autoria	Ditados populares
Caridade	21	s/ autoria	dividir o alimento com os pobres
O cão	24	Afonso Lopes Vieira	valor aos animais
Meu papagaio	32	Delminda Silveira	Brincadeiras infantis
Ao entrar na aula	43	Afonso Celso	Valor à escola
A verdade e a mentira	52	Dr. Carlos Porto Carreiro	moral
As flores	60	Olavo Bilac	Apelo à natureza

CARTA			
Alegria de um estudante	10	s/ autoria	valor à família
No aniversário de papai	19	s/ autoria	valor à família
Conseqüências de uma maldade	29	s/ autoria	Proteção à natureza
Resposta a uma carta	33-39	s/ autoria	Proteção à natureza
RELIGIOSIDADE			
Caridade	21	s/ autoria	dividir o alimento com os pobres
Confiança em Deus	22-23	s/ autoria	Confiança em Deus
As flores	60	Olavo Bilac	saudação à natureza/ à criança
CIENTÍFICOS			
O tempo	30-31	s/ autoria	Estações do ano
A mão	12	Hilário Ribeiro	corpo humano
LIÇÂO DE ESPERTEZA			
O rato da dispensa	36-37	Ana de Castro Osório	fábula

SEGUNDO LIVRO

TÍTULO	**PÁGINA**	**AUTOR**	**MENSAGEM/ LIÇÃO**
MORALIDADE/ AITUDES CORRETAS			
Gratidão	9	s/autoria	Ser grato
A figueira e o junco	9	s/autoria	Humildade- parábola
Pontualidade	24	s/ autoria	Importância da pontualidade
O lobo e o esquilo (fabula)	27	Leão Tolstoi	A bondade traz alegria/ a maldade traz tristeza
Doçura e bondade	28	Guerra Junqueiro	Não á violência/ não agir sem pensar
Os três salteadores	31-32	s/ autoria	Não roubar – castigo certo
A flauta do pastor	41	Extr.	Guardar suas origens/ ser simples/ não caluniar
O seu a seu dono	64-65	Hilário Ribeiro	Devolver o que se acha/ não roubar
O criado mentiroso	72-73	Extr.	Não mentir/ tom de comédia
O mentiroso	74-75	Coelho Neto	Nunca mentir – qdo precisar podem não lhe acreditar
Pedido justo	85-86	s/ autoria	Caridade aos necessitados
Mães	97-99	Ana de Castro Osório	Compaixão com deficientes
O rachador de lenha e o nadador	104-106	Trindade Coelho	Não mentir – ser honesto e será recompensado
O filho desobediente	108-110	Extr.	Obediência – morte trágica / religiosidade
O estudantinho da aldeia	141-145	Maria Pinto	Falar a verdade/ ser estudioso,

		Figueirinhas	e virtuoso – religiosidade
BOAS MANEIRAS/ REGRAS DE CIVILIDADE:			
Da cabeça e das orelhas	17	D. Antonio de Macedo Costa	Regras de postura e asseio para c abeça e ouvido./ envolve religiosidade
Do nariz	34	D. Antonio de Macedo Costa	Regras de asseio e bons modos quanto Ao nariz
A atitude erecta	47	José Rangel	Postura correta – saúde e nobreza do homem
Não fica bem...	66	(Adaptado)	Assobio/risada inadequada
Fica mal...	76	(adaptado)	Regras para se portar/ conversar/ se relacionar
Dos braços	79	D. Antonio de Macedo Costa	Sobre aperto de mão – asseio – respeito à hierarquia social
Defeitos que se deve evitar na sociedade	95-96	Joaquim Maria de Lacerda	Como se portar em sociedade
PATRIOTISMO			
Nossa Pátria	7	s/ autoria	Amor a país
Meu Brasil	8	Delminda Silveira	Poema ao Brasil
Cação de exílio	44	Antônio Gonçalves Dias	Valor á natureza do Brasil
A grandeza do Brasil	48	s/ autoria	Geografia – grandeza do país
A Pátria	49	Olavo Bilac	Ser grande como sua Pátria/ orgulho do país
Hino ao Brasil	58-59	Tomaz Galhardo	Poesia ao Brasil
O descobrimento do Brasil	60-61	s/ autoria	História do Brasil
Sonhos de um estudante	117-119	s/ autoria	Sonhos de militar a presidente – excesso de entusiasmo é ruim, causa inveja.
Hino à Bandeira Nacional	134	Olavo Bilac	Poema do hino
RELIGIOSIDADE			
Deus	11	Casemiro de Abreu	Deus maior que tudo
A alma	36	Guerra Junqueiro	a comprovação da alma como sentimento
O campo inculto	51-52	Joaquim Maria de Lacerda	Ir se purificando nos defeitos pouco a pouco
Natal	106-107	Olavo Bilac	Poema sobre o nascimento de Jesus
Hino dos sentidos	120-121	José Agostinho	Relação dos sentidos com a comprova-ção de Deus
Preces da infância	124-125	D. J. Gonçalves Magalhães	Oração de criança
O rico e o pobre	135-138	Guerra Junqueiro	Conformação e gratidão pela saúde apesar da pobreza. Reconhecimento da misericórdia de Deus – resignação.

CIENTÍFICOS			
Os três reinos da natureza	10	s/autoria	Biologia/reinos
As plantas	12	A. F. de B. Castilho	Plantas e benefícios ao homem
A cabeça	16	Trindade Coelho	Sobre partes da cabeça
Os olhos	25	Trindade Coelho	Partes dos olhos
A boca	38	Trindade Coelho	Sobre a boca e os dentes
A boca	39	Hilário Ribeiro	Poema – sobre boca e dentição
O tronco	46	Trindade Coelho	Partes do tronco
As pernas e os pés	62	s/ autoria	
Os braços	77 - 78	Joaquim Maria de Lacerda	Partes dos braços/ as mãos – religiosidade
Noções de higiene	113-116	Abílio César Borges	Alimentação/ asseio/trabalho/ sono/ precauções diversas
O ovo de Colombo	122-123	Olavo Bilac	História do mundo com lição de moral – valorizar as iniciativas alheias s/ desmerecê-la.
TRABAHO			
Necessidade do trabalho	12	s/autoria	Esforçar-se para conseguir as coisas
Uma boa lição	15	s/ autoria	Distração/ descuido/ umprir suas obrigações
As abelhas	29	Afonso Lopes Vieira	Valor ao trabalho
O castigo da indolência	63-64	Extr.	Não ter preguiça

DIVERSOS

A raposa e as uvas	13	Bocage	Poesia/ termos confusos p/ cças
O tolo e as moscas	14	Ana de Castro Osório	História divertida
As crianças	35	Osório Duque Estrada	Poema sobre a alegria de ser criança
A rã e o boi	37	Monteiro Lobato	Conformidade com o que se é/ não querer ser mais do que é
O tempo	42	Coelho Neto	Cumprir tarefas/ não deixar pra depois
O cão fiel	50-51	Extr.	Fidelidade do cão – texto dramático
Utilidade da chuva	68-69	Francisca Julia e Julio da Silva	Valor à chuva – religiosidade
O cravo encantado	70-71	Extr.	
Meus oito anos	102-104	Casimiro de Abreu	Poesia sobre a infância
O lobo de São Francisco	111-112	Afonso Lopes Vieira	Bondade com os animais – exemplo de são Fco.
Os dias feriados	130-133	s/ autoria	Sobre as comemorações, feriados s/ aula.
O sabiá	139-140	Fagundes Varela	Canto ao sabiá
PROVÉRBIOS			
Dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és. Um má ovelha põe um	14	popular	Frase solta

rebanho a perder.			
Provérbios	58	popular	Diversos
FAMILIA:			
Carta de parabéns	18	s/autoria	Carta à mãe/ reconhecimento do amor materno
O poder do exemplo	54-56	s/ autoria	Valor, respeito e paciência aos mais velhos
Um anjinho enfermeiro	57	Meneses Vieira	Amor filial
Atenção para com os pais	67	João de Deus	Amor e paciência aos pais
Amor fraternal	80	João de Deus	Conselhos sobre a harmonia familiar
O ninho	81-82	Virgílio Cardoso de Oliveira	Parábola – comparação da família humana com os pássaros
O que custamos a nossos pais	92-93	Hilário Ribeiro	Valor incondicional aos pais- reconhecimento- respeito
Os cinco dedos da mão	126-128	Extr.	Filho caridosos, grato a Deus (religioso), se deu bem (enriqueceu) por ouvir os conselhos do pai.
Minha mãe	129	Casimiro de Abreu	Poema à mãe. religiosidade
CONSELHOS:			
O papel e a corda	19	Extr.	"vive com os bons e serás um deles"- foge dos maus...
Guarda que comer, não guardes que fazer	83-84	Extr.	Não deixar para amanhã o que se pode fazer hoje.
Faze bem tudo que fizeres	89-91	Menezes Vieira	Fazer bem cada atividade com perfeição
O talismã	100-101	Guerra Junqueiro	Cuidar de seus negócios pessoalmente
VALOR AO ESTUDO/ À ESCOLA:			
A LIÇÃO	20	A. Corrêa de Oiveira	O estudo liberta/ se vai longe / poema
A leitura	21-22	Julia Lopes de Almeida	O valor da leitura
Para a escola	23	Ana de Castro Osório	Valor à escola – mal necessário
Repreensão amigável	32-33	s/ autoria	Conselhos ao capricho no estudo/ o bem escrever
O bom estudante	43	s/ autoria	Estudante é sinônimo de civilidade
O fabricante de cesto	87-88	s/ autoria	O valor do saber além da riqueza
O professor	94	Delminda Silveira	Valor ao prof. – religiosidade
Férias	146	Delminda Silveira	Poema às férias

TERCEIRO LIVRO

MORALIDADE/ AITUDES CORRETAS:

título	**Pág.**	**autor**	**Mensagem/ lição**
A verdadeira caridade	27	Extr.	Ser caridoso com os necessitados
A caridade	40	Rita Barreto	Cridade- o que há de mais sublime. A satisfação de fazer o bem é maior que tudo.
A verdade	43	C. W. Amstrong	A verdade ensinou o ladrão e livrou a cça de ser roubada.
Não condenemos sem prova [frases de Paulo Mantegazza/ Marquês de Marica]	48-49	Rita Barreto	Não condenemos sem prova / acreditar ncia infantil
Um contratempo inútil	54-55	Extr.	"Não sacrificar ao interesse particular o bem estar da humanidade"
O sapateiro e o rei	57-58	Extr.	A riqueza tira o sossego e a paz pela preocupação de ser roubado
A obediência Frase – provérbio inglês	59	Coelho Neto	Respeitar a hierarquia – se submeter
Na aula de leitura [frase W. Penn]	60-61	J. Pinto e Silva	Sobre o preconceito racial – contra os negros – relação patriotismo e negros heróis justificam "negro é gente"
Não furtarás [frase dos provérbios IV]	63	Almeida Garrett	Não roubar no mesmo tom bíblico
A rua [frase patriótica ded. Aquino Corrêa, Da	64-65	Rita de M. Barreto	Ser bom, ajudar, e será recompensado c mais gosta
O velho rei – conto	68-69	Olavo Bilac	Maldade de um rei impiedodo e indiferente com seu povo – aprende uma lição com a inocência de seu filho mas somente naquele dia
O castigo do cedro (fábula)	70	Baltasar Pereira	Contradição – abatimento da árvore/ fim de sua vaidade?
A economia	71	Coelho Neto	Economia como virtude
Aos desamparados [frase Orison Marden]	75-76	Francisco Viana	Poema as crianças de rua – caridade pela oração
A raposa e a onça (fábula indígena [frase de Orison Marden]	85-86	s/ autor	O bem se paga com o bem – quem não entende se dá mal.
Laffitte [Frase d Miguel Couto]	87	Extr.	Virtudes para o trabalho: ordem e economia
O altruísmo [frase de Rui Barbosa]	88	C. W. Armostrong	Mesmo pobre e desgraçada a mulher se preocupou com a segurança das crianças que brincavam na rua.
O periquito [frase de Rui barbosa]	89	Luís Pistarini	Soneto cantando a, libertação do pássaro da gaiola – é violência privar o pássaro de ter seu ninho e sua família.
O Escotismo ² [frase de Olavo Bilac]	92-94	Extr.	As virtudes e características dos escoteiros – modelo de cidadão
A independência	108	C. W. Armstrong	Não depender dos outros. Tem mais valor quem aprende sozinho.
O ferreiro [pensamento de Rui Barbosa]	115-117	Extr.	Generosidade/ pensar mais no outro que precisa do que em si/ caridade/ ajuda a quem precisa – recompensa pela bondade.

Justiça [frase relig. Rita M. Barreto]	118	Almeida Garrett	Justiça principal virtude ao educando
A simplicidade [frase deManuel Berardes]	131-132	Mme. Permond	Simplicidade do rico/ caridade aos pobres – religiosidade
Diligência	137	Coelho Neto	Ser paciente e diligente em tudo

PRECEITOS HIGIÊNICOS/ SAÚDE

Preceitos higiênicos [provérbio 'Horas de Sono']	23-26	Extr.	Ar/ roupa/ alimentos

PATRIOTISMO

A nossa Bandeira [frase entusiasmo]	15	Júlia Lopes de Almeida	Bandeira: honra, orgulho, defesa
Silva Jardim [frase Pitágoras]	18-19	José do Patrocínio	Herói republicano
A Pátria [frases: Guerra Junqueiro/ Código Escoteiros]	20-21	Carlos Porto Carreiro	O significado da Pátria – religiosidade
O General Osório [pensamento de Silvio Pélico]	28-29	Dionísio Cerqueira	Admiração da luta nas guerras – o herói
O grito do Ipiranga	33	Odilon Fernandes	Independência de Portugal – em versos
O exército negro [frase Marquês de Maricá]	34	Coelho Neto	A alma brasileira protestava contra o crime da escravidão
Queres ser escoteiro [frases: cód. Escoteiros, Vitor Hugo]	45-46	Extr.	Regras e objetivos do escotismo ; formar grupo, um chefe, ir à natureza, conhece-la, aprender a viver lá independente, ser bom com o próximo, amar a Pátria.
O Patriota [frase religiosa do decálogo]	56	Lemos Brito	Trabalho – caminho da prosperidade e patriotismo
Oração pela Pátria	62	Luís Guimarães	Forte religiosidade
Dia 21 de abril	66-67	J. Pinto e Silva	Tiradentes – herói patriota – vítima do amor da pátria
Sete de setembro [frases: Pitágoras, Cawper]	77-79	Extr.	Louvores ao 7 de setembro, ao patriotismo
Canção de exílio	81-82	Casimiro de Abreu	Poesia de amor à pátria
Uma lição bem aproveitada [Frase de Miguel Couto]	83-84	J. Pinto e Silva	História das regências no Brasil
O Escotismo [frase de Olavo Bilac]	92-94	Extr.	As virtudes e características dos escoteiros – modelo de cidadão
Os jesuítas [frase]	97	Humberto de Campos	Soneto – a missão jesuíta pela civiliza-ção
Os bandeirantes [frase de Schiller]	100-103	Carlos Góis	História dos bandeirantes
O segredo nacional	106	B. de Souza	História do tenente Américo Silvado – defensor de documentos da Pátria, morre salvando-os.
A Proclamação [pensamento de Rui Barbosa]	119-120	Extr.	Datas importantes para o Brasil o a mais importante – a proclamação da República
Ordem e progresso	121-123	Rita M. Barreto	O significado da ordem e progresso – ex. da família – norma burguesa
As armas nacionais	126	s/ autor	Características das armas nacionais

Juramento à Bandeira [pensamento de Rui Barbosa]	128-130	Extr.	Religião cívica – louvor à bandeira do Brasil
Dois de novembro	136	Extr.	Reconhecimento e culto aos mortos pela herança da Pátria
Saudação á Bandeira [duas frases: liberdade é dever; deve-se c nossas promessas	140-141	Firmino Costa	Patriotismo sagrado – aliado à religião

RELIGIOSIDADE

Oração do educador	7	Prisciliana Duarte de Almeida	Um bom professor
Deus [pensamento de Emilio Litré]	8 - 9	Latino Coelho	Deus Criador de tudo
O Universo [provérbio finlandês] [frase marquês de Marica]	12 -13	Olavo Bilac	A Lua, a Terra, o Sol, o Homem, astros – deus no centro
Anchieta [Samuel Smiles]	41	Mário de Lima	Poema sobre o padre Anchieta
O amor de Deus e o de nossos pais² [frase de Meo Viana, Teleffe Boroks]	98-99	Extr.	Filhos obedientes, estudiosos rezam pelos pais e os emocionam.
A árvores [frase de Bazin	103-104	Craveiro Costa	As virtudes, utilidade e religiosidade das árvores. A proteção que devemos d
Oração [frases sobre: pressa e livros]	138-139	Emiliano Perneta	Valor da oração
O sono de um anjo	142	Luís Guimarães	Soneto: oração à filha
Férias	143	Odilon Fernandes	Poema – férias, liberdade, natureza

CIENTÍFICOS

O sangue [Frase Aristóteles]	14	Valdemiro Potsch	Biologia – sangue/ circulação
Pássaros [pensamento de Maomé]	41	Valdemiro Potsch	Proteção aos pássaros – liberdade. São úteis nas plantações
Ferro [frase Aristóteles]	47	Valdemiro Potsch	Sobre a utilidade do metal – Brasil 1º produtor de ferro – maio riqueza mineral
Plantas e flores, frutos e sementes [frase de Guyau]	52-53	Extr.	Botânica – partes da planta
Germinação [Frases: Rui Barbosa, Samuel smiles]	95-96	Valdemiro Potsch	Cuidados com as sementes para a germinação
Araucária	109-110	Extr.	Sobre as araucárias – origem, utilidades.
Músculos	113	Valdemiro Potsch	Corpo humano - músculos
O ouro e o carvão [Frase Marquês de Marica]	124-125	Extr.	Valor destes recursos
Cachoeiras	127	Valdomiro Potsch	Geografia do Brasil

TRABAHO

O Rato (conto) [Pensamento de Alexandre Dumas Filho	37-39	Coelho Neto	Trabalho para quem é sadio – esmola é humilhação – estudo e trabalho enobrecem
O trabalho	50	C. W.	Trabalhar honestamente para ter êxito.

		Amstrong	
O que devemos aos que trabalham [frase de C. Wagner]	80	C. Wagner	Gratidão/ dívida aos trabalhadores
Os três grãos de milho (conto)	111-112	Coelho Neto	O pouco se transforma em muito quando se trabalha e sabe-se administrar a terra.

DIVERSOS

Violetas roxas [frase Cód. Escoteiros, Frase de Sólon]	30-31	Belmiro Braga	Origem mitológica das violetas roxas – pela perda do filho
Vingança de martelo (fabula)	51	Baltasar Pereira	Poema – ao mudar de posição na hierarquia, esquece as súplicas dos que sofrem. Tom crítico
O velho, o menino e a mulinha [Frase de Rui Barbosa]	90-91	Monteiro Lobato	Não fazer o que os outros falam. Agir por sua própria consciência.
Antônio Gonçalves Dias [frase de Epicteto]	105	Extr.	Poeta distinto do Brasil – História.
Violetas	107	Marquês de Sapucaí	Poesia às violetas
Pinheiros [frase de Confúcio]	114	Rodrigo Júnior	Sobre a beleza dos pinheiros
Armas	133	Fagundes Varela	Diversas armas- a língua humana a pior - crítico
O jaboti e o gigante – fábula indígena [frase sobre os malefícios do álcool	1340135	s/ autor	A superioridade da inteligência sobre a força física

FAMILIA:

Amor filial [verso do código dos Escoteiros]	10	João de Deus	Valor aos pais – virtude é maior que riqueza
A festa de Lúcio	16-17	Extr.	Pensar primeiro nos pais, dar o que se tem, a recompensa é sua bênção
Conselhos [provérbios]	36	João de Deus	Valor à família
O amor de Deus e o de nossos pais² [frase de Meo Viana, Teleffe Boroks]	98-99	Extr.	Filhos obedientes, estudiosos rezam pelos pais e os emocionam.

CONSELHOS:

A criança e o dever [frase do Cód. Dos Escoteiros]	11	Lemos Brito	O que é a criança/ o valo da Pátria
A roseira	22	Coelho Neto	Plantar para se educar “no amor da natureza”
A raposa e o tucano (fábula)	62	Extr.	Não ser mais sabido que o outro
Relações e deveres entre irmãos [frases: trabalho, educação de deus]	72-73	Mme. Permond	Carta aos filhos para se ajudarem - religiosidade

QUARTO LIVRO:

MORALIDADE/ AITUDES CORRETAS

título	**Pág.**	**autor**	**Mensagem/ lição**
O semeador	46-47	Amélia Rodrigues	Poesia – a criança que dá bons frutos – o ideal
52- Virtude e ciência	83	A. F. de Castilho	Valor e poderes da virtude e ciência
53- o homem magnânimo	84	Aristóteles	Conselho e preceitos a um bom exemplo de homem
98- José da Silva Mafra	98-99	Joaquim Manuel de Macedo	Virtudes do bom senso, saber servir ao país, instrui-se, trabalhar, morrer pobre na honestidade e humildade – modelo de cidadão
70 – A paixão da verdade	115	Rui Barbosa	O valo infinito da verdade - poder
73 – Joaquim Nabuco	119-121	Henrique Coelho	Modelo de homem, exemplo, vergonha da escravidão no Brasil
77 – O Visconde de Mauá	130-132	Alberto de Faria	Homem que progride financeiramente – exemplo de caráter
81 – as boas ações	136	Rui Barbosa	Recompensa para as boas ações
144 – O ideal	144	Rui Barbosa	Virtudes – o ideal

PATRIOTISMO

5- O avô²	12	Olavo Bilac	Poema – valor do avô
18- O torrão natal	31	Joaquim Manuel da Silva	O família e a Pátria como raiz do homem
20- A pequena pátria²	33	Marcos Konder	Da casa ao país - limite
21- De volta à terra	34-37	Paulo Setúbal	Poema – valor às belezas do seu lugar – hospitalidade de sua gente, alegria da chegada, simplicidade e felicidade.
22- A Pátria	38	Rui Barbosa	Comportamento dos que servem à Pátria
23- A Pátria	38-39	Aquino Corrêa	Religiosidade cívica – valor a pátria
24- Pindorma	40	Eurico de Góis	Valor ao índio por conhecer o sentido da Pátria
25 – Terra do Brasil	41	D. Pedro II	Poema (soneto) de D. Pedro II no exílio, demonstrando seu patriotismo e Brasil.
27- Terra de Santa Cruz	43	Rosalina Coelho Lisboa	Soneto – o herói descobre o Brasil
28- Direitos e deveres	44-45	Graco Cardoso	Lições de cidadania – a cidade, o progresso, os direitos humanos da revolução francesa.
29- Ensinemos o Brasil aos brasileiros	48-49	Lauro Muller	Valor do país e da língua portuguesa – busca da unidade nacional/ religiosidade
44- à Bandeira	68-69	Aquino Corrêa	Poema – louvor e adoração à bandeira nacional
45- Os portugueses	70-71	Afonso Celso	Valorização do português – sentido de gratidão
46- Cantando, espalharei	71	Camões	As conquistas portuguesas
54- Sete de setembro	85-86	Casimiro de	Poesia –glórias da independência

		Abreu	
55- Inteireza dos Andradas	86-87	Vasconcellos de Drumond	O país não deve pagar por descuido de seus funcionários públicos – cada qual arque com suas conseqüência e acate a lei. – superioridade do poder estatal.
57- Ao Brasil	89-90	Fagundes Varela	Exaltação ao Brasil, orgulho, valor
97- Liberdade	97	Antônio Carlos	Soneto – liberdade – patriotismo (pátria divina)
71 – A Pátria	116	Antônio Sales	Soneto – preferência à terra natal – comparada à mãe
72 – Impostos	117	Jônatas Serrano	Dever do cidadão de contribuir serviço militar obrigatório
135 – Felipe Schmidt	135-136	Edmundo da Luz Pinto	Modelo de patriota – nacionalismo para os estrangeiros

GUERRA

38- A guerra	57	Vieira e Rui Barbosa	O que representa a guerra
39- A paz e a guerra	58-60	A. Mário Caldeira Brani	Texto questionário sobre a guerra e a paz
40- A paz	61	Belmiro Braga	Poema – louvor à paz
41- Apelo á mocidade	62-63	Pedro Lessa	Diversidade dos brasileiros – a coragem dos brasileiros nas guerras
42- Na defesa do solo	64	Álvaro Borges dos Reis	Soneto – os heróis das guerras
56- Para a paz e para a liberdade	88	Lauro Muller	Quando é necessária e justificável a guerra.
69 - dever de solidariedade	111-114	Carlos Góis	Virtude na guerra/ honra do homem, vergonha e covardia – o mal maior

RELIGIOSIDADE

1 – Hino ao Creador	7-8	Domingos José Gonçalves de Magalhães	Poesia – fidelidade ao Criador
84 – A Águia e o sol	143 - 144	Joaquim Serra	Grandes e pequenos, pobres e ricos, todos são iguais perante Deus

DIVERSOS

63- Simplicidade, felicidade	101	Guilherme de Almeida	Poema – busca da simplicidade inspirada pela natureza
79 – Os criminosos do machado	134	Adolfo Konder	Devastamento - apêlo

TRABAHO

31- O trabalhador	51	Rui Barbosa	Dicotomia entre o trabalhador e o viciado
32- Trabalhar	52	Rui Barbosa	Preceitos para uma vida correta onde o trabalho e o horário é a base.
33- O trabalho – lei universal	52	Marcos Aurélio	Obrigação e necessidade do trabalho – texto de convencimento
66- Amor à profissão	107	Emílio Faguet	Amar o trabalho, a sua profissão, comparado à pátria e à religião.
67- Hino do trabalho	109-110	A. F. de	Trabalho e religiosidade

		Castilho	
68- A campanha do trigo	110	Adolfo Konder	O cultivo, o trabalho, o meio rural
78 – Lavra sempre...	133	Amadeu Amaral	soneto : plantação/ trabalho

LÍNGUA PORTUGUESA

26 – Língua Portugesa	42	Afrânio Peixoto	Valorização da língua vernácula
27- Língua Portuguesa	72	Olavo Bilac	Soneto – declaração de amor à língua portuguesa

A CASA

13- a casa	25	Olavo Bilac	Poema saudando e valorizando o lar e o presente/ religiosidade.
14- Higiene da habitação	26	José Rangel	Texto de cunho científico, com preceitos e orientação sobre a higiene da casa
15 – ubi natus sum	27	Luís Delfino	Valor do lar – poema
16- Inviolabilidade de domicílio [frase: educação – Joaquim Nabuco]	28-29	Araújo Castro	Texto sobre as leis- direito á privacidade
17- Domus áurea	30	Cruz e Souza	Soneto – a casa, o lar e a família em harmonia
19- Visita à casa paterna	32	Luiz Guimarães	Poema - lembranças do lar no passado
20- A pequena pátria	33	Marcos Konder	Da casa ao país – limite
105 – O pessimismo nas escolas	105	Araripe Junior	Crítica ao desânimo nas escolas refletindo no pouco nacionalismo

FAMILIA:

2- A família	2	Henrique Coelho	Valor da família - conselho
3 -A avozinha	10	Carlos Porto Carreiro	Poema de saudade
4- O poder da família	11	Samuel Smiles	A importância do lar na formação moral da criança – ser moldável
5- O avô²	12	Olavo Bilac	Poema – valor do avô
6 – Amor de mãe [frase – educação]	13-15	Edmundo d'Amicis	Conselho/reprimenda de um pai para o filho que ofende a mãe
7 – Ser mãe	16	Coelho Neto	Soneto do que é ser mãe
8- meu pai	17	Júlia Lopes de Almeida	Valor e reconhecimento do pai
9- Em família	18	Afonso Celso	Hierarquia – respeito e amor à família
10- Solidariedade familiar [frase sobre a boa educação	19-20	s/autor	Conhecimento da Lei sobre as obrigações em família
11- A Leoa	21	Raimundo Corrêa	A leoa como mães, entende a outra mãe e vai embora.
12- Parentesco – Definições e espécie	22-23-24	s/ autor	Texto de cunho científico sobre parentesco

HERÓIS:

48- Os grandes índios	73-77	Viriato Corrêa	Texto longo sobre os índios "heróis" – visão mítica do índio.
49 – José de Anchieta	78-79	Machado de Assis	Visão romântica do ensino jesuítico – a missão salvadora do padre – poema

50 – Os negros	80-81	Afonso Celso	O negro herói – seu valor, seu heroísmo – deve ser reconhecido – visão mítica do negro. (afastamento do real)*
51- O homem forte	81	Gonçalves Dias	Poema – louvor ao herói mártir
58- Deixem isto para as mulheres	90-93	B. de Souza	HST – realismo da guerra coragem do herói, a dor, violência revelada à cça.
59- heroínas brasileiras	94-96	O. Duque Estrada	Mulheres que lutaram na guerra e demonstraram coragem – valentia pela pátria.
62-Rosa Maria Paulina da Fonseca	100	Sílvio Roméro	Heroína é a mãe que incentiva o filho ao patriotismo
64- Uma heroína	102	Lemos Brito	Heroína: mulher que lutou pelo seu país
74 – Conselheiro Jerônimo Francisco Co	122-123	José Boiteux	Heróis catarinenses da política
75- Marechal Deodoro	124-125	Luiz Murat	Herói – soldado revolucionário
76- O velho guia	126-129	Alfredo d'Escragnolle Taunay	Combatente de guerra – José Francisco Dias – herói
82 – Trajano de Carvalho	137-139	Henrique Boiteux	
83 – Caxias	140-142	Gustavo Capanema	Patriota – heróis da guerra

VALOR AO ESTUDO/ À ESCOLA:

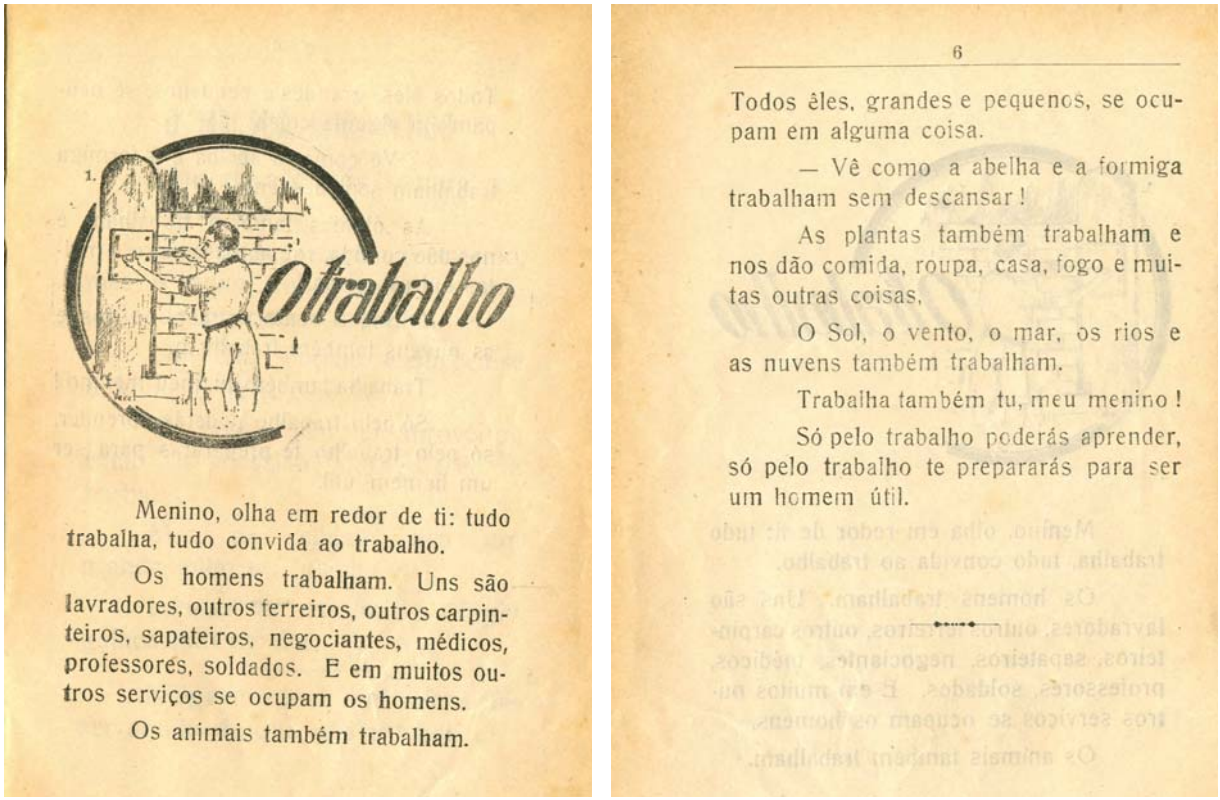
34- Comportamento escolar	53	João de Deus	Valor á instrução e o bom comportamento do estudante
35- A cidade da luz – a escola	54-55	Luís Delfino	Poema – escola é como um mundo das luzes
36- Os livros	56	Vieira	Valor aos livros
37 – Ler e refletir	46	Rui Barbosa	Importância de ler e refletir sobre a leitura – ter suas próprias idéias

3.3 – As lições e temas da Série Fontes

O presente capítulo dedica-se à análise somente dos quatro livros de leitura da Série de Leitura Fontes, excetuando-se a Cartilha Popular - parte integrante da Série Fontes, por entender que ela se enquadraria numa categoria de análise distinta, guardando peculiaridades e questões pedagógicas que demandariam outras observações, como por exemplo, a metodologia de alfabetização adotada.

Ao folhear o Primeiro Livro de Leitura, inicialmente encontramos a lição intitulada "O trabalho":

Figura 22. Primeiro Livro (1945, p. 5,6).



1.

O trabalho

Menino, olha em redor de ti: tudo trabalha, tudo convida ao trabalho.

Os homens trabalham. Uns são lavradores, outros ferreiros, outros carpinteiros, sapateiros, negociantes, médicos, professores, soldados. E em muitos outros serviços se ocupam os homens.

Os animais também trabalham.

6

Todos êles, grandes e pequenos, se ocupam em alguma coisa.

— Vê como a abelha e a formiga trabalham sem descansar!

As plantas também trabalham e nos dão comida, roupa, casa, fogo e muitas outras coisas.

O Sol, o vento, o mar, os rios e as nuvens também trabalham.

Trabalha também tu, meu menino!

Só pelo trabalho poderás aprender, só pelo trabalho te prepararás para ser um homem útil.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

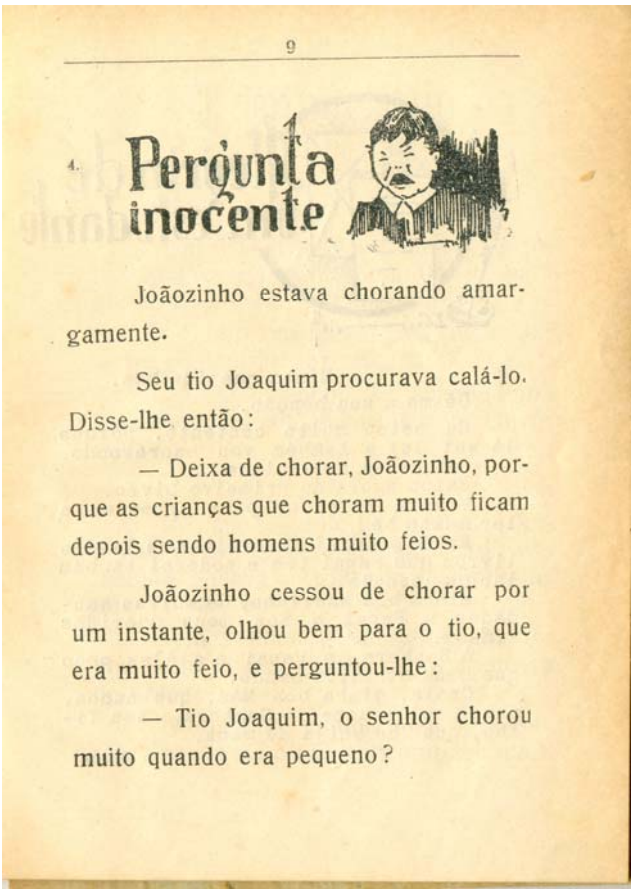
No texto, a voz que fala é a de um adulto que ensina as crianças a importância do trabalho. Trata-se de um conselho, uma recomendação, um ensinamento. O estudo, neste texto, entendido como trabalho, seria a ocupação legítima da criança, devendo ser encarada com seriedade. Com esta lição, a criança era introduzida no primeiro valor apresentado: o trabalho.

Os textos do Primeiro Livro são, em geral, curtos, de linguagem simples, e de fácil memorização[16], atendendo as exigências da pedagogia moderna e do método de ensino intuitivo, bem como as preocupações acerca da psicologia infantil. Wornivov explica que uma obra, para atender as necessidades infantis, precisava seguir certas exigências que se adaptassem à necessidade da criança leitora. Precisa respeitar suas limitações em termos de vocabulário, temática ou estilo, responder às exigências de sua psique durante o processo de conhecimento e apreensão, se ajustar ao ritmo de sua evolução mental (WORNICOV, 1986). Desta forma, atingindo melhor a sensibilidade da criança, seria mais fácil disseminar as ideias de progresso e de civilização que muito circulavam nos discursos republicanos. O livro tornou-se, então, o principal condutor deste ideário. Como sublinham Faria Filho e Irlen Gonçalves (2005), ao se inserir num processo de paulatina produção de referências sociais, o livro tinha na escola, ou na forma escolar de socialização, a transmissão de conhecimentos, o eixo articulador de seus sentidos e significados. Lajolo (2001) relata a crença no poder criador dos livros didáticos do início do século XX, que se portavam à linguagem para imaginar o mundo ou recriar com transparência uma realidade que se queria como definitiva.

O autor e organizador Henrique Fontes escolhe para o Primeiro Livro lições que dão um ensinamento de moral, mas com a preocupação de inserir a criança na atmosfera infantil, com um tom humorístico, por exemplo.

[16] A memorização, apesar de ser uma prática escolar proibida oficialmente, ainda era muito praticada, conforme constatação da Pesquisa "As lições dos grupos escolares: um estudo sobre a incorporação do método de ensino intuitivo na cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935), coordenada pela Professora Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive, em andamento.

Figura 23. Primeiro Livro, 1945, p.9.



9

4. Pergunta inocente

Joãozinho estava chorando amargamente.

Seu tio Joaquim procurava calá-lo. Disse-lhe então:

— Deixa de chorar, Joãozinho, porque as crianças que choram muito ficam depois sendo homens muito feios.

Joãozinho cessou de chorar por um instante, olhou bem para o tio, que era muito feio, e perguntou-lhe:

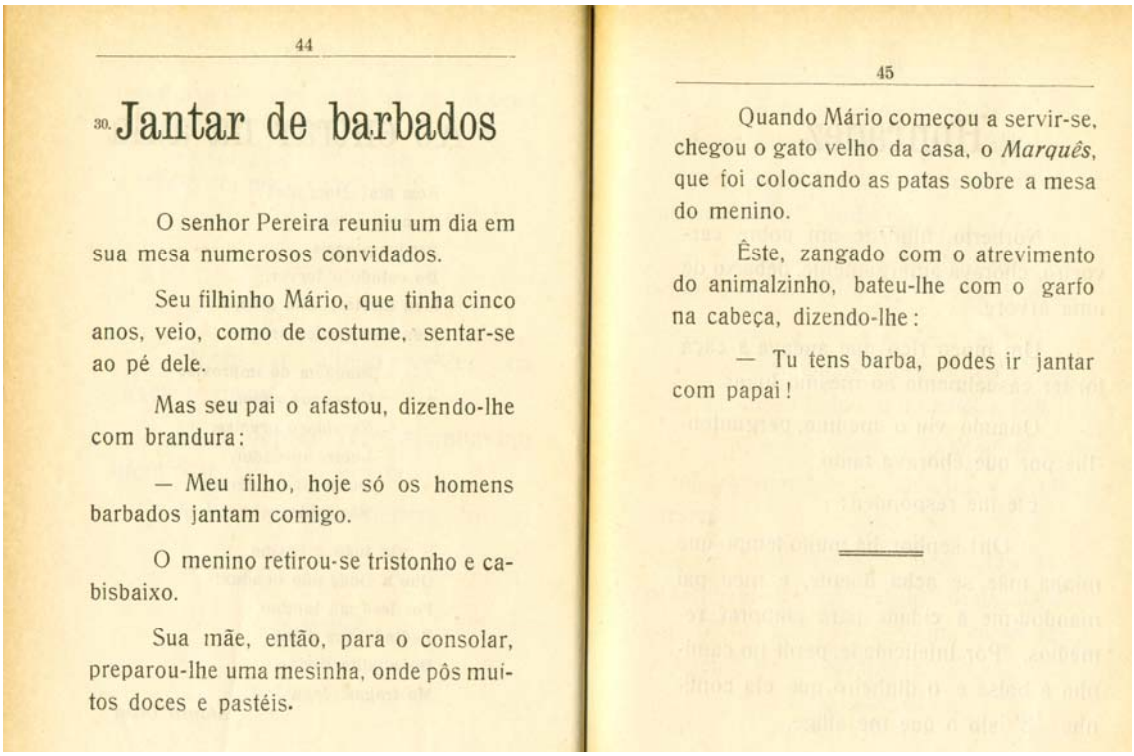
— Tio Joaquim, o senhor chorou muito quando era pequeno?

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

A lição que ensina que o "menino não deve chorar", pode ser aqui observada. Quanto ao questionamento final do menino, que poderia ser entendido como atrevimento da criança, já está destacado de antemão como uma "pergunta inocente", pelo título, deixando um tom divertido ao texto, no final.

Outra lição, com característica semelhante encontramos em:

Figura 24. Primeiro Livro, 1945, p.44, 45.



44

30. Jantar de barbados

O senhor Pereira reuniu um dia em sua mesa numerosos convidados.

Seu filhinho Mário, que tinha cinco anos, veio, como de costume, sentar-se ao pé dele.

Mas seu pai o afastou, dizendo-lhe com brandura:

— Meu filho, hoje só os homens barbados jantam comigo.

O menino retirou-se tristonho e cabisbaixo.

Sua mãe, então, para o consolar, preparou-lhe uma mesinha, onde pôs muitos doces e pastéis.

45

Quando Mário começou a servir-se, chegou o gato velho da casa, o *Marquês*, que foi colocando as patas sobre a mesa do menino.

Êste, zangado com o atrevimento do animalzinho, bateu-lhe com o garfo na cabeça, dizendo-lhe:

— Tu tens barba, podes ir jantar com papai!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Revelando valores e hábito nos lares, o texto dá indicação de como os filhos precisavam, em determinados momentos, reconhecer "o seu lugar" na hierarquia familiar. Naquele período, era comum as crianças não participarem das conversas dos adultos, o que ficava nesta lição representado. Apesar de conferir um tom engraçado, a leitura também deixava no ar o ensinamento sobre a obediência.

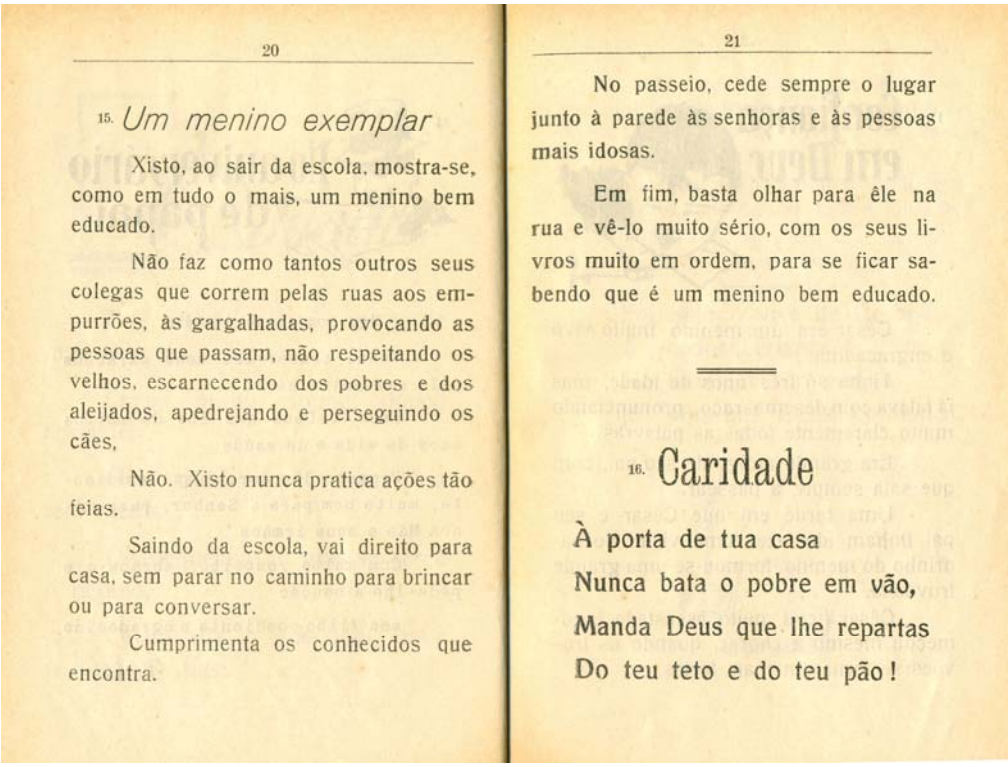
As lições de moral perpassam todo o Primeiro Livro, e inclusive toda a Série Fontes. Lições que revelam o fator educativo, além do instrutivo, que a escola assumia como sua função essencial, tal como pode ser observado na fala do Governador do Estado, Adolpho Konder:

> Mas - além de instruir, é preciso educar. «Faz-se necessario, observa Jules Delafosse, não sómente em bem da criança, mas ainda no interesse da sociedade, que a instrucção e a educação se associem, se completem e concorram fraternalmente para a cultura moral e intelectual do educando, afim de que este se torne mais tarde um homem consciente de seus deveres e capaz de os cumprir).
> O ensino, convém, pois, seja um complexo de processos tendentes a desenvolver todas as virtualidades animicas e physicas da criança, educando-lhe o coração, o cerebro e as mãos, para formar-lhe a intelligencia, o caracter e a aptidão creadora.

> Educar e instruir fixam, portanto, actividades correlatas e um bom methodo educacional não deve juxtapor-se ao ensino, mas confundir-se com este.
> Assim - educando e instruindo, formando o cérebro e o coração dos homens - intervém o mestre na estructuração mental e moral das nações.
> (Adolpho Konder, 1927, p.22)

Para Venera (Op.Cit., p.33), "a inserção da leitura nas escolas passaria a ser, também, a inserção a uma linguagem que antecederia o novo sujeito leitor e passaria a fazer parte de sua constituição". Desta forma, padrões de comportamento, estímulo a uma conduta adequada, eram comuns nas leituras escolares:

Figura 25. Primeiro Livro, 1945, p.20, 21.



20

15. *Um menino exemplar*

Xisto, ao sair da escola, mostra-se, como em tudo o mais, um menino bem educado.

Não faz como tantos outros seus colegas que correm pelas ruas aos empurrões, às gargalhadas, provocando as pessoas que passam, não respeitando os velhos, escarnecendo dos pobres e dos aleijados, apedrejando e perseguindo os cães,

Não. Xisto nunca pratica ações tão feias.

Saindo da escola, vai direito para casa, sem parar no caminho para brincar ou para conversar.

Cumprimenta os conhecidos que encontra.

21

No passeio, cede sempre o lugar junto à parede às senhoras e às pessoas mais idosas.

Em fim, basta olhar para êle na rua e vê-lo muito sério, com os seus livros muito em ordem, para se ficar sabendo que é um menino bem educado.

16. Caridade

À porta de tua casa
Nunca bata o pobre em vão,
Manda Deus que lhe repartas
Do teu teto e do teu pão!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

No texto acima, também sem indicação de autoria, o autor utiliza o modelo de um menino exemplar cujas atitudes se aproximavam mais dos hábitos e costumes adultos: "saindo da escola, vai direto para a casa, sem parar no aminho para brincar...", "cumprimenta os conhecidos que encontra"....

Numa intenção nítida de modificar comportamentos, o autor escreve num tom de elogio o comportamento que o menino Xisto apresentava, depreciando, por outro lado, as ações consideradas inadequadas das outras crianças. É bom, segundo o texto, que o aluno não fique pelas ruas, que ao sair da escola, siga seu caminho para casa, que ao trafegar saiba ser cortês com os outros, cumprimentando e respeitando as pessoas em suas diferentes condições (idosos, pobres, aleijados).

O texto traz indícios da realidade comum e cotidiana, e de certos comportamentos infantis que a escola tencionava modificar. O menino que desejasse ser modelo, e merecer os elogios e o reconhecimento dos adultos, diante dos demais, precisava demonstrar com atitudes e seriedade aquilo que o livro recomendava. Trata-se da concepção de criança bem educada, que segundo Philipe Áries (1981), é originária do século XVII, na Europa, onde uma elite formada por pensadores e moralistas, que ocupavam funções eclesiásticas e governamentais, buscava preservar as suas crianças das rudezas e da imoralidade comuns de crianças das camadas populares e de filhos de escravos. Esta criança bem educada ficou conhecida na França como o "pequeno burguês" e na Inglaterra como o "futuro gentleman". No Brasil, com o projeto republicano de reforma social, tornou-se o "pequeno cidadão", o qual seria formado nas escolas do governo, através de um currículo "recheado" de valores morais e educativos.

Hábitos de higiene, o valor ao estudo, hábitos contidos e disciplinados, postura e fala correta conformavam um conjunto de valores comuns entre a classe média e alta, e ignorados pelas camadas populares. Nesse sentido, os valores e normas burguesas deveriam ser disseminados pela escola através das lições escolares. Hábitos burgueses eram padrões ideais de civilidade, pois a criança adquiria desde cedo hábitos de higiene, de postura e respeito, de obediência às hierarquias, disciplina, civilidade e disposição ao trabalho. No texto abaixo é possível reconhecer esses caracteres:

> **Defeitos que se devem evitar na sociedade**
>
> O espírito de contradição é um grande defeito que se deve evitar com sumo cuidado. Assim, só em caso de necessidade é permitido contradizer alguém. para o que se devem empregar sempre expressões polidas, tais como: *Permita-me observar-lhe que se engana, que foi mal informado, etc.*
> Quando, numa sociedade, se ventila uma questão, não devem os mancebos emitir sua opinião sem para isso serem rogados. E, quando a opinião que se emite é contrariada pelos outros, convém abandoná-la com deferência, em vez de

> combatê-la com pertinácia. Todavia é permitido expor com boas maneiras as suas razões, sem teimar.
> Não se deve nunca gracejar com os superiores; com os iguais é lícito, às vêzes, gracejar, sem porém nem de leve ofendê-las ou vexá-los.
> São graves defeitos: falar mal dos ausentes, aborrecer os circunstantes com práticas longas e fastidiosa, falar muito de si, querer ostentar erudição, usar a cada momento de palavras equívocas, fazer perguntas indiscretas, rir sem motivo e às gargalhadas, mostrar desconfiança.
> O tratamento por tu só é dado entre pessoas de grande intimidade, entre irmãos, parentes, amigos de infância, etc. ; não se devem, pois, tratar por tu os criados e os subordinados.
> É contra a civilidade dar ou aceitar alguma coisa estendendo o braço por diante de outrem sem necessidade e sem lhe pedir desculpa. Se a pessoa com quem se fala estiver distante, pode-se pedir à que se achar mais próxima o favor de passar o objeto que se envia, ou, melhor, levantar-se e passar por detrás dos outros, salvo quando se está a mesa.
> Não se deve dizer o preço do objeto que se dá de presente nem fazê-lo valer.
> Não se deve fumar em sociedade onde os mais o não fazem.
> Quando se recebe dinheiro, não é bom contá-lo na presença de quem o dá, exceto no comércio. À pessoa que o entrega é que cumpre instar com a outra para que haja de o contar.
>
> (Joaquim Maria de Lacerda, Segundo Livro, 1920, p.77 a 79)

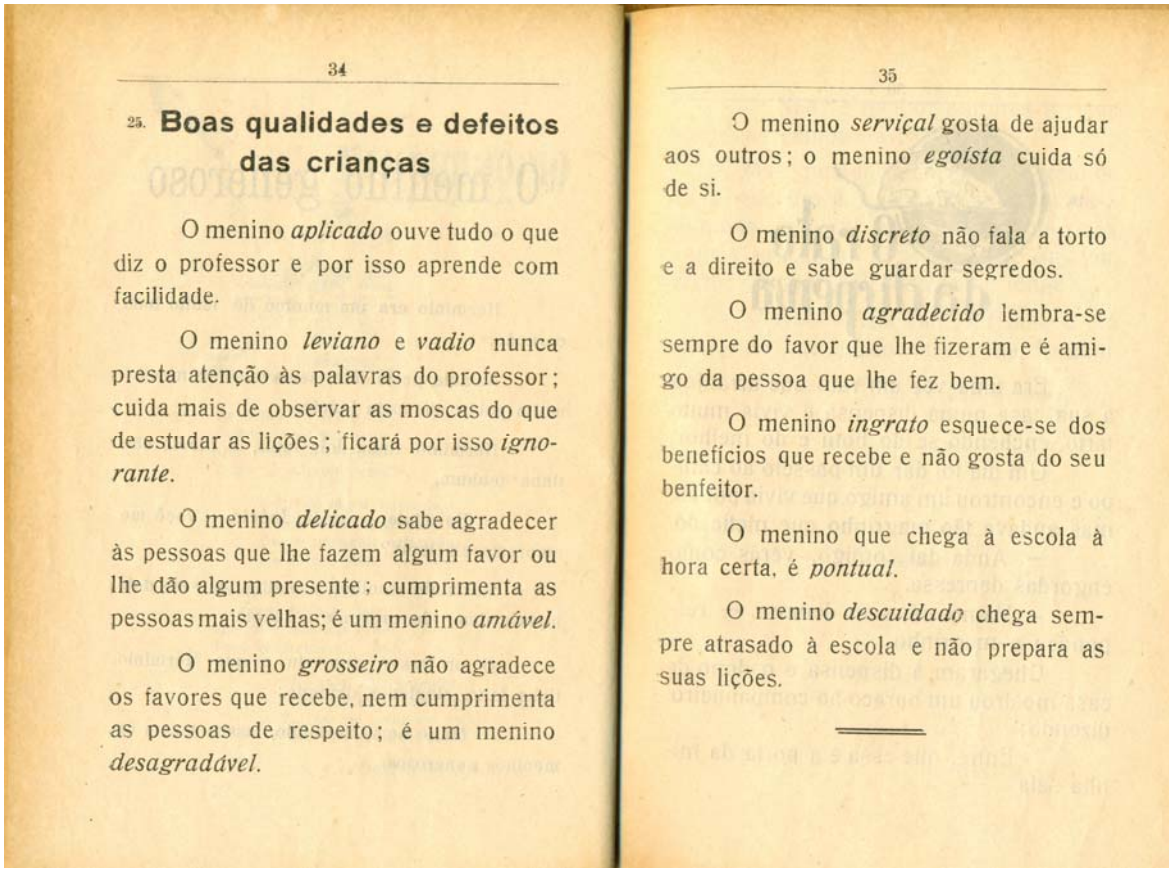
A norma burguesa, explícita no texto acima, demonstra a intencionalidade de modificar os hábitos infantis, as formas de ser e de agir, através da linguagem escrita. Este aspecto formador da literatura , a qual se constitui, segundo Leahy (1999), num subproduto moderno da pedagogia escolar, surgiu como um 'gênero' literário dedicado a esculpir e corrigir comportamentos naturalmente desviantes através da retórica da persuasão das lições morais. Sob este assunto, Marisa Lajolo também escreve:

> Em movimento de ajustes sutis e constantes, a literatura tanto gera comportamentos, sentimentos e atitudes, quanto, prevendo-os, dirige-os, reforça-os, matiza-os, atenua-os; pode revertê-los, alterá-los. É, pois, por atuar na construção, difusão e alteração de sensibilidades, de representações e do imaginário coletivo, que a literatura torna-se fator importante na imagem que socialmente circula, por exemplo, de criança e de jovem. (LAJOLO, 2005, p.27)

Como afirma Leahy (Op. Cit), por serem escritos por adultos, os livros para crianças são carregados de intenções e pontos de vista adultos, e principalmente as obras para a educação dos jovens, tidas como as mais úteis para este fim. Ivam Russeff (Op. Cit.) fala do compromisso social que as gerações mais velhas têm para com as mais novas: a atualização cultural, ou a "transmissão de uma civilização, numa pressão das gerações adultas sobre as

jovens gerações. Esta atualização ou “modificação de conduta” também pode ser verificada em outro exemplo de texto abaixo:

Figura 26. Primeiro Livro, 1945, p.34, 35.



34

25. **Boas qualidades e defeitos das crianças**

O menino *aplicado* ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade.

O menino *leviano* e *vadio* nunca presta atenção às palavras do professor; cuida mais de observar as moscas do que de estudar as lições; ficará por isso *ignorante*.

O menino *delicado* sabe agradecer às pessoas que lhe fazem algum favor ou lhe dão algum presente; cumprimenta as pessoas mais velhas; é um menino *amável*.

O menino *grosseiro* não agradece os favores que recebe, nem cumprimenta as pessoas de respeito; é um menino *desagradável*.

35

O menino *serviçal* gosta de ajudar aos outros; o menino *egoísta* cuida só de si.

O menino *discreto* não fala a torto e a direito e sabe guardar segredos.

O menino *agradecido* lembra-se sempre do favor que lhe fizeram e é amigo da pessoa que lhe fez bem.

O menino *ingrato* esquece-se dos benefícios que recebe e não gosta do seu benfeitor.

O menino que chega à escola à hora certa, é *pontual*.

O menino *descuidado* chega sempre atrasado à escola e não prepara as suas lições.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Leahy (Op. Cit.) interpreta os textos escolares como poderosos instrumentos pelo que dizem suas linhas, e principalmente, pelo que dizem suas entrelinhas. Sem uma devida mediação do professor para uma interpretação crítica sobre a leitura, as lições são absorvidas facilmente, levando as crianças a reproduzirem e incorporarem os saberes que na escola lhes são apresentados.

A criança era, neste período, concebida como um ser de personalidade plástica, inclinada naturalmente para o mal, onde educação e controle se converteriam em peças

fundamentais para a formação de uma personalidade boa. Neste sentido, a Série Fontes favorecia uma concepção de criança moldável, o que pode ser constatado na lição abaixo:

Figura 27. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.11.

— 11 —

4. A criança e o dever

Lemos Brito

ANDAI cá, meus pequeninos, e escutai.

E' da semente que a árvore recebe as qualidades que a distinguirão quando, grande, robusta, der sombra e frutos amanhã.

O homem será, em geral, o que a criança lhe transmitir, e da criança só herdará o homem, que dela há de surgir, o que de bom ou de mau, de nobre ou de mesquinho, se lhe der a beber na vossa idade.

Não encolhais os ombros aos salutares conselhos que vos falam da Pátria, na esperança de que recuperareis, quando homem, o que houverdes perdido em criança. O tempo que se perdeu não se recupera mais. Se não começardes, agora, a querer e a compreender a Pátria, amanhã dificilmente a querereis e a compreendereis, porque o amor à Pátria é como o amor que se consagra aos pais: desabrocha no berço, enflora na meninice, frutifica na madureza e dá sombra no futuro.

O escoteiro sabe obedecer. Compreende que a disciplina é uma necessidade de interêsse geral.

Do Código dos Escoteiros

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

No período do Brasil recém-república, as crianças eram comparadas ao país em sua incompletude natural, frequentemente projetadas como nação inconclusa. Segundo Freitas (2003, p.253), "O Brasil e as crianças do Brasil acontecerão um dia, serão um 'não sei onde', definida após um 'depende de' ". Lajolo (2003), por sua vez, vai dizer que a literatura, como formadora de imagens, constrói e desconstrói perfis de crianças ao trabalhar no imaginário coletivo. Em conjunto, artes e ciências vão favorecendo que a

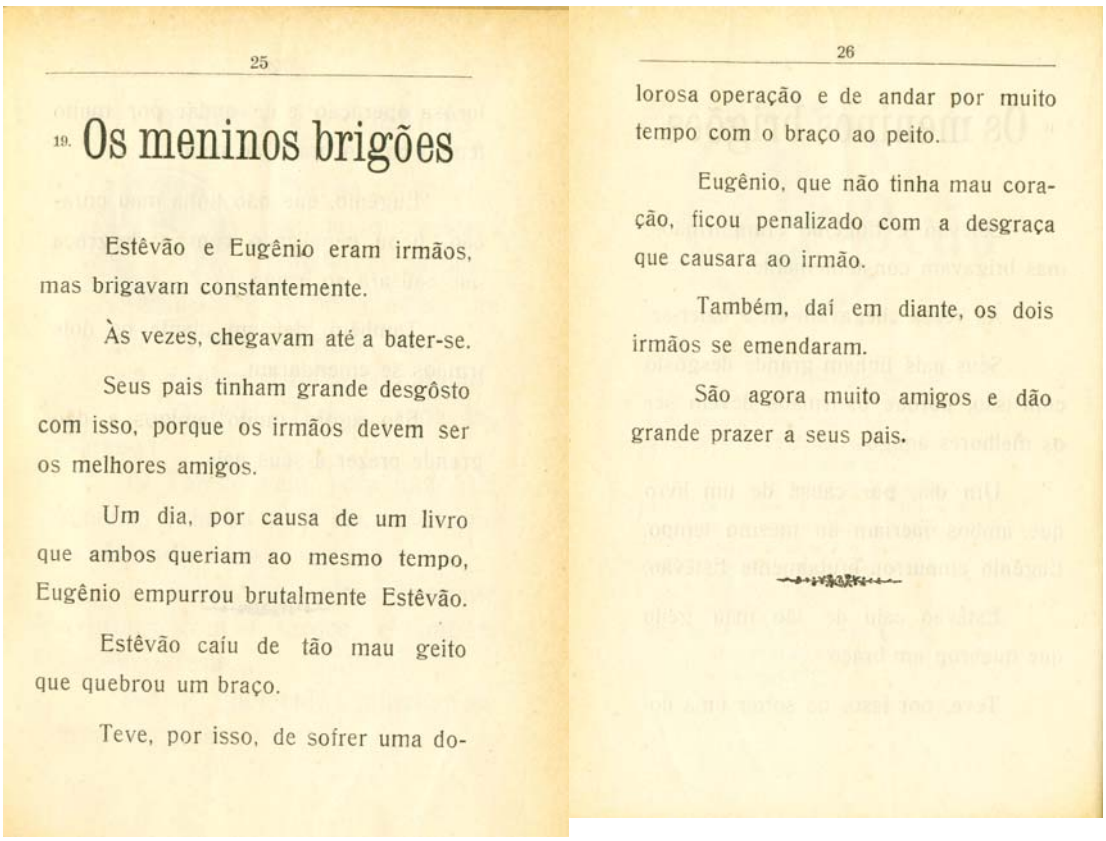
infância seja o que dizem que ela é. Na Série Fontes encontramos exemplos desta proposição:

> **O Escotismo**
> [...]Assim é o caráter.
> O homem, como os elementos, é uma fôrça que se dirige e aplica: deixado a si mesmo, degenera em puro instinto; aproveitado e corrigido, sublima-se em virtudes. Se o diamante se lapida, por que se não há de polir o espírito ?
> Os exemplos são moldes nos quais se deve formar a alma da criança. O que se adquire na infância - virtude ou vício - integra-se no caráter e nêle desenvolve-se, tornando-se, com o tempo, hábito ou feição moral.[...]
> (Terceiro Livro, p.1951, 92,95)

As crianças de todas as classes, frequentando o mesmo tipo de escola, recebendo as mesmas lições escolares, apesar de condições distintas, de origens e destinos diferenciados, conformariam a unidade nacional preconizada pelos republicanos. A escola pública se incumbiria de entregar a todos a mesma educação, com referências e valores comuns, onde se passava a percepção de um Estado neutro e científico, segundo proposições positivistas. Bastariam, para a constituição do novo cidadão, os valores patriotas vinculados à disciplina, ao respeito à hierarquia, à obediência e à inclinação ao trabalho. A Série Fontes, por meio de suas lições, veiculava estes valores visando formar o pequeno cidadão. Por conta disso, a leitura, segundo Anne Marie Chartier e Jean Hérbard (Op. Cit., p.271), pode-se dizer que "não é nem o simples instrumento de outros aprendizados nem uma diversão, porém uma leitura-formação, no sentido mais completo do termo".

Observamos a função formativa de valores nos textos da Série Fontes. Algumas vezes, posto na forma de conselhos, recomendava-se: não mentir, não furtar, não brigar, como pode ser observado na lição "Os meninos brigões", do Primeiro Livro de Leitura:

Figura 28. Primeiro Livro, Série Fontes - 1945, p.25, 26.



25

19. Os meninos brigões

Estêvão e Eugênio eram irmãos, mas brigavam constantemente.

Às vezes, chegavam até a bater-se.

Seus pais tinham grande desgôsto com isso, porque os irmãos devem ser os melhores amigos.

Um dia, por causa de um livro que ambos queriam ao mesmo tempo, Eugênio empurrou brutalmente Estêvão.

Estêvão caíu de tão mau geito que quebrou um braço.

Teve, por isso, de sofrer uma do-

26

lorosa operação e de andar por muito tempo com o braço ao peito.

Eugênio, que não tinha mau coração, ficou penalizado com a desgraça que causara ao irmão.

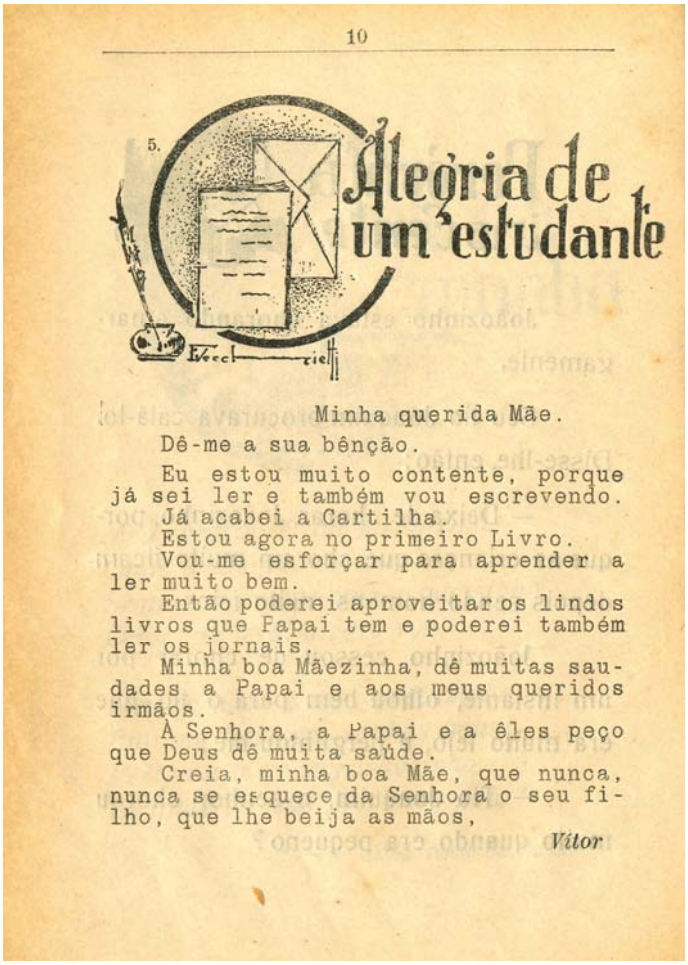
Também, daí em diante, os dois irmãos se emendaram.

São agora muito amigos e dão grande prazer a seus pais.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª .Dra. Gladys M. G. Teive.

Para fazer recomendações e dar lições de moral, outro recurso bem utilizado pelo autor foi o gênero textual carta. Entende-se que as lições na forma de correspondência estariam cumprindo sua função social ao ensinar a produzir o meio de comunicação à distância mais utilizado na época. Mas, além da função social, a carta também servia como importante gênero textual na transmissão dos ensinamentos desejáveis. Nela, o remetente podia falar diretamente ao leitor, transmitindo mais rapidamente sua mensagem.

Figura 29. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.10.



10

5.

Alegria de um estudante

Minha querida Mãe.

Dê-me a sua bênção.

Eu estou muito contente, porque já sei ler e também vou escrevendo.

Já acabei a Cartilha.

Estou agora no primeiro Livro.

Vou-me esforçar para aprender a ler muito bem.

Então poderei aproveitar os lindos livros que Papai tem e poderei também ler os jornais.

Minha boa Mãezinha, dê muitas saudades a Papai e aos meus queridos irmãos.

À Senhora, a Papai e a êles peço que Deus dê muita saúde.

Creia, minha boa Mãe, que nunca, nunca se esquece da Senhora o seu filho, que lhe beija as mãos,

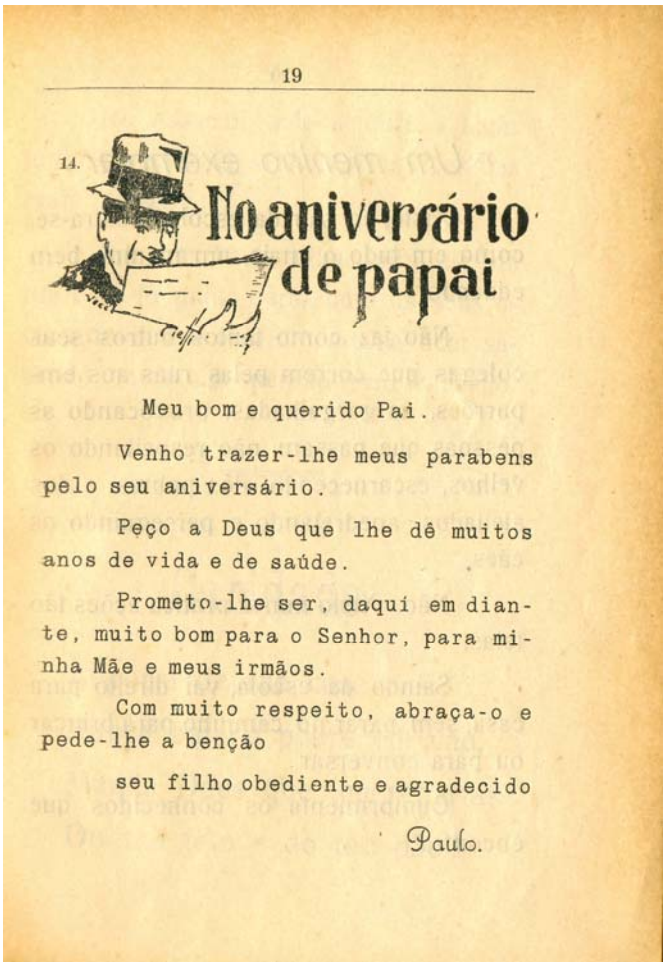
Vítor

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Esta lição era indicativa do momento em que a criança, já alfabetizada, iniciava seu percurso como agente ativo no mundo letrado. O pedido de bênção representava a atmosfera religiosa que o próprio autor buscava dar às ações cotidianas. Nota-se, nesta lição, que o autor ressalta a importância que certas palavras assumiam ao utilizar a inicial maiúscula. Desta forma, o autor destacava os valores considerados mais importantes no texto: família – Pai, Mãe, irmãos; a religiosidade – Deus; o estudo: Cartilha, Primeiro Livro.

Em outro texto, também em forma de carta, lemos:

Figura 30. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.19.



19

14.

No aniversário de papai

Meu bom e querido Pai.

Venho trazer-lhe meus parabens pelo seu aniversário.

Peço a Deus que lhe dê muitos anos de vida e de saúde.

Prometo-lhe ser, daqui em diante, muito bom para o Senhor, para minha Mãe e meus irmãos.

Com muito respeito, abraça-o e pede-lhe a benção

seu filho obediente e agradecido

Paulo.

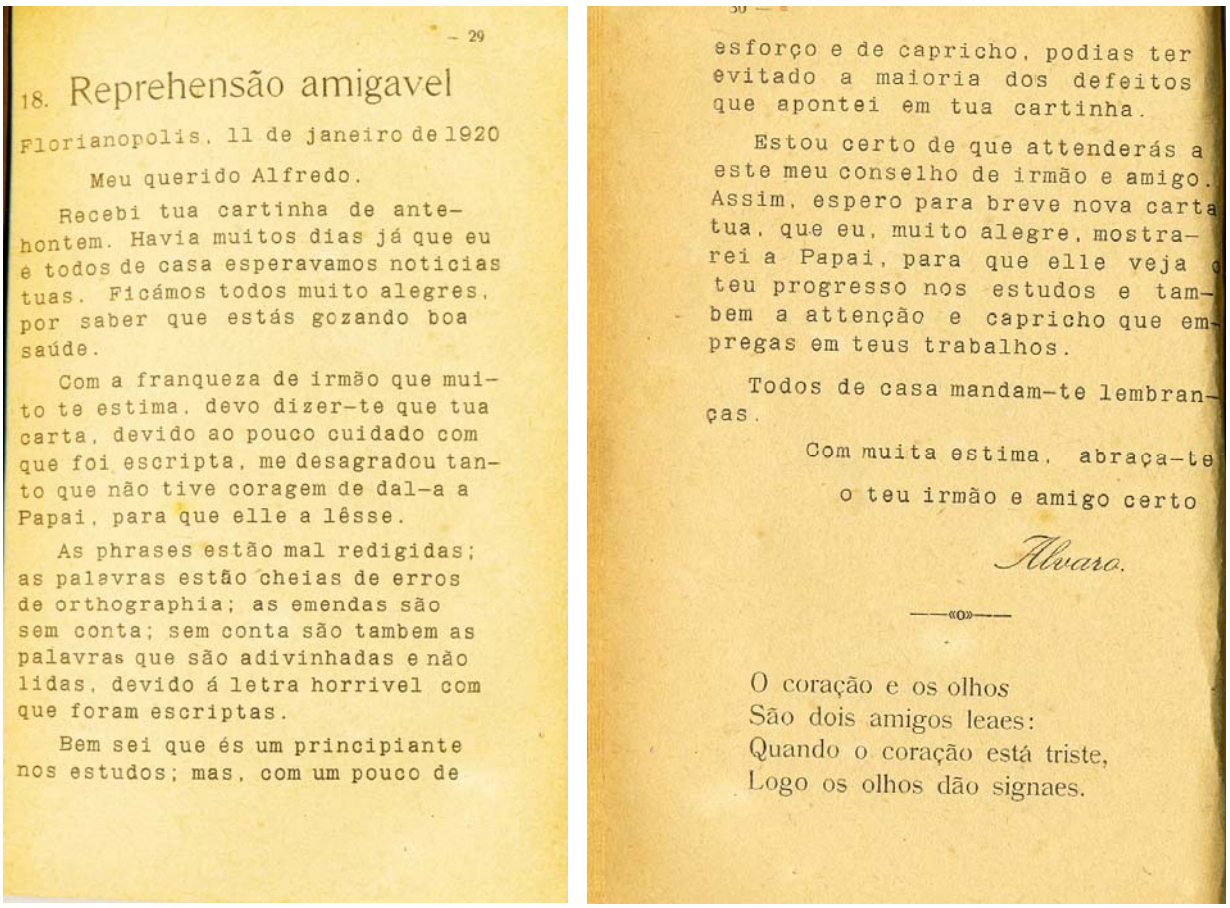
Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Na mesma linha de entendimento da carta anterior, podemos verificar características semelhantes: valor à família - Pai, Mãe, irmãos, e o tom religioso - bênção, Deus. O remetente[17] finaliza a carta se afirmando "obediente e agradecido", o que indica ser o comportamento mais desejável de uma criança com relação aos seus pais. A obediência manteria a hierarquia social da família, um controle dos pais sobre seus filhos. A gratidão representaria o reconhecimento que todo pai e mãe mereciam receber dos filhos.

[17] Coincidência ou não, Paulo é o nome do filho de Henrique Fontes, o que traz fortes indícios de ser ele mesmo o autor desta lição.

O valor ao estudo também recebia especial atenção por parte do organizador. Como já mencionado anteriormente, era preciso que as camadas populares construíssem uma boa imagem da escola e a percebessem como necessária em suas vidas. No texto abaixo, as recomendações de um irmão mais velho ao irmão menor enfatizam a importância do estudo:

Figura 31. Primeiro Livro. Série Fontes. 1945. p.29. 30.



– 29

18. Reprehensão amigavel

Florianopolis, 11 de janeiro de 1920

Meu querido Alfredo.

Recebi tua cartinha de ante-hontem. Havia muitos dias já que eu e todos de casa esperavamos noticias tuas. Ficámos todos muito alegres, por saber que estás gozando boa saúde.

Com a franqueza de irmão que muito te estima, devo dizer-te que tua carta, devido ao pouco cuidado com que foi escripta, me desagradou tanto que não tive coragem de dal-a a Papai, para que elle a lêsse.

As phrases estão mal redigidas; as palavras estão cheias de erros de orthographia; as emendas são sem conta; sem conta são tambem as palavras que são adivinhadas e não lidas, devido á letra horrivel com que foram escriptas.

Bem sei que és um principiante nos estudos; mas, com um pouco de esforço e de capricho, podias ter evitado a maioria dos defeitos que apontei em tua cartinha.

Estou certo de que attenderás a este meu conselho de irmão e amigo. Assim, espero para breve nova carta tua, que eu, muito alegre, mostrarei a Papai, para que elle veja o teu progresso nos estudos e tambem a attenção e capricho que empregas em teus trabalhos.

Todos de casa mandam-te lembranças.

Com muita estima, abraça-te o teu irmão e amigo certo

Alvaro.

O coração e os olhos
São dois amigos leaes:
Quando o coração está triste,
Logo os olhos dão signaes.

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

E os conselhos não paravam por aí. A escola, símbolo da modernidade e do futuro, guardava suas exigências e recomendações aos alunos:

O bom estudante

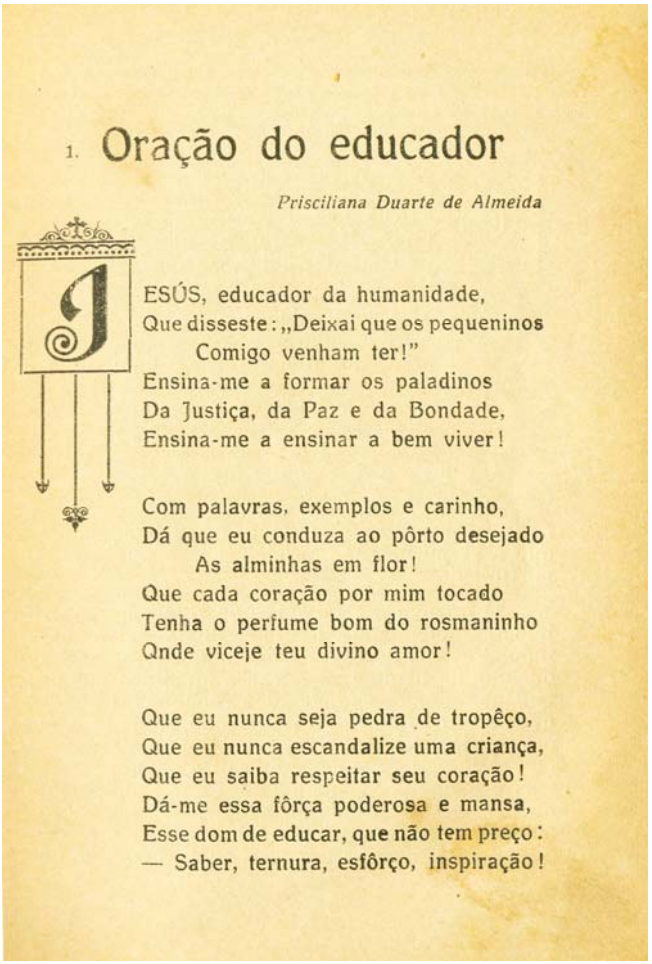
O bom estudante levanta-se cedo, tanto no verão como; no inverno. Deita-se também cedo, mas depois de ter preparado as lições do dia seguinte.
Não perde tempo em inutilidades.
Todos os dias estuda cêrca de quatro horas.
De manhã, antes de sair para o colégio, repassa suas lições .
Tem os cadernos limpos, sem borrões nem rasuras. Cuida muito dos livros, trazendo-os sempre encapados em papel grosso. .
Só falta às aulas por motivo muito sério e chega sempre à hora.
Respeita os seus professores e estima os condiscípulos.
É delicado e condescendente para com todos. Está sempre pronto a prestar serviços, seja a quem for.
Nunca usa de expressões impróprias de pessoas bem educadas.
Tem muito amor a seus pais; sacrifica-se, se for necessário, para lhes poupar dissabores.
Pensa muitas vezes no melhor meio de vir a ser um cidadão útil a si, à sua família, à Pátria e à humanidade. (Segundo Livro, 1920, p.39)

Nota-se que partindo da escola, a criança teria um tipo de educação que se irradiaria em todas as direções: família, pátria, sociedade. Percebe-se que uma grande responsabilidade pesava sobre seus ombros, pois deveria dar o exemplo daquilo que ela (a criança escolar) representava, e pelo qual todos dela esperavam. Um dos deveres da criança era honrar e sempre acatar as “ordens” do professor. No trecho da lição “O estudantinho da aldeia”, verificamos esta assertiva:

> [...]- O professor é sempre bom quando os seus discípulos cumprem os seus deveres. A maior alegria que sinto é quando sei que meus alunos estudam e aproveitam as minhas lições e dizem a verdade, abrigando no coração todos os bons sentimentos. E' assim que os meninos conseguem as maiores glórias da vida e é assim que se preparam para mais tarde serem homens dignos, trabalhadores e virtuosos. (Segundo Livro, 1920, p.102 a 107)

Portanto, caberia ao aluno concluir que jamais encontraria em seu caminho um professor que não ensejasse as boas qualidades próprias de sua função. Quando houvesse repreensão, a criança já sabia que havia falhado em seu dever, pois as ordens do professor assim lhe indicavam. Este entendimento curiosamente se confirmaria na primeira lição do Terceiro Livro de Leitura. A despeito dessas lições infantis, este livro iniciava com um poema que era direcionado ao professor:

Figura 32. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.07.



1. Oração do educador

Prisciliana Duarte de Almeida

JESÚS, educador da humanidade,
Que disseste: „Deixai que os pequeninos
Comigo venham ter!"
Ensina-me a formar os paladinos
Da Justiça, da Paz e da Bondade,
Ensina-me a ensinar a bem viver!

Com palavras, exemplos e carinho,
Dá que eu conduza ao pôrto desejado
As alminhas em flor!
Que cada coração por mim tocado
Tenha o perfume bom do rosmaninho
Qnde viceje teu divino amor!

Que eu nunca seja pedra de tropêço,
Que eu nunca escandalize uma criança,
Que eu saiba respeitar seu coração!
Dá-me essa fôrça poderosa e mansa,
Esse dom de educar, que não tem preço:
— Saber, ternura, esfôrço, inspiração!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive

Lendo esta poesia, a criança recebia a confirmação das boas intenções dos seus professores. Já os professores percebiam, pela mensagem veiculava, e sob uma áurea religiosa, qual era a forma esperada de ensinar e tratar seus alunos.

A religiosidade, observada neste poema e em diversos outros textos, tornou-se pano de fundo dos diferentes temas apresentados por Henrique Fontes. Está presente na abordagem à família, à escola, à Pátria, à natureza:

A árvore (Craveiro Costa,)

> A árvore é uma manifestação da **bondade de Deus** para com os homens: dá-lhes o teto, o lume, o alimento, a saúde, a arma de defesa, os meios de transporte, a fôrça motriz da indústria. A árvore, feita caravela, trouxe Cabral ao Brasil e a primeira que os portuguêses abateram na floresta brasileira foi transformada em Cruz, o grande símbolo da fé cristã, da Fé que nos ficou no coração, imprimindo ao caráter nacional o sentimento de fraternidade. [...] [grifo meu]
>
> [...] Tanto à chuva que jorrou,
> Como o Sol, que os campos doura,
> A tudo a **Mão criadora**
> Docemente abençoou. [grifo meu]
>
> [...] O saber é a ciência
> De tudo por **Deus** criado:
> É a luz à nossa existência,
> É um tesouro estimado! [grifo meu]
>
> [...] –"Vai, meu filho, com a **bênção de Deus** e de tua mãe, e nunca, - aconteça o que acontecer, - nunca deverás mentir". (C.W.Armstrong,) [grifo meu]

O tema sobre família é frequente em todos os livros da Série. A lição "Relações e deveres entre irmãos", de Mme Permond, é uma carta que aconselha as crianças no que se refere à forma de se relacionar com seus irmãos. Nela também verificamos a presença da religiosidade além das recomendações familiares:

> Vamos agora dizer algumas palavras sôbre os deveres e relações entre irmãos, pois, vós deveis uns aos outros auxílio e proteção. Nosso dever é fazer de vós homens honrados, bons cristãos e procurar dar-vos no mais que pudermos uma educação sólida que vos permita conseguir situação honrosa.[...]
> Nunca devereis deixar vossos irmãos na desgraça, sem lhes irdes em socorro: é neste momento que começam vossas obrigações; e rejeitá-los, apesar das faltas que pudessem ter cometido, seria o modo de atrair a maldição de Deus e a reprovação de tôdas as pessoas de bem. [...] (Terceiro Livro, 1941, p.72)

A defesa dos valores familiares, dos deveres da criança para com seus pais, e do reconhecimento do sacrifício dos pais pelos filhos se converte em lições em forma de conselhos e em demonstrações de como a criança deve se comportar diante dos seus pais e na sociedade. A lição "Conselhos", de João de Deus, nos dá um bom exemplo:

> Ser bom filho é ser amanhã bom cidadão.
> Quem se acostumou a cumprir o seu dever na família; acha-sé propenso a cumpri-lo na sociedade.
> A pessoa habituada, de tenra idade, a respeitar o que é justo e decente, adquire uma forte repugnância à maldade e ao vício.
> Por isso o amor da fam1ília é um manancial de bens e, fora da família, custa muito achar a felicidade.
> [...]
> Não desperdiceis o vosso coração em ilusões. (p.36)

O texto dá a indicação de que a família supre todas as necessidades, portanto, há que ser valorizada e respeitada pelos filhos.

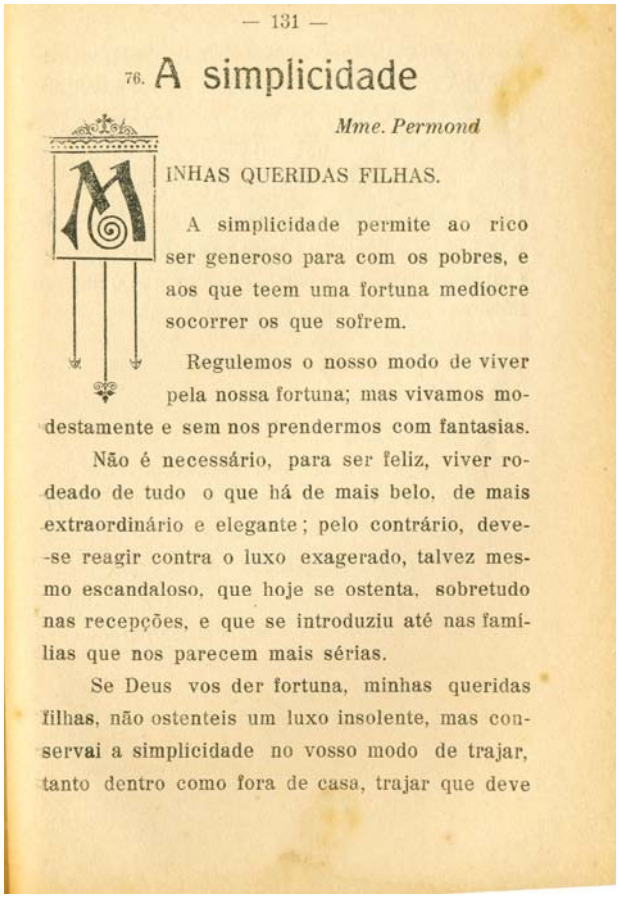
Na mesma direção, a lição "A rua", de Rita de M. Barreto, dá coordenadas de comportamento infantil desejado:

> Ernesto era um menino modêlo. Em casa só procurava dar sossêgo aos seus pais e ajudá-los no que podia.
> No, grupo foi sempre o primeiro aluno da classe. Na rua tinha procedimento irrepreensível. Jamais alguém o viu rir-se de um aleijado,deixar de tirar o chapéu às pessoas de idade, ou ceder a calçada às senhoras e aos velhos. [...] (Terceiro Livro, 1939, p.64)

A mensagem trazida no texto era de que um bom filho seria, consequentemente, um bom aluno, e vice-versa. O menino-modelo dá o exemplo em todos os lugares e tempo. É o que diz o provérbio abaixo, encontrado em outra página: "Toma em rapaz bom caminho/ Que o segues também velhinho"(Terceiro Livro/João de Deus, 1939, p.36).

O texto "A simplicidade", de Mme. Permond , também em tom de conselho, orienta o caminho que a criança deve seguir em sua vida.

Figura 33. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.131, 132.



— 131 —

76. A simplicidade

Mme. Permond

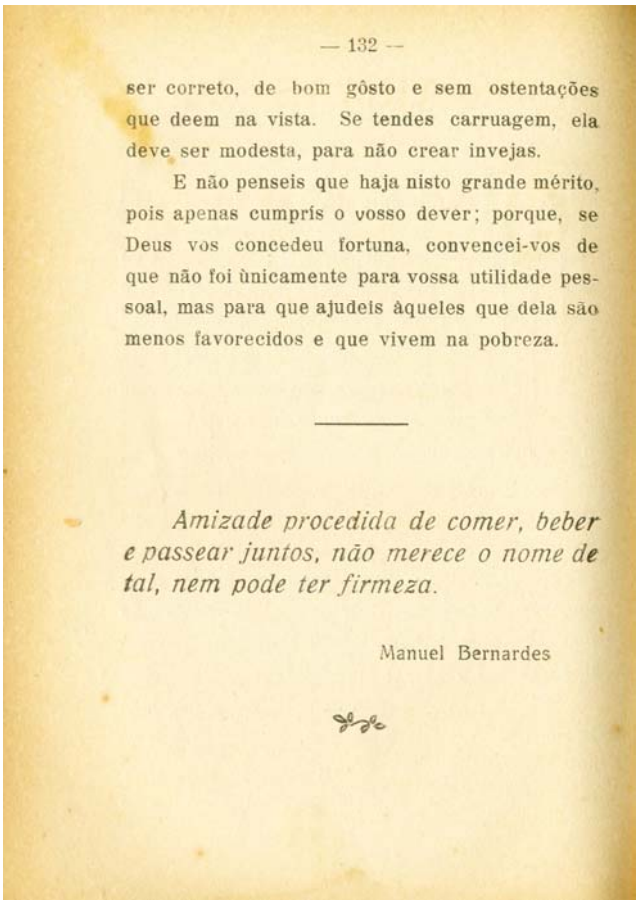
MINHAS QUERIDAS FILHAS.

A simplicidade permite ao rico ser generoso para com os pobres, e aos que teem uma fortuna medíocre socorrer os que sofrem.

Regulemos o nosso modo de viver pela nossa fortuna; mas vivamos modestamente e sem nos prendermos com fantasias.

Não é necessário, para ser feliz, viver rodeado de tudo o que há de mais belo, de mais extraordinário e elegante; pelo contrário, deve-se reagir contra o luxo exagerado, talvez mesmo escandaloso, que hoje se ostenta, sobretudo nas recepções, e que se introduziu até nas famílias que nos parecem mais sérias.

Se Deus vos der fortuna, minhas queridas filhas, não ostenteis um luxo insolente, mas conservai a simplicidade no vosso modo de trajar, tanto dentro como fora de casa, trajar que deve



— 132 —

ser correto, de bom gôsto e sem ostentações que deem na vista. Se tendes carruagem, ela deve ser modesta, para não crear invejas.

E não penseis que haja nisto grande mérito, pois apenas cumpris o vosso dever; porque, se Deus vos concedeu fortuna, convencei-vos de que não foi ùnicamente para vossa utilidade pessoal, mas para que ajudeis àqueles que dela são menos favorecidos e que vivem na pobreza.

Amizade procedida de comer, beber e passear juntos, não merece o nome de tal, nem pode ter firmeza.

Manuel Bernardes

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Os grupos escolares e as escolas isoladas mantidas pelo Estado eram, desde 1912, frequentados por crianças de todas as classes sociais. Não havia escolas particulares de ensino elementar particulares, a não ser nas regiões de imigração. Somava-se a isto a novidade e o investimento que o Estado direcionava aos primeiros grupos que foram inaugurados, nos quais se via novas instalações, museus, quadros e materiais didáticos para as lições de coisas. Este encontro, que reunia tanto filhos de elite como os das classes populares, demandava a busca por referencial mediador das classes sociais. A solução parecia buscar um valor que conciliasse e harmonizasse os diferentes. Nos livros de Fontes encontramos valores como a simplicidade e a caridade que poderiam representar a "solução para estes conflitos": *"A porta de tua casa, / Nunca bata o pobre em vão,/ Manda Deus que lhe repartas / Do teu teto e do teu pão"*. (Caridade, Primeiro Livro, 1945, p.21).

A simplicidade é ressaltada no texto “O rico e o pobre”, de Guerra Junqueiro, onde relata o desejo de uma criança pobre, ao ver um menino rico na carruagem, de ser como ele. O menino rico, ao escutar suas palavras respondeu:

> - Eu, - disse o fidalguinho, - de boa vontade seria pobre, se tivesse saúde.
> Mas, como Deus quis que eu fosse aleijado e doente, sofro os meus males com paciência e faço por ser alegre, dando graças a Deus pelos bens que me concedeu na sua infinita misericórdia. Faze o mesmo, meu amiguinho, e lembra-te que, se és pobre e comes mal, tens fôrca e saúde, coisas que valem mais que uma carruagem, e que não se podem comprar com dinheiro.
> (Segundo Livro, 1920, p.79)

Conformado em sua condição, o menino reconhecia que possuía um bem mais precioso que o dinheiro: a saúde para trabalhar. Desta forma, as crianças pobres que se identificassem com o garoto, ao invés de ressentimentos, se tornavam gratas pela saúde que possuíam.

Outro trecho do poema “Aos desamparados”, de Francisco Viana[18], também trazia uma mensagem de piedade, ou consolo, demonstrando que algumas crianças se achavam em situações mais críticas, abandonadas nas ruas:

> Eu tenho muita piedade
> De ver sózinhas nas ruas
> Essas crianças de idade
> Inda tão tenra e já nuas,
>
> Sem um lar para abrigá-las,
> Sem um pão para comer,
> Sem ter mães, para beijá-las,
> Sem ter no mundo um prazer.[...]
> (Terceiro Livro, 1939, p.75)

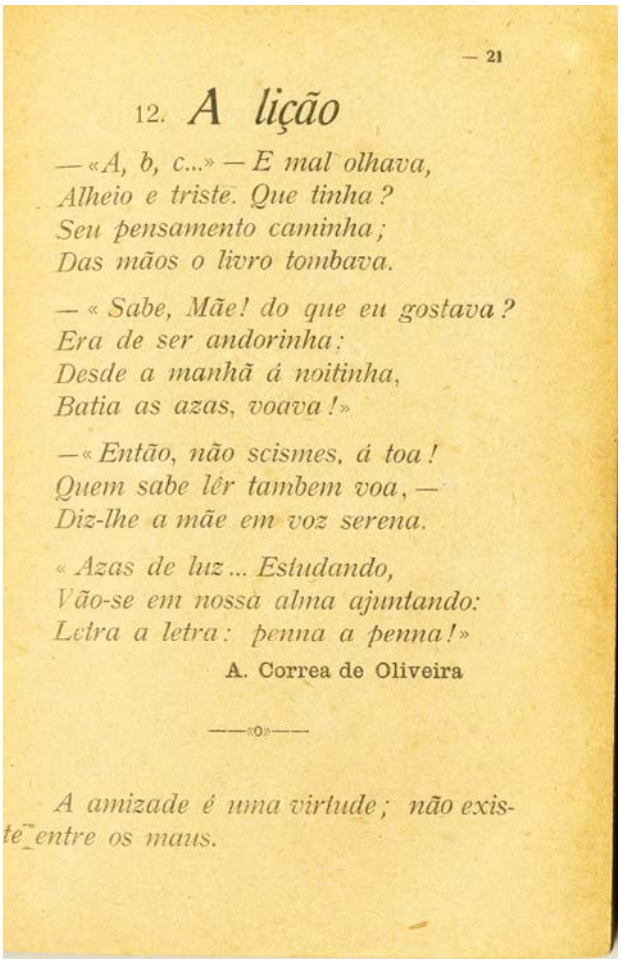
Ao despertar em todos a compaixão pelos desamparados, levaria a mensagem às crianças pobres, mesmo as mais necessitadas, que em sua pobreza ainda eram agraciadas por terem um lar e uma família para lhes proteger.

Nas leituras infantis, ensina Lajolo (2003), muitas vezes a criança é posta numa visão romantizada, com posturas ingênuas, naturais e espontâneas. Para a construção desta

[18] Francisco Viana é o autor da Série Graduada de Leitura que precedeu a Série Fontes, entre os anos de 1911 a 1919, nos grupos escolares de Santa Catarina.

imagem, a poesia significou um grande peso, onde a representação edênica da infância permaneceu fundo no imaginário brasileiro em função, talvez, da frequência com que compareceu a antologias e manuais escolares. Esta visão romantizada é claramente observada na criança escolarizada da Série Fontes:

Figura 34. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.21



— 21

12. *A lição*

— «A, b, c...» — E mal olhava,
Alheio e triste. Que tinha?
Seu pensamento caminha;
Das mãos o livro tombava.

— « Sabe, Mãe! do que eu gostava?
Era de ser andorinha:
Desde a manhã á noitinha,
Batia as azas, voava!»

— « Então, não scismes, á toa!
Quem sabe lêr tambem voa, —
Diz-lhe a mãe em voz serena.

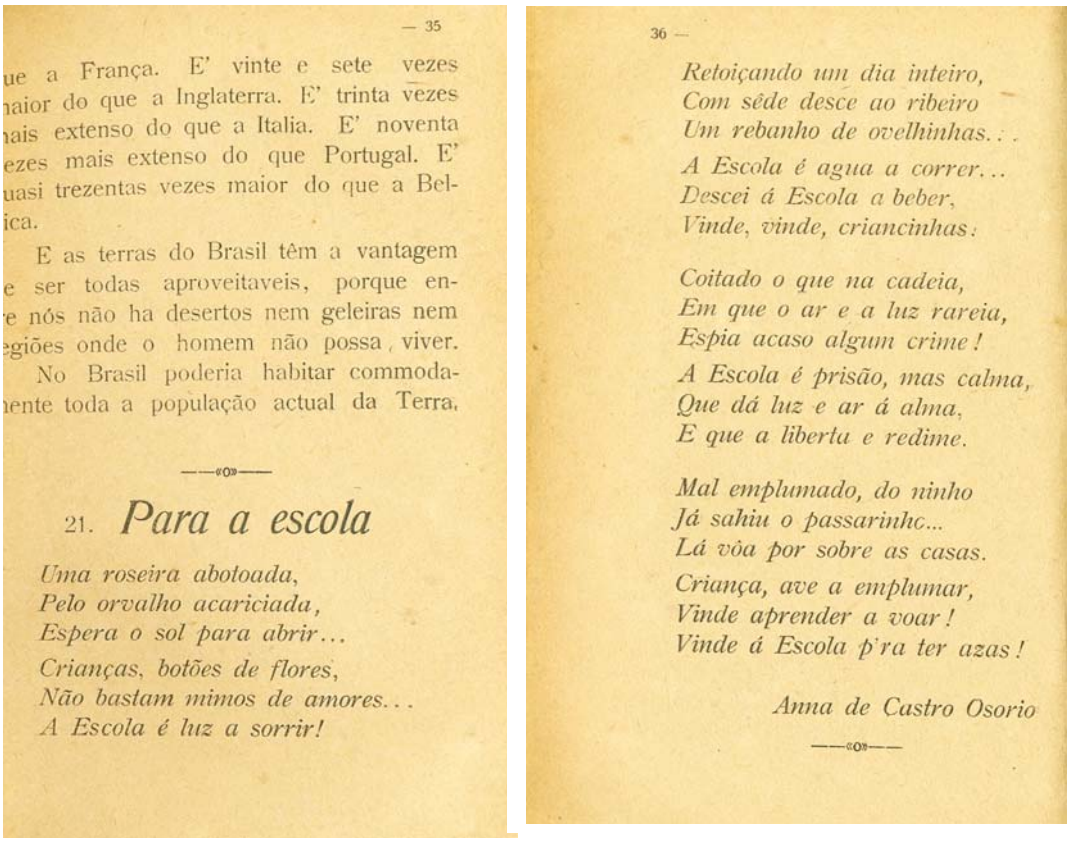
« Azas de luz... Estudando,
Vão-se em nossa alma ajuntando:
Letra a letra: penna a penna!»

A. Correa de Oliveira

A amizade é uma virtude; não existe entre os maus.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive

Figura 35. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p35, 36.



— 35

ue a França. E' vinte e sete vezes maior do que a Inglaterra. E' trinta vezes mais extenso do que a Italia. E' noventa vezes mais extenso do que Portugal. E' quasi trezentas vezes maior do que a Belgica.

E as terras do Brasil têm a vantagem de ser todas aproveitaveis, porque entre nós não ha desertos nem geleiras nem regiões onde o homem não possa viver.

No Brasil poderia habitar commodamente toda a população actual da Terra.

——«o»——

21. *Para a escola*

Uma roseira abotoada,
Pelo orvalho acariciada,
Espera o sol para abrir...
Crianças, botões de flores,
Não bastam mimos de amores...
A Escola é luz a sorrir!

36 —

Retoiçando um dia inteiro,
Com sêde desce ao ribeiro
Um rebanho de ovelhinhas...
A Escola é agua a correr...
Descei á Escola a beber,
Vinde, vinde, criancinhas:

Coitado o que na cadeia,
Em que o ar e a luz rareia,
Espia acaso algum crime!
A Escola é prisão, mas calma,
Que dá luz e ar á alma,
E que a liberta e redime.

Mal emplumado, do ninho
Já sahiu o passarinho...
Lá vôa por sobre as casas.
Criança, ave a emplumar,
Vinde aprender a voar!
Vinde á Escola p'ra ter azas!

Anna de Castro Osorio

——«o»——

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Freitas (Op. Cit.) nos ensina que a representação da infância dada pela ciência é frequentemente estranha às próprias crianças, e que nas diferentes instâncias – sociedade, ciência, literatura e instituições que compartilham da imagem infantil, o que ocorre é uma permanente negociação das representações por elas construídas.

Neste mesmo entendimento, Lajolo nos diz que a noção de criança assumida por cada época tem tanto ou nada a ver com crianças da vida real. Características de crianças apresentadas na série Fontes também demonstravam a idealização dos adultos: a criança "boazinha" – educada e estudiosa servia de exemplo às demais, que eram "indisciplinadas" e "preguiçosas".

No Segundo Livro, a lição de entrada intitulada "Nossa Pátria" nos traz a noção ideal de comportamento infantil atrelado ao amor à Pátria.

Figura 36. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.7, 8.

1. Nossa Patria

Nossa Patria é o Brasil.

Todos devemos amal-o e procurar ser-vil-o e engrandecel-o.

Os meninos devem tambem mostrar-lhe seu amor; devem tambem trabalhar pela grandeza da Patria.

Por meio do estudo, da obediencia aos pais e aos mestres, da amizade a seus companheiros, do cumprimento de todos os deveres em casa e na escola, mostrarão os meninos o amor que têm á sua Patria.

O menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excellente.

O Brasil é um paiz grande, bello, glorioso e hospitaleiro.

8 —

Nelle todos podem viver em paz e liberdade.

Devemos ter orgulho de ser brasileiros e procurar ser cidadãos dignos de um paiz tão cheio de riquezas e maravilhas como é o Brasil.

2. *Meu Brasil*

Meu Brasil! — Terra formosa!
Deu-te o Céo a distincção!
Tens a fórma grandiosa
Dum immenso coração!

Meu Brasil! — Patria bondosa,
Jamais inspiras receio;
Como uma mãe carinhosa,
A todos abres teu seio!

Meu Brasil — Terra bemdita,
No teu Céo de puro azul,
Com viva luz infinita,
Brilha o Cruzeiro do Sul!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Esta primeira lição do Segundo Livro fazia uma introdução e dava um panorama do que seria tratado no volume. Perpassando o nacionalismo, mostrava que os meninos precisam estudar, valorizar a família, serem leais com seus amigos, valorizar o trabalho, fatores que indicavam o nível do seu amor à Pátria. Para Wornicov (1986), ensinamentos os mais diversos eram transmitidos sob a denominação de histórias infantis, que, entremeados de lições de moralidade, levavam à exaltação patriótica e à apologia da vida rural. "Embora propósitos similares possam ter pedagogia e literatura, a intencionalidade expressa e latente da primeira a afasta do literário que tem no fluir subjacente de idéias e sentimentos seu eixo de expressão"(WORNICOV, , p.7).

No Segundo Livro de leitura, os textos já cresciam em complexidade quando comparadas ao primeiro. Também aumenta o número de textos: no Primeiro Livro há 38 lições; no Segundo, somam-se 56.[19] O mesmo ocorre com os demais livros da série, dando

[19] Nas futuras edições, o Segundo Livro chegará a ter 87 lições.

seguimento ao pressuposto de ensino graduado, apregoado por Orestes Guimarães em sua Reforma.

O patriotismo é um tema muito presente em toda a Série. O tema ganha relevância a partir da República, mas é um fenômeno que por diversas vezes, devido a diferentes momentos históricos no país e no mundo, vai ganhando relevância no currículo escolar. A Proclamação da República, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1917, além de guerrilhas internas no país no início do século XX, instituíram e renovaram a importância dos valores cívico-patriotas:

> [...] Não encolhais os ombros aos salutares conselhos que vos falam da Pátria, na esperança de que recupereis, quando homem, o que houverdes perdido em criança. O tempo que se perdeu não se recupera mais. Se não começardes, agora, a querer e a compreender a Pátria, amanhã dificilmente a querereis e a compreendereis, porque o amor à Pátria é como o amor que se consagra aos pais: desabrocha no berço, enflora na meninice, frutifica na madureza e dá sombra no futuro. (Terceiro Livro, 1939, p.11/ A criança e o dever, de Lemos Brito)

Abaixo, no excerto da lição "O Escotismo", também se percebe a importância da temática nacionalista:

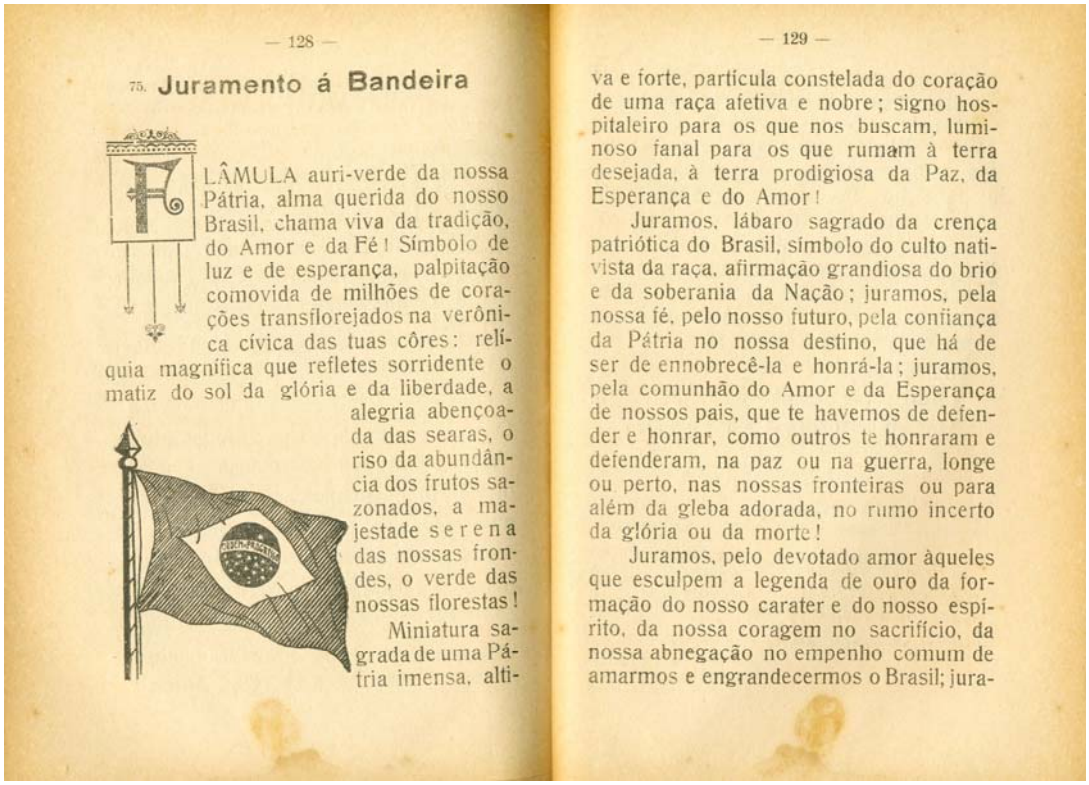
> [...] Acompanhado sempre da Bandeira; cresce junto dela, cantando, como oração heróica, o Hino Nacional, e, fiel ao juramento que lhe prestou, não ousa cometer falta pela qual possa ser argüido diante do pendão venerável, que é tudo para êle, porque é o símbolo da Pátria.
> De tal escola saem os infantes que serão os homens de amanhã: seres de têmpera viril, tão úteis na paz pelo que aprenderam brincando, como serão bravos na guerra pela resistência que adquiriram no corpo com os exercícios, na alma com a perseverança na disciplina, que é a cadência da ordem.
> Assim, essa instituição heróica e generosa é a escola primária do civismo(o Escotismo), na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros que, amando o seu País, queiram aprender a bem servi-la e honrá-la. (Terceiro Livro, 1939, p.93-94)

O título "Saudação à Bandeira", de Firmino Costa, continha:

> ...Amado pavilhão auri-verde, inspira em nossos corações o amor da Pátria! Êste nome Brasil, que fazes lembrar, nós o consideraremos sagrado, e, nem gracejando, seremos capazes de profaná-lo. Prestaremos sincera homenagem ao teu inseparável companheiro, que é o Hino Nacional. Respeitaremos sempre a Constituição e as leis da República. Não havemos de quebrar, por nenhum motivo, a nossa solidariedade com os interêsses pátrios. Harmonizaremos com o patriotismo a nossa profissão, a nossa farnília, a nossa religião, a nossa vida, servindo à Pátria do melhor modo que nos fôr possível. [...] (Terceiro Livro, 1939, p.140)

O mesmo acontece com o texto:

Figura 37. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.128, 129.



— 128 —

75. **Juramento á Bandeira**

FLÂMULA auri-verde da nossa Pátria, alma querida do nosso Brasil, chama viva da tradição, do Amor e da Fé! Símbolo de luz e de esperança, palpitação comovida de milhões de corações transflorejados na verônica cívica das tuas côres: relíquia magnífica que refletes sorridente o matiz do sol da glória e da liberdade, a alegria abençoada das searas, o riso da abundância dos frutos sazonados, a majestade serena das nossas frondes, o verde das nossas florestas!

Miniatura sagrada de uma Pátria imensa, altiva e forte, partícula constelada do coração de uma raça afetiva e nobre; signo hospitaleiro para os que nos buscam, luminoso fanal para os que rumam à terra desejada, à terra prodigiosa da Paz, da Esperança e do Amor!

— 129 —

Juramos, lábaro sagrado da crença patriótica do Brasil, símbolo do culto nativista da raça, afirmação grandiosa do brio e da soberania da Nação; juramos, pela nossa fé, pelo nosso futuro, pela confiança da Pátria no nossa destino, que há de ser de ennobrecê-la e honrá-la; juramos, pela comunhão do Amor e da Esperança de nossos pais, que te havemos de defender e honrar, como outros te honraram e defenderam, na paz ou na guerra, longe ou perto, nas nossas fronteiras ou para além da gleba adorada, no rumo incerto da glória ou da morte!

Juramos, pelo devotado amor àqueles que esculpem a legenda de ouro da formação do nosso carater e do nosso espírito, da nossa coragem no sacrifício, da nossa abnegação no empenho comum de amarmos e engrandecermos o Brasil; jura-

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Uma frase retirada do texto "O patriota", de Lemos Brito (Terceiro Livro, 1939, p.56), indica a conduta ideal do cidadão que ama o seu país: "O patriota serve a seu pala na paz como na guerra. Na guerra, luta e morre por êle. Na paz, empenha tôdas as suas energias para servi-lo e engrandecê-lo.[...]". Curiosamente, ao final da página encontra-se a frase: "Amarás a Deus sobre tôdas as coisas ..." - (Do Decálogo).

Esta composição de lições cívicas com a religiosidade parecia querer dar o entendimento de que um comportamento patriótico era necessário e útil, porém sem jamais esquecer da religiosidade, necessária em todas as ações do ser humano. Desta forma, a esfera religiosa mais uma vez marcava presença numa série de ensinamentos constantes nos livros de Fontes. O poema de Luís Guimarães Júnior, "Oração pela Pátria", é emblemático:

Figura 38. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.36.

— 62 —

36. ORAÇÃO PELA PÁTRIA

Luiz Guimarães Júnior

Deus, que tantas nações creaste,
Que tantos povos glorificaste,
Na longa história que o mundo encerra!
O' Deus clemente, não desampares
O amor que habita em nossos lares!
Cobre de bênçãos a nossa terra!
Terra de sol, de estrêlas e de rosas,
Quando dormes, feliz, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul das noites gloriosas
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!

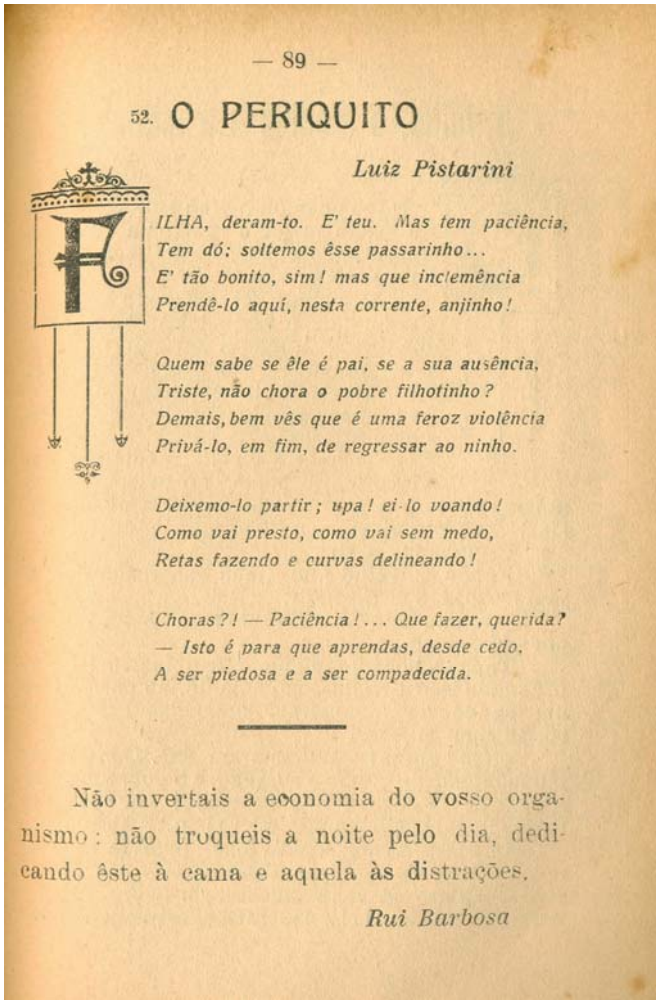
O' Deus, que fazes a vida e a morte!
Torna esta Pátria ditosa e forte
Dos verdes campos à verde serra!
E reine eterna felicidade
Em cada vila, cada cidade
E cada aldeia da nossa terra!
Terra de infindos céus e gigantes montes,
Quando dormes, exhausta, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul, dourando os horizontes,
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!

O' Deus, a Pátria será contigo...
E se a Bandeira correr perigo
Entre os funestos clarões da guerra,
O' Deus, ó fonte dos bens supremos,
Pela Bandeira nós morreremos,
Beijando a terra da nossa terra!
Terra das nossas mães! Pátria bendita e pura,
Quando dormes, feliz, em plácido abandono,
O Cruzeiro do Sul, que sôbre ti fulgura,
Abre os braços de luz, para benzer-te o sono!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Ainda atrelado às lições cívicas percebemos a valorização do país em suas riquezas naturais. A conduta de respeito à natureza era evidenciada como proposta de acomodação de novos valores nas crianças. Sendo assim, as recomendações e procedimentos para com plantas e animais eram delineados:

Figura 39. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.52.



— 89 —

52. O PERIQUITO

Luiz Pistarini

FILHA, deram-to. E' teu. Mas tem paciência,
Tem dó; soltemos êsse passarinho...
E' tão bonito, sim! mas que inclemência
Prendê-lo aquí, nesta corrente, anjinho!

Quem sabe se êle é pai, se a sua ausência,
Triste, não chora o pobre filhotinho?
Demais, bem vês que é uma feroz violência
Privá-lo, em fim, de regressar ao ninho.

Deixemo-lo partir; upa! ei-lo voando!
Como vai presto, como vai sem medo,
Retas fazendo e curvas delineando!

Choras?! — Paciência!... Que fazer, querida?
— Isto é para que aprendas, desde cedo,
A ser piedosa e a ser compadecida.

Não invertais a economia do vosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando êste à cama e aquela às distrações.

Rui Barbosa

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive.

Recomendação idêntica pode ser vista no trecho:

> [...] Sede, pois, amigos dos pássaros, não os engaioleis jamais; deixai-os livres na imensidade a voar e a cantar, cumprindo a missão que a natureza a eles destinou de proteger as plantações contra as larvas, os gafanhotos e outros insetos.
> (Os pássaros/Valdemiro Potsh, Terceiro livro, 1939, p.41)

Anne-Marie Chartier diz que a moral, baseada na dignidade do homem, lhe proporcionava direitos e deveres. "Essa dignidade fazia a "grandeza" do homem", sua "beleza moral", e decorria de um traço específico que fazia a humanidade dos homens, qualquer que fosse o nome que lhe fosse dado: razão, inteligência, vontade, liberdade, espírito, consciência, alma"(CHARTIER, 2007, p.26).

3.4 - O Quarto Livro – um diferencial

O Quarto Livro, diferentemente dos demais que compõem a coleção, está organizado por agrupamento de temas em comum. O autor/organizador Henrique Fontes parece buscar interligar os assuntos por temáticas, dando um fio condutor aos conteúdos que são apresentados.

O livro inicia por um poema de cunho religioso:

> **Hino ao Creador**
>
> Entoa, ó minha alma,
> Um hino ao Senhor,
> Um hino de gloria,
> Ao teu Creador. [...]
> (“Domingos José Gonçalves de Magalhães”, Quarto Livro, 1940, p.7)

A peculiaridade de iniciar o livro com uma leitura de contornos religiosos nos leva a recordar o costume de iniciar os trabalhos escolares com uma oração, comum nas escolas confessionais.

A segunda lição, com o título “A Família”, de Henrique Coelho, inicia um bloco de textos correlatos.

> Sejam bons filhos, bons irmãos, bons parentes, e teremos conhecido uma das grandes felicidades da vida.
> Honrar o nome da família, elevá-lo, enobrecê-lo pela retidão do procedimento público ou particular, eis a suprema alegria que os filhos podem dar aos pais, em troca do carinho, da solicitude que estes lhes dispensam.
> [...]
> Nossos irmãos devem ser os nossos maiores amigos, e cumpre-nos tratá-los cordialmente, fazendo por êles o que por nós mesmos faríamos.
> [...]
> Na família está o gérmen da confraternidade. Pais, filhos, irmãos e parentes cuidam-se uns dos outros. Valendo-se, ajudando-se, sempre unidos pelo coração, sempre movidos pela bondade.
> (Henrique Coelho, Quarto Livro, 1940, p.8)

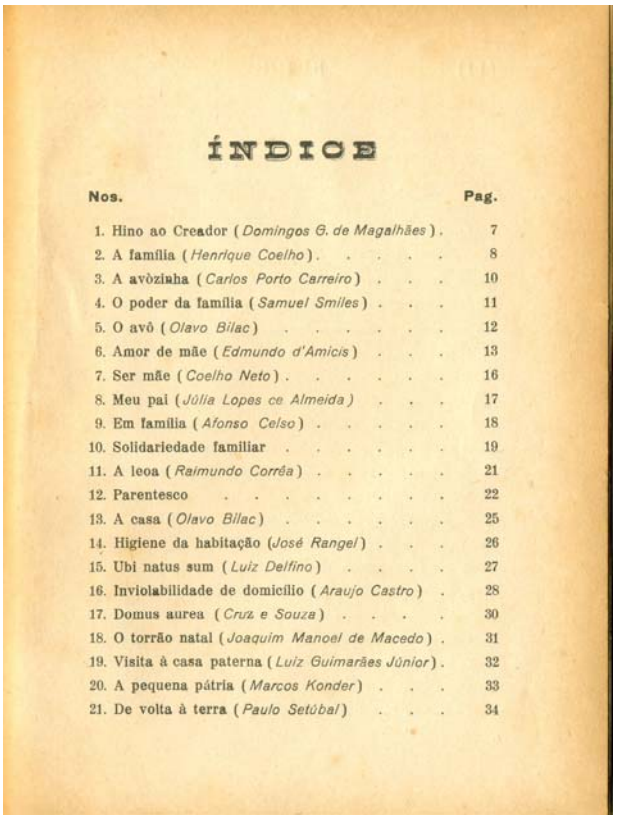
Na sequência aparecem as lições: “A avozinha”, de Carlos Porto Carreiro; “O poder da família”, de Samuel Smiles; “O avô”, de Olavo Bilac; “Amor de mãe”, de Edmund d’Amicis; “Ser mãe”, de Coelho Neto; “Meu pai”, de Júlia Lopes de Almeida; “Em família”, de Afonso Celso; “Solidariedade familiar”, sem autoria; “A leoa”, de Raimundo

Corrêa; “Parentesco”, sem autoria registrada. O bloco finaliza, mas inicia um novo tema ainda relacionado com o precedente: “A casa”, de Olavo Bilac.

> Vê como as aves teem, debaixo d'asa,
> O filho impune, no calor do ninho!
> Deves amar, criança, a tua casa!
> Ama o calor do maternal carinho!
> [...]
> Ama esta casa! Pede a Deus que a guarde,
> Pede a Deus que a proteja eternamente!
> Porque talvez, em lágrimas, mais tarde,
> Te vejas, triste, desta casa ausente ...
> (Quarto Livro, 1940, p.25)

O organizador busca em Olavo Bilac a referência do lar na natureza para confirmar os valores que se deve ter com sua casa. E acrescenta a oração para destacar a necessidade da presença da religiosidade na habitação.

Figura 40. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, índice.



ÍNDICE

Nos.		Pag.
1.	Hino ao Creador (*Domingos G. de Magalhães*)	7
2.	A família (*Henrique Coelho*)	8
3.	A avòzinha (*Carlos Porto Carreiro*)	10
4.	O poder da família (*Samuel Smiles*)	11
5.	O avô (*Olavo Bilac*)	12
6.	Amor de mãe (*Edmundo d'Amicis*)	13
7.	Ser mãe (*Coelho Neto*)	16
8.	Meu pai (*Júlia Lopes ce Almeida*)	17
9.	Em família (*Afonso Celso*)	18
10.	Solidariedade familiar	19
11.	A leoa (*Raimundo Corrêa*)	21
12.	Parentesco	22
13.	A casa (*Olavo Bilac*)	25
14.	Higiene da habitação (*José Rangel*)	26
15.	Ubi natus sum (*Luiz Delfino*)	27
16.	Inviolabilidade de domicílio (*Araujo Castro*)	28
17.	Domus aurea (*Cruz e Souza*)	30
18.	O torrão natal (*Joaquim Manoel de Macedo*)	31
19.	Visita à casa paterna (*Luiz Guimarães Júnior*)	32
20.	A pequena pátria (*Marcos Konder*)	33
21.	De volta à terra (*Paulo Setúbal*)	34

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Na sequência o autor apresenta “Higiene da habitação”, de José Rangel, talvez como uma forma de dar cumprimento ao programa oficial que prescrevia a inserção desta temática no currículo escolar:

> Para assegurar saúde e tranqüilidade, a habitação precisa de estar bem localizada e preservada das humidades do solo, de receber ar e luz natural em abundância e ser construída de acordo com as exigências do clima; deve o nosso domicílio ser abastecido com água pura e em quantidade suficiente para as diversas necessidades domésticas; ser expurgado diàriamente de todos os resíduos e imundícies e defendido contra as poeiras e contaminações impuras, provenientes das más vizinhanças, dos insetos e dos animais domésticos.
> (Quarto Livro, 1940, p.26)

O livro continua com a mesma temática nas leituras sequentes: “*Ubi natus sum*”[20], de Luis Delfino; “Inviolabilidade de domicílio”, de Araújo Castro; “*Domus áurea*”[21], de Cruz e Souza; “O torrão natal”, de Joaquim Manuel da Silva; “Visita a casa paterna”, de Luiz Guimarães Junior; e “A pequena pátria”, de Marcos Konder. Esta última lição, além de fechar o bloco, faz uma ligação com a próxima temática que é a pátria:

> A pátria, - já o disse alguém, - é primeiramente a casa em que nascemos, a casa,de nossos pais, a casa de nossos filhos. Depois, a pátria é o povoado, a aldeia, a vila, a, - cidade, o município em que primeiro vimos a luz do dia, reunião de nossas casas, cohabitação de nossas famílias. Em seguida, a pátria é a nossa provincia, o nosso Estado, formado pelo conjunto dos nossos povoados, das nossas aldeias, das nossas vilas, das nossas cidades. E, por fim, a pátria é o nosso paiís, a nossa,- grande Pátria,
> Abrigando .sob um pálio imenso Estados, municípios, povoações e lares.[...]
> Amemos, pois, a nossa terra com paixão e carinho! Amémo-la nos nossos poentes e nas nossas madrugadas, nos nossos montes e nas nossas vargens, nos nossos rios e no nosso mar, nas nossas florestas e nos nossos descampados, nos panoramas da natureza magnífica que foi o primeiro enlêvo teatro dos nossos folguedos! (Quarto Livro, 1940, p.33)

Na continuidade, observamos as lições “De volta à terra”, de Paulo Setúbal, “A Pátria”, de Rui Barbosa; “A pátria”, de Aquino Corrêa; “Pindorama, de Eurico de Góis; “Terra do Brasil”, soneto de D. Pedro II; “Língua Portuguesa”, de Afrânio Peixoto; “Terra de Santa Cruz”, de Rosalina Coelho Lisboa; “Direitos e deveres”, de Graco Cardoso:

---

[20] *Ubi natus sum* vem do latim e significa “Onde nasci.”
[21] *Domus áurea* vem do latim e significa “casa de ouro”.

> São de duas sortes os deveres do cidadão: morais, ou voluntários, jurídicos ou coercitivos. Os primeiros derivam da conciência, como o amor da pátria; os segundos, da própria cidadania, como a obrigação de votar, tomar parte no conselho de jurados, prestar o serviço militar, concorrer proporcionalmente para o custeio dos encargos públicos. (Graco Cardoso in Quarto Livro, 1940, p.45)

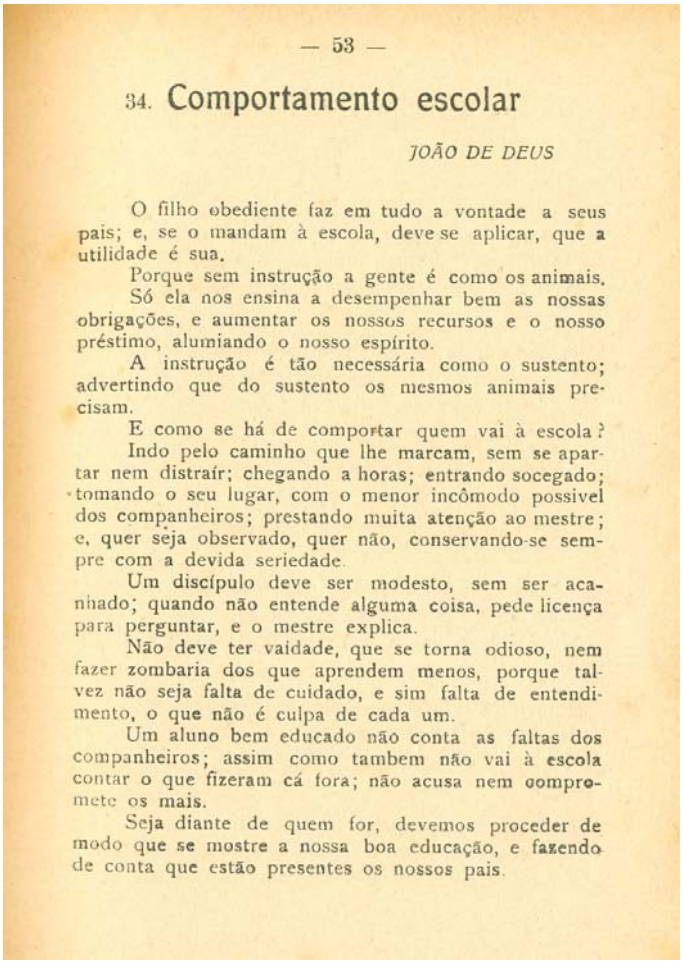
Para fechar o bloco, mais duas lições relacionadas ao nacionalismo: "O semeador", poema de Amélia Rodrigues, e "Ensinemos o Brasil aos brasileiros", texto de Lauro Müller:

> ... Sobretudo nós turbados tempos que vivemos nada parece mais necessário do que ensinar o Brasil aos jovens brasileiros! Ensiná-lo na sua história e na sua tradição, desde o dia em que aquí aportou o representante de um nobre povo, maior pelo esfôrço inaudito que pôs no defender e dilatar a conquista do que na própria descoberta.
> ... Em todas as aulas de história pátria deveriam começar os moços ouvindo a profética e singela carta de Pero Vaz Caminha, registro civil da nossa nacionalidade, e em todas as casas, ao lado da ceia de Cristo de Leonardo, que recorda a nossa comum filiação espiritual, deveríamos alçar todos, pobres e ricos, mas irmãos no amor da mesma terra natal, a primeira missa de Vitor, representação comovedora dos dias em que o Brasil recebeu o batismo da fé com que nasceu para o convívio do mundo. (Lauro Müller in Quarto Livro, 1940, p.49)

O texto encerra a seção sobre o nacionalismo, mas não definitivamente, pois o organizador retoma este e outros temas já tratados, de forma intercalada à medida que vai finalizando o Quarto Livro. Note-se que no trecho supracitado, a religiosidade é pano de fundo para a História do descobrimento do Brasil. Já foi colocado anteriormente que Henrique Fontes, na seleção de lições para compor sua Série, soube coordenar dois temas distintos: a religiosidade e o nacionalismo. Esta assertiva é demonstrada por lições como esta, que procuram passar, ao mesmo tempo, referências da pátria com valores e crenças cristãs.

Dando seguimento, o autor introduz o próximo bloco, cujo tema é o trabalho. Os títulos: "O trabalhador" e "Trabalhar", de Rui Barbosa; "O trabalho, lei universal", de Marco Aurélio; e "Comportamento escolar", de João de Deus. Este último, ao mesmo tempo em que encerra o bloco, inicia o seguinte, que trata do valor da escola e do estudo.

Figura 41. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.53.



— 53 —

34. Comportamento escolar

JOÃO DE DEUS

O filho obediente faz em tudo a vontade a seus pais; e, se o mandam à escola, deve se aplicar, que a utilidade é sua.

Porque sem instrução a gente é como os animais.

Só ela nos ensina a desempenhar bem as nossas obrigações, e aumentar os nossos recursos e o nosso préstimo, alumiando o nosso espírito.

A instrução é tão necessária como o sustento; advertindo que do sustento os mesmos animais precisam.

E como se há de comportar quem vai à escola?

Indo pelo caminho que lhe marcam, sem se apartar nem distraír; chegando a horas; entrando socegado; tomando o seu lugar, com o menor incômodo possivel dos companheiros; prestando muita atenção ao mestre; e, quer seja observado, quer não, conservando-se sempre com a devida seriedade.

Um discípulo deve ser modesto, sem ser acanhado; quando não entende alguma coisa, pede licença para perguntar, e o mestre explica.

Não deve ter vaidade, que se torna odioso, nem fazer zombaria dos que aprendem menos, porque talvez não seja falta de cuidado, e sim falta de entendimento, o que não é culpa de cada um.

Um aluno bem educado não conta as faltas dos companheiros; assim como tambem não vai à escola contar o que fizeram cá fora; não acusa nem compromete os mais.

Seja diante de quem for, devemos proceder de modo que se mostre a nossa boa educação, e fazendo de conta que estão presentes os nossos pais.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

O texto evidencia o que mais era almejado no comportamento escolar. Além das normas disciplinares, observadas nos regimentos dos grupos escolares, no período estudado, os livros também exerciam forte caráter disciplinador, onde a linguagem das lições poderia representar o caminho mais fácil de chegar ao entendimento e formação do aluno/a. E o tema tem continuidade nas próximas lições: “A Cidade da luz – a escola”, de Luís Delfino; “Os livros”, de Vieira; “Ler e refletir”, de Rui Barbosa. Daí em diante o organizador insere o tema sobre “guerra e paz”. Os títulos a seguir comprovam esta observação: “A guerra”, de Vieira, e trecho sem título de Rui Barbosa; “A paz e a guerra”, de A. Mário Caldeira Brandt; “A paz”, de Belmiro Braga; “Apelo à mocidade”, de Pedro Lessa; “Na defesa do solo”, de Álvaro Borges dos Reis; e novamente introduz o tema

Nacionalismo, recorrendo à História do Brasil, os símbolos e heróis nacionais: “Oração à bandeira”, de Olavo Bilac; “A bandeira”, de Aquino Corrêa, “Os grandes índios”, de Viriato Corrêa; “José de Anchieta”, de Machado de Assis; “Os negros”, de Afonso Celso; “O homem forte”, de Gonçalves Dias; “Inteireza dos Andradas”, de Vasconcellos de Drumond; “Deixem isto para as mulheres”, de B. de Souza; “Heroínas brasileiras”, de O, Duque Estrada; “José da Silva Mafra”, de Joaquim Manuel de Macedo:

> Além de todas essas distinções e grandezas da terra, coube-lhe ainda uma, a mais pesada, porém a mais nobre: depois de tanto servir ao Estado, de tanto influír, de tanto administrar, de tanto poder dobrar-se às seduções do egoísmo interesseiro e insidioso, morreu, teve a honra de morrer, deu o belo exemplo, deu-nos a honra de morrer em extrema pobreza. (Quarto Livro, 1940, p.99)

Estudos de Anne-Marie Chartier (2007) revelam que a moral nos diferentes momentos históricos assume diferentes concepções: na Antiguidade, fazia-se o elogio do suicídio, na moral aristocrática, via-se o elogio ao duelo, na moral cristã, o elogio ao martírio, enquanto a morte pelas armas, a serviço do rei ou da Pátria era aceita por todos.

Wornicov, ao tratar do herói literário, explica que “o maravilhoso está no homem. Agente e paciente de sua própria ação, é o herói o autor e o recebedor da recompensa conquistada depois de duras provas e incansável mobilização”. (WORNICOV, , p.16) Junto ao herói, o mito, amplamente divulgado por estas lições, deixa ensinamentos que perdurariam gerações:

> O mito, expressão simbólica de um saber religioso e de um ensinamento filosófico, é uma fantasmagoria em torno de acontecimentos grandiosos e personagens possuidores de dimensão sobre-humana. Colocando em ação forças sobrenaturais num tempo e num espaço que transcendem o humano, liga-se ao plano divino. Culminando quase sempre de forma trágica, evidencia a fragilidade do homem e sua impossibilidade de opor-se aos desafios dos deuses e aos desígnios do destino. (WORNICOV, Op. Cit., p.18)

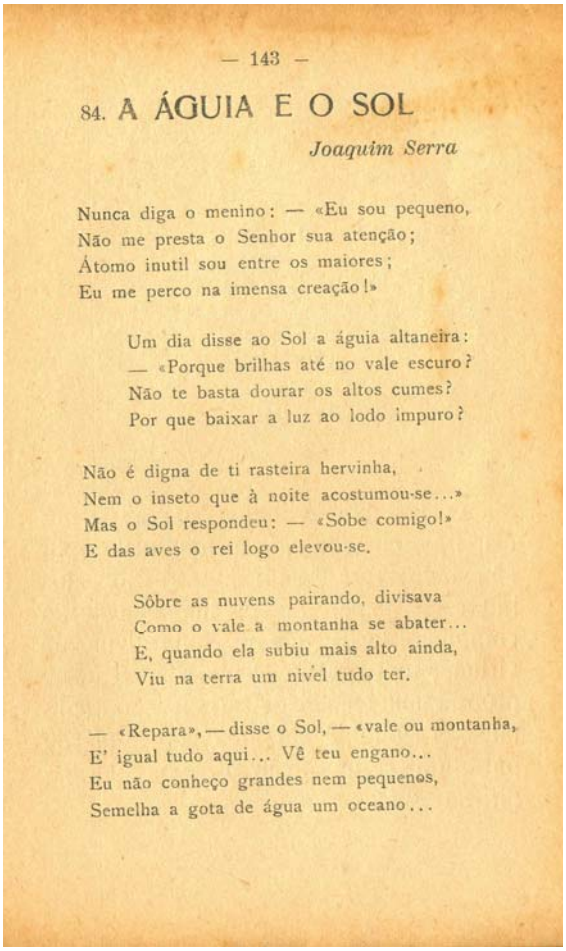
Neste livro, muitos outros heróis são homenageados como: “Rosa Maria Paulina da Fonseca”, de Sílvio Romero, fala de uma mãe que incentivava seu filho ao patriotismo; “Uma heroína”, de Lemos Brito, que resume a vida e os feitos de Anita Garibaldi; “Joaquim Nabuco”, de Henrique Coelho, como modelo de homem – chefe de família, amigo leal:

> ... Puro de sentimentos, nada o desviou do santo caminho da virtude e do bem: Nenhuma parcela de maldade lhe enfeava o carater - modêlo de soberba perfeição moral.
> ... Longe de ser supersticioso ou excêntrico, dominava-o o optimismo, graça à,boa saúde que quase nunca lhe faltou, e que não pouco o auxiliava no extraordinário amor ao trabalho. Afeiçoado às, crianças, apreciador da música; da pintura e das outras artes, gostando de flores; imune ao vício do fumo ou do jôgo, sóbrio nas .refeições, corajoso, destemido, impecavel nos preceitos da urbanidade, mesmo tratando com estranhos de inferior condição social, respeitoso, insinuante na casa dos ricos tanto quanto na morada dos pobres, levava para toda a parte onde se apresentasse o jugo e a fascinação da simpatia....
> (Quarto Livro, 1940, p.121)

Outros heróis e figuras ilustres mereceram destaque neste livro: Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Marechal Deodoro da Fonseca, José Francisco Lopes, Visconde de Mauá, Felipe Schmidt, Trajano de Carvalho e Caxias.

O livro finaliza com um poema intitulado “A águia e o sol”, de Joaquim Serra, e o texto “O ideal”, de Rui Barbosa, ambos reportando-se à religiosidade, comumente vista nos livros de Fontes:

Figura 42. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.143, 144.



— 143 —

84. A ÁGUIA E O SOL

Joaquim Serra

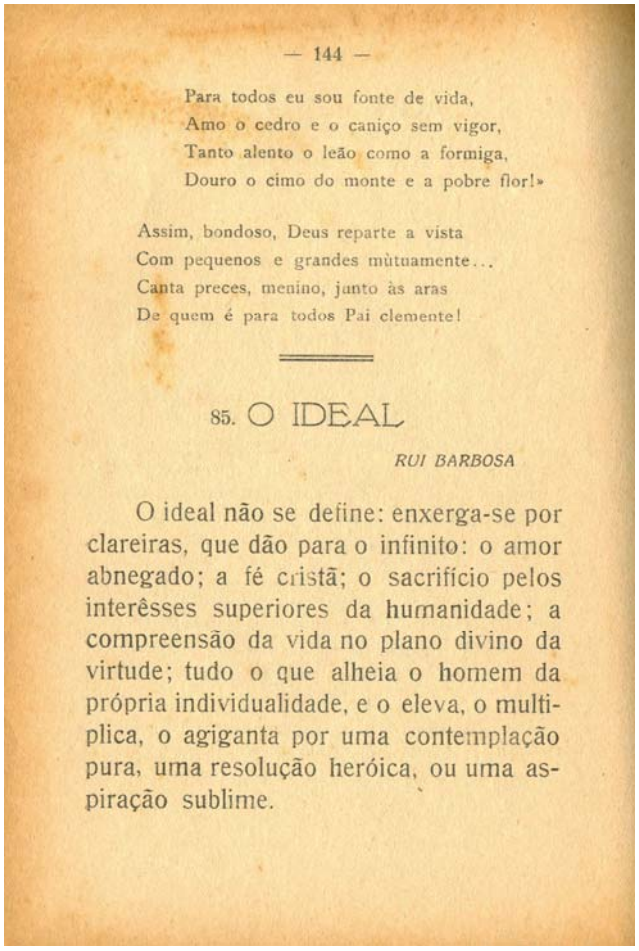
Nunca diga o menino: — «Eu sou pequeno,
Não me presta o Senhor sua atenção;
Átomo inutil sou entre os maiores;
Eu me perco na imensa creação!»

Um dia disse ao Sol a águia altaneira:
— «Porque brilhas até no vale escuro?
Não te basta dourar os altos cumes?
Por que baixar a luz ao lodo impuro?

Não é digna de ti rasteira hervinha,
Nem o inseto que à noite acostumou-se...»
Mas o Sol respondeu: — «Sobe comigo!»
E das aves o rei logo elevou-se.

Sôbre as nuvens pairando, divisava
Como o vale a montanha se abater...
E, quando ela subiu mais alto ainda,
Viu na terra um nivel tudo ter.

— «Repara», — disse o Sol, — «vale ou montanha,
E' igual tudo aqui... Vê teu engano...
Eu não conheço grandes nem pequenos,
Semelha a gota de água um oceano...



— 144 —

Para todos eu sou fonte de vida,
Amo o cedro e o caniço sem vigor,
Tanto alento o leão como a formiga,
Douro o cimo do monte e a pobre flor!»

Assim, bondoso, Deus reparte a vista
Com pequenos e grandes mùtuamente...
Canta preces, menino, junto às aras
De quem é para todos Pai clemente!

85. O IDEAL

RUI BARBOSA

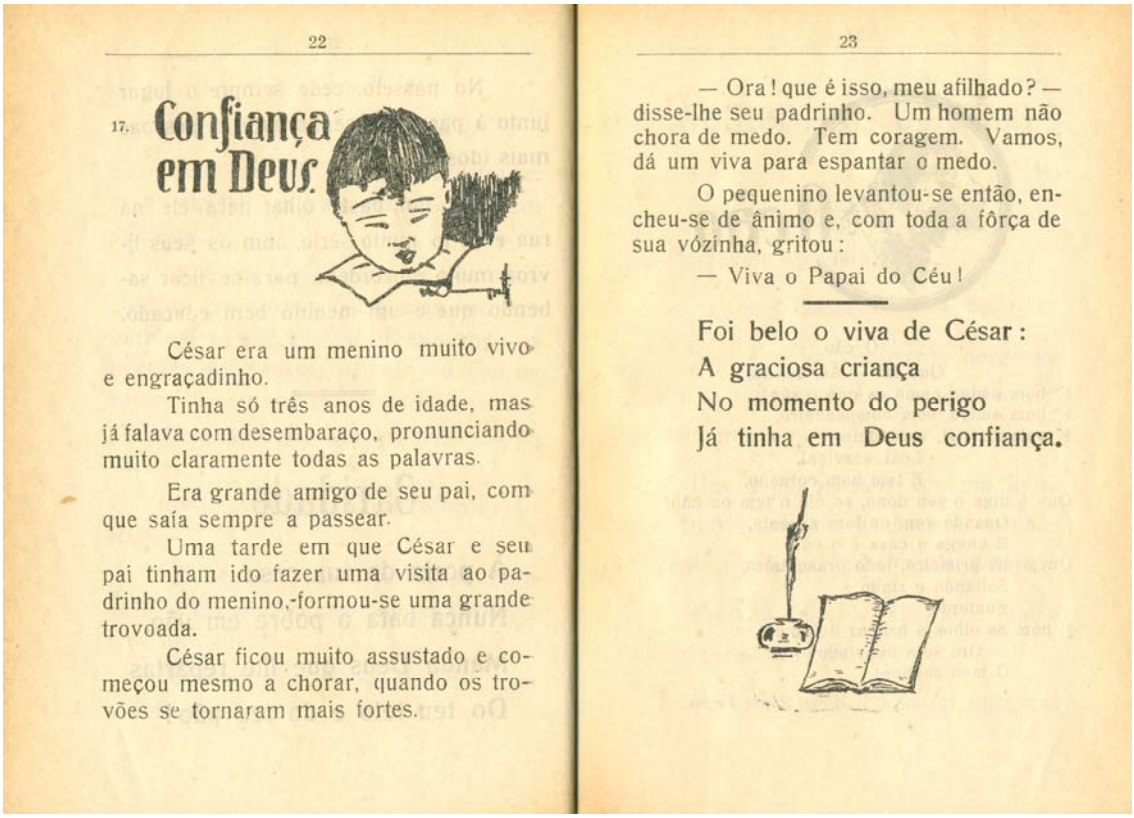
O ideal não se define: enxerga-se por clareiras, que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã; o sacrifício pelos interêsses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta por uma contemplação pura, uma resolução heróica, ou uma aspiração sublime.

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª. Dra. Gladys M. G. Teive

3.5 – A religiosidade na Série Fontes

Aprender – é viver, é ser bom, é ser justo, é ser nobre,
é ser grande,é afastar-se das misérias da terra
e approximar-se do Creador".
(Jornal O Pharol, Itajay, 29 julho 1914)

Figura 43. Primeiro Livro, Série Fontes, 1945, p.22, 23.



22

17. Confiança em Deus

César era um menino muito vivo e engraçadinho.

Tinha só três anos de idade, mas já falava com desembaraço, pronunciando muito claramente todas as palavras.

Era grande amigo de seu pai, com que saía sempre a passear.

Uma tarde em que César e seu pai tinham ido fazer uma visita ao padrinho do menino,-formou-se uma grande trovoada.

César ficou muito assustado e começou mesmo a chorar, quando os trovões se tornaram mais fortes.

23

— Ora! que é isso, meu afilhado? — disse-lhe seu padrinho. Um homem não chora de medo. Tem coragem. Vamos, dá um viva para espantar o medo.

O pequenino levantou-se então, encheu-se de ânimo e, com toda a fôrça de sua vózinha, gritou:

— Viva o Papai do Céu!

Foi belo o viva de César:
A graciosa criança
No momento do perigo
Já tinha em Deus confiança.

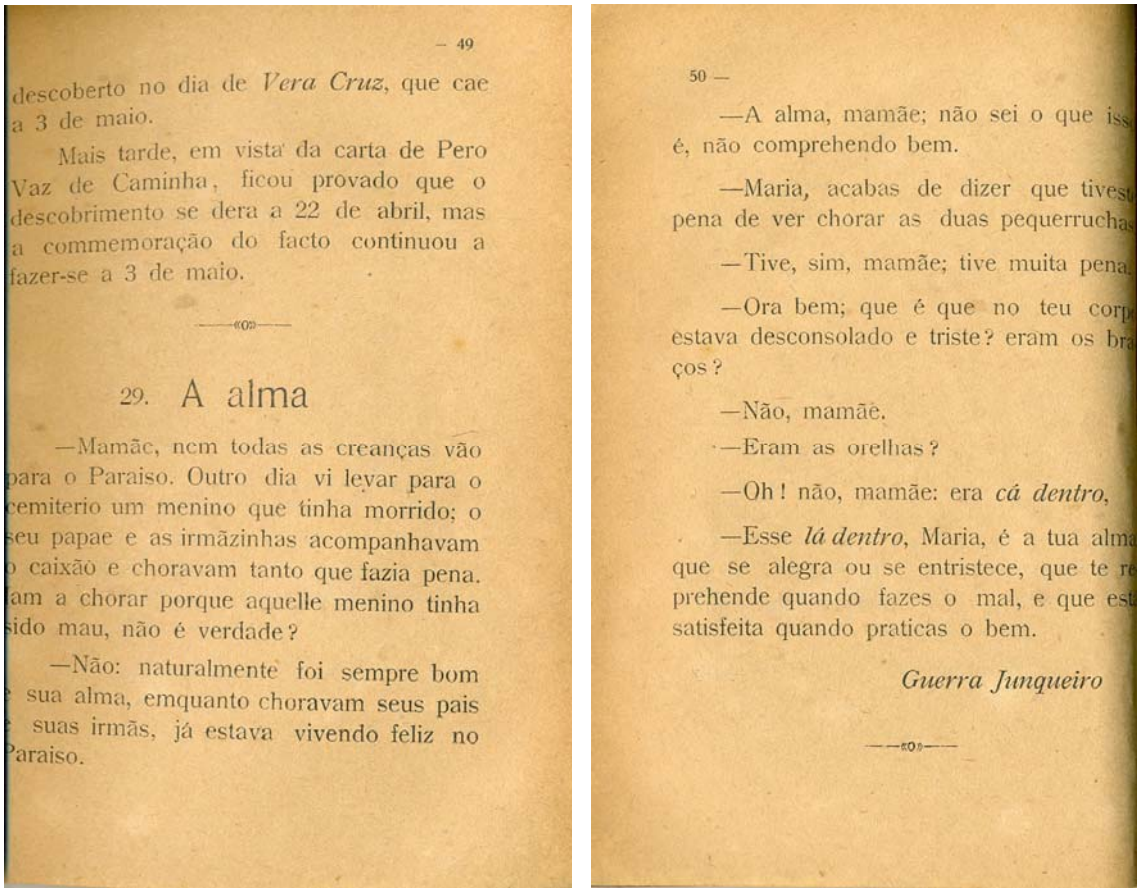
Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

O texto acima, incluído no Primeiro Livro da Série Fontes, além de pontuar um dos padrões comportamentais de gênero - menino não chora, nos deixa indícios dos traços religiosos que encontraríamos diluídos na coleção. O desfecho do texto e a quadrinha final que o acompanha na página remetem à religiosidade e a fé cristã perante as situações difíceis. Assunto recorrente na Série Fontes, a religiosidade é encontrada como pano de

fundo dos mais diversos temas apresentados: família, natureza, nacionalismo, habitação, estudo, etc.

O Segundo Livro nos dá ainda outro exemplo de religiosidade e valores cristãos, com o texto intitulado “A alma”:

Figura 44. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.49, 50.



— 49

descoberto no dia de *Vera Cruz*, que cae a 3 de maio.

Mais tarde, em vista da carta de Pero Vaz de Caminha, ficou provado que o descobrimento se dera a 22 de abril, mas a commemoração do facto continuou a fazer-se a 3 de maio.

29. A alma

—Mamãe, nem todas as creanças vão para o Paraiso. Outro dia vi levar para o cemiterio um menino que tinha morrido; o seu papae e as irmãzinhas acompanhavam o caixão e choravam tanto que fazia pena. Iam a chorar porque aquelle menino tinha sido mau, não é verdade?

—Não: naturalmente foi sempre bom e sua alma, emquanto choravam seus pais e suas irmãs, já estava vivendo feliz no Paraiso.

50 —

—A alma, mamãe; não sei o que isso é, não comprehendo bem.

—Maria, acabas de dizer que tivest pena de ver chorar as duas pequerruchas

—Tive, sim, mamãe; tive muita pena.

—Ora bem; que é que no teu corpo estava desconsolado e triste? eram os braços?

—Não, mamãe.

—Eram as orelhas?

—Oh! não, mamãe: era *cá dentro*,

—Esse *lá dentro*, Maria, é a tua alma que se alegra ou se entristece, que te re prehende quando fazes o mal, e que est satisfeita quando praticas o bem.

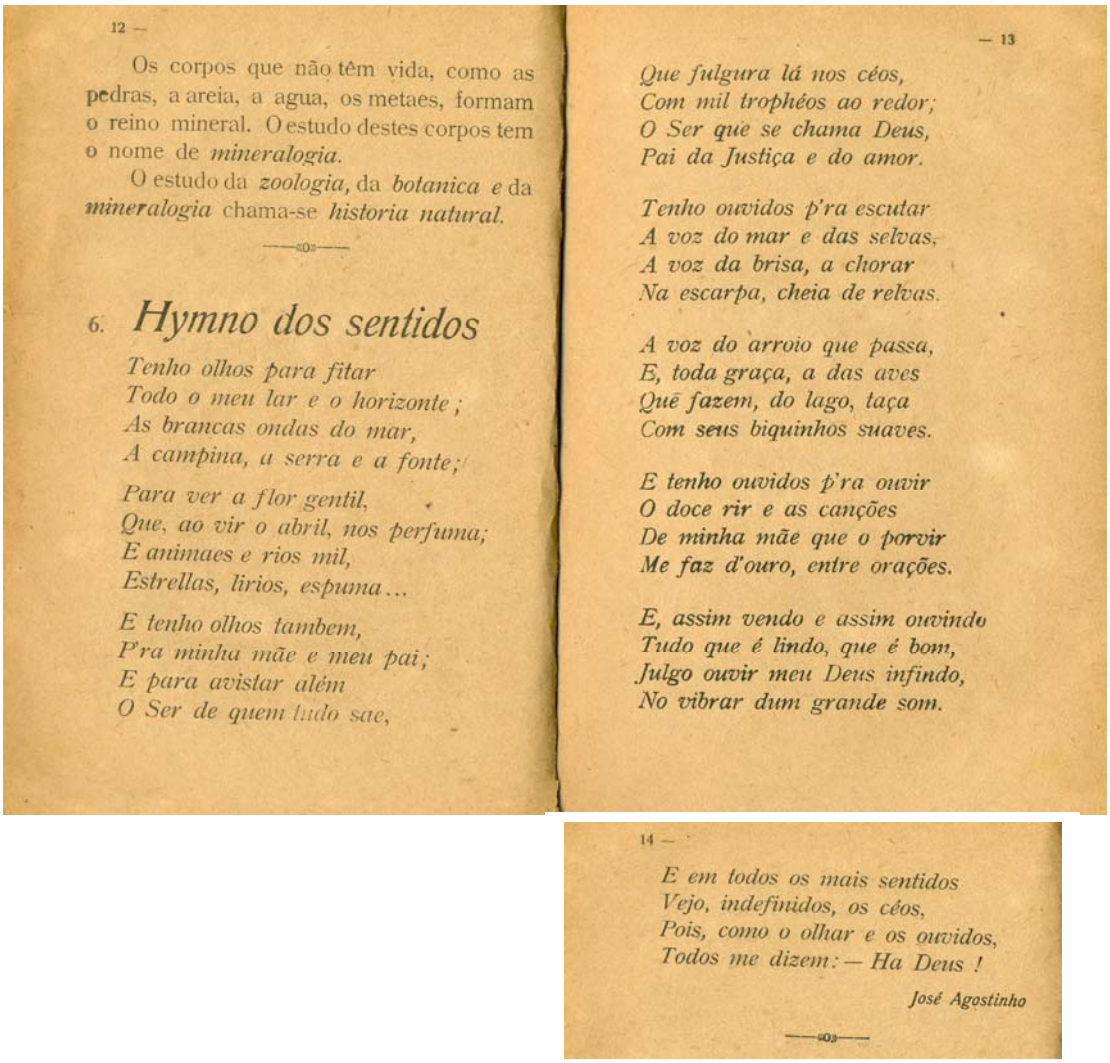
Guerra Junqueiro

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Este texto, selecionado por Henrique Fontes, buscava reforçar valores e preceitos religiosos. Mas os livros de leitura, segundo os republicanos, deveriam contribuir para fazer penetrar as luzes da ciência, civilizadora dos costumes e moralizadora das condutas. A ciência, eleita pelos positivistas como detentora das verdades comprovadas, possuía o reconhecimento legítimo para se estabelecer nas escolas públicas e particulares. Os currículos, que passavam a compor um conjunto de disciplinas de cunho científico - Ciências, Geografia, Biologia, Química, testemunhavam o caráter laico do ensino. Em

consonância com o regimento e programas oficiais, o ensino religioso, até então comum nas escolas do Império, deveria perder seu espaço entre os conhecimentos científicos escolares. Esta, todavia, não foi a realidade constatada a partir das análises da Série Fontes. Mesmo sendo um livro de leitura escolar, com indicação oficial para circular nas escolas públicas primárias catarinenses, nos limites de suas páginas encontramos lições que trazem mensagens de fé cristã. Inclusive, quando o assunto poderia ser abordado de uma forma mais científica, como por exemplo, “os sentidos”, conteúdo da disciplina de Ciências:

Figura 45. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.12-13.



12 —

Os corpos que não têm vida, como as pedras, a areia, a agua, os metaes, formam o reino mineral. O estudo destes corpos tem o nome de *mineralogia*.

O estudo da *zoologia*, da *botanica* e da *mineralogia* chama-se *historia natural*.

6. *Hymno dos sentidos*

Tenho olhos para fitar
Todo o meu lar e o horizonte;
As brancas ondas do mar,
A campina, a serra e a fonte;

Para ver a flor gentil,
Que, ao vir o abril, nos perfuma;
E animaes e rios mil,
Estrellas, lirios, espuma...

E tenho olhos tambem,
P'ra minha mãe e meu pai;
E para avistar além
O Ser de quem tudo sae,

— 13

Que fulgura lá nos céos,
Com mil trophéos ao redor;
O Ser que se chama Deus,
Pai da Justiça e do amor.

Tenho ouvidos p'ra escutar
A voz do mar e das selvas,
A voz da brisa, a chorar
Na escarpa, cheia de relvas.

A voz do arroio que passa,
E, toda graça, a das aves
Que fazem, do lago, taça
Com seus biquinhos suaves.

E tenho ouvidos p'ra ouvir
O doce rir e as canções
De minha mãe que o porvir
Me faz d'ouro, entre orações.

E, assim vendo e assim ouvindo
Tudo que é lindo, que é bom,
Julgo ouvir meu Deus infindo,
No vibrar dum grande som.

14 —

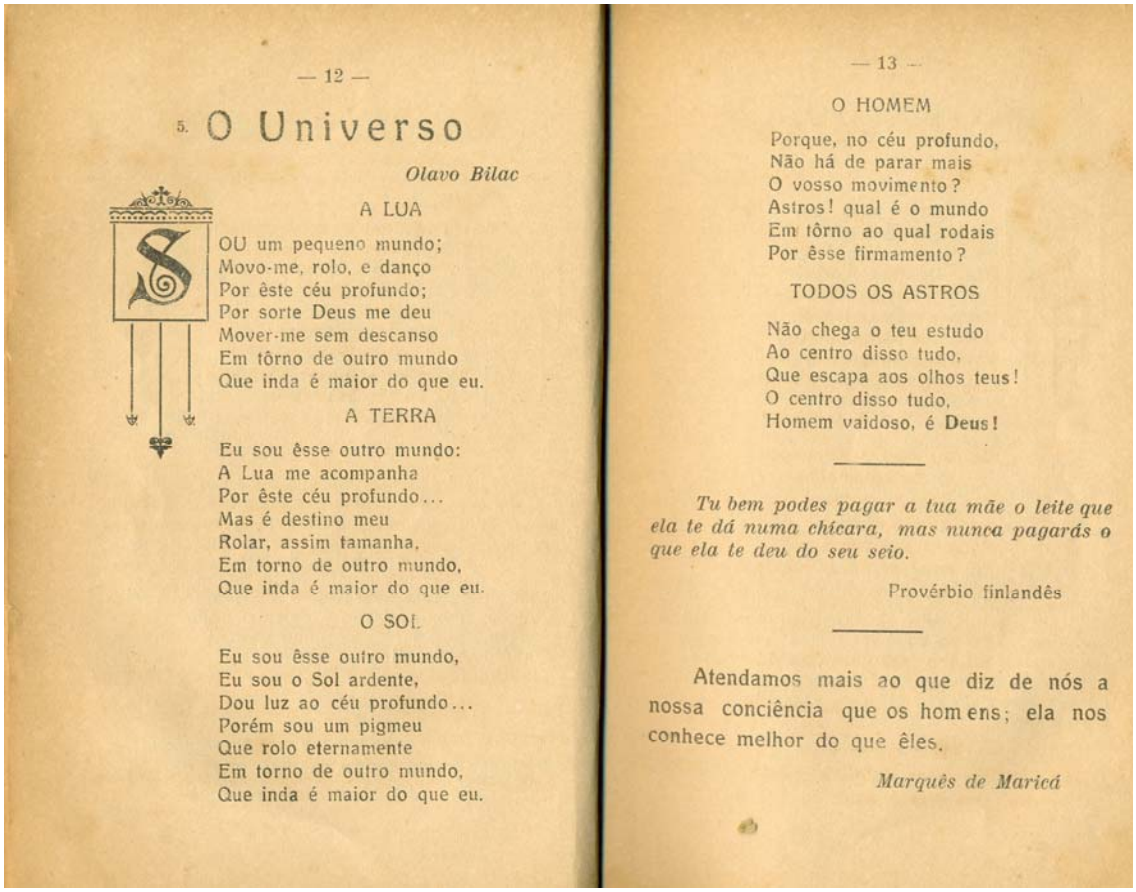
E em todos os mais sentidos
Vejo, indefinidos, os céos,
Pois, como o olhar e os ouvidos,
Todos me dizem: — Ha Deus!

José Agostinho

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Os sentidos, conteúdo do programa oficial, convergiam, neste poema, para a crença e constatação da existência de Deus. Também os astros e a criação do universo, outro tema das Ciências e Geografia, tornavam-se motivo para a confirmação da existência de um Criador Divino.

Figura 46. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939 (p.12, 13)



— 12 —

5. O Universo

Olavo Bilac

A LUA

SOU um pequeno mundo;
Movo-me, rolo, e danço
Por êste céu profundo;
Por sorte Deus me deu
Mover-me sem descanso
Em tôrno de outro mundo
Que inda é maior do que eu.

A TERRA

Eu sou êsse outro mundo:
A Lua me acompanha
Por êste céu profundo...
Mas é destino meu
Rolar, assim tamanha,
Em torno de outro mundo,
Que inda é maior do que eu.

O SOL

Eu sou êsse outro mundo,
Eu sou o Sol ardente,
Dou luz ao céu profundo...
Porém sou um pigmeu
Que rolo eternamente
Em torno de outro mundo,
Que inda é maior do que eu.

— 13 —

O HOMEM

Porque, no céu profundo,
Não há de parar mais
O vosso movimento?
Astros! qual é o mundo
Em tôrno ao qual rodais
Por êsse firmamento?

TODOS OS ASTROS

Não chega o teu estudo
Ao centro disso tudo,
Que escapa aos olhos teus!
O centro disso tudo,
Homem vaidoso, é **Deus!**

Tu bem podes pagar a tua mãe o leite que ela te dá numa chícara, mas nunca pagarás o que ela te deu do seu seio.

Provérbio finlandês

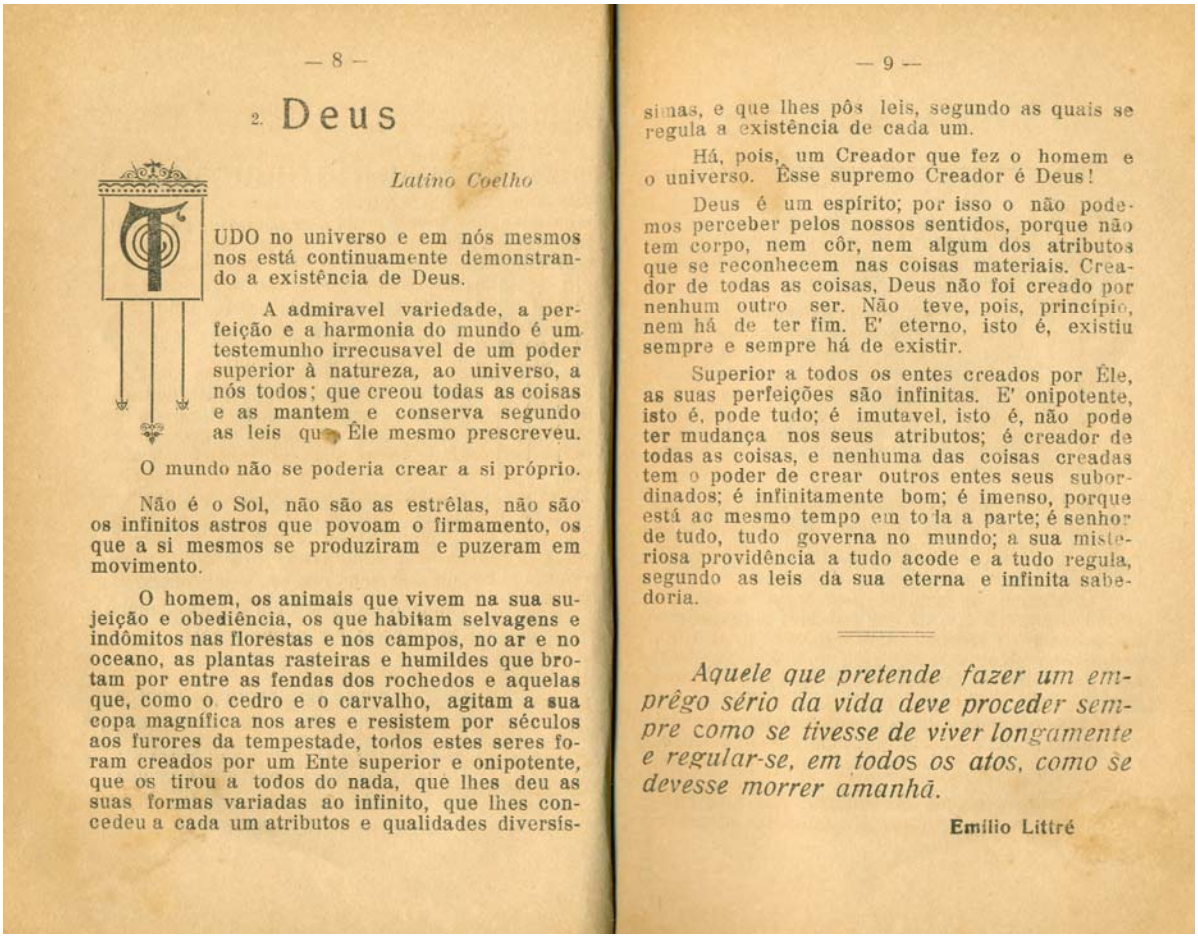
Atendamos mais ao que diz de nós a nossa conciência que os homens; ela nos conhece melhor do que êles.

Marquês de Maricá

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Venera escreve que alguns textos da Série Fontes, além de enaltecerem a pátria e a família, constantemente faziam "referência à existência de um Deus que abençoa e protege as pessoas que são obedientes, ordeiras e que cumprem suas obrigações, ao contrário das pessoas desobedientes" (VENERA, Op.Cit., p.156). O sagrado, imerso nos textos selecionados por Henrique Fontes, contribuía, enfim, para formar uma subjetividade fundamentada nos valores cristãos universais.

Figura 47. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.8, 9.



— 8 —

2. Deus

Latino Coelho

TUDO no universo e em nós mesmos nos está continuamente demonstrando a existência de Deus.

A admiravel variedade, a perfeição e a harmonia do mundo é um testemunho irrecusavel de um poder superior à natureza, ao universo, a nós todos; que creou todas as coisas e as mantem e conserva segundo as leis que Êle mesmo prescreveu.

O mundo não se poderia crear a si próprio.

Não é o Sol, não são as estrêlas, não são os infinitos astros que povoam o firmamento, os que a si mesmos se produziram e puzeram em movimento.

O homem, os animais que vivem na sua sujeição e obediência, os que habitam selvagens e indômitos nas florestas e nos campos, no ar e no oceano, as plantas rasteiras e humildes que brotam por entre as fendas dos rochedos e aquelas que, como o cedro e o carvalho, agitam a sua copa magnífica nos ares e resistem por séculos aos furores da tempestade, todos estes seres foram creados por um Ente superior e onipotente, que os tirou a todos do nada, que lhes deu as suas formas variadas ao infinito, que lhes concedeu a cada um atributos e qualidades diversíssimas, e que lhes pôs leis, segundo as quais se regula a existência de cada um.

— 9 —

Há, pois, um Creador que fez o homem e o universo. Êsse supremo Creador é Deus!

Deus é um espírito; por isso o não podemos perceber pelos nossos sentidos, porque não tem corpo, nem côr, nem algum dos atributos que se reconhecem nas coisas materiais. Creador de todas as coisas, Deus não foi creado por nenhum outro ser. Não teve, pois, princípio, nem há de ter fim. E' eterno, isto é, existiu sempre e sempre há de existir.

Superior a todos os entes creados por Êle, as suas perfeições são infinitas. E' onipotente, isto é, pode tudo; é imutavel, isto é, não pode ter mudança nos seus atributos; é creador de todas as coisas, e nenhuma das coisas creadas tem o poder de crear outros entes seus subordinados; é infinitamente bom; é imenso, porque está ao mesmo tempo em toda a parte; é senhor de tudo, tudo governa no mundo; a sua misteriosa providência a tudo acode e a tudo regula, segundo as leis da sua eterna e infinita sabedoria.

Aquele que pretende fazer um emprêgo sério da vida deve proceder sempre como se tivesse de viver longamente e regular-se, em todos os atos, como se devesse morrer amanhã.

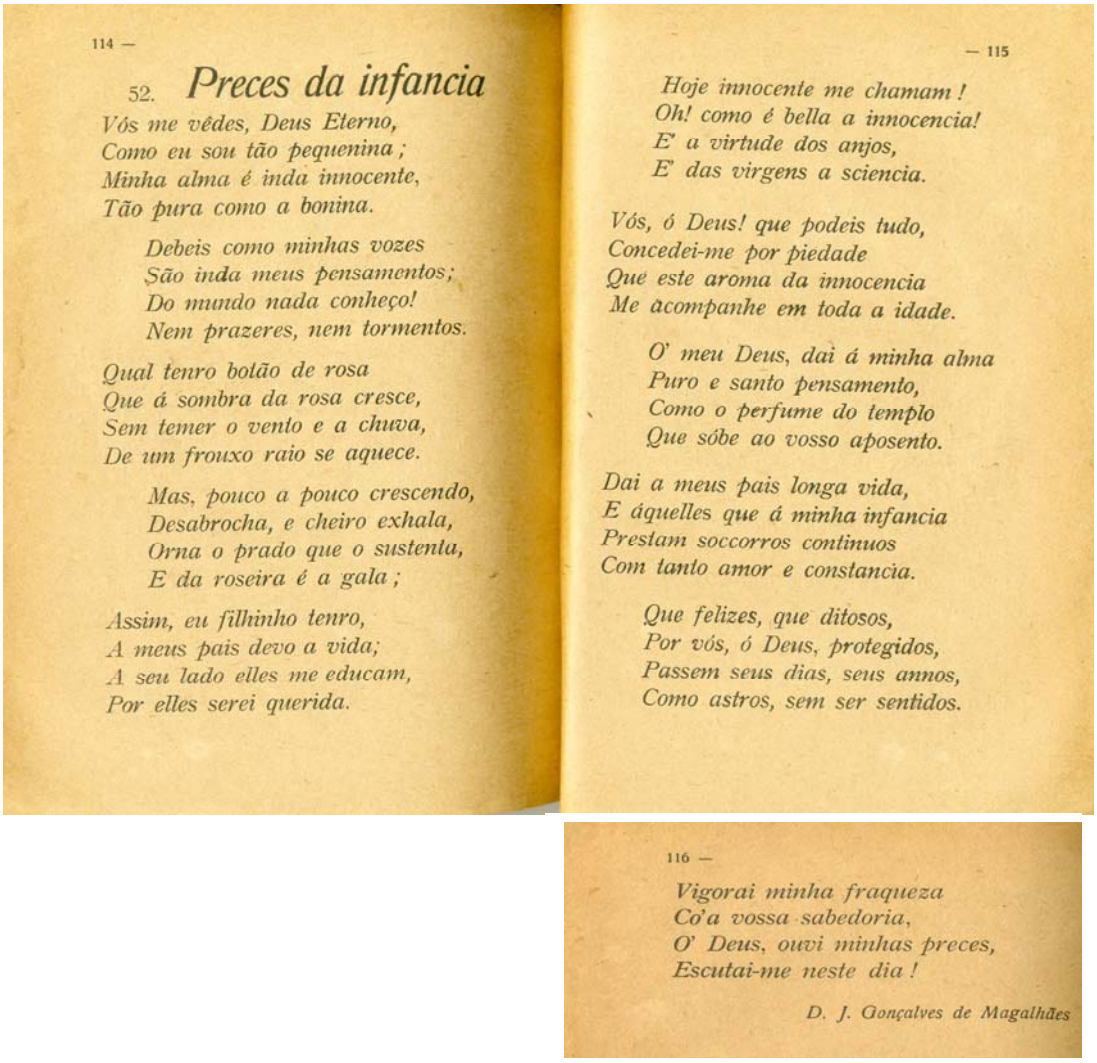
Emilio Littré

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Lições como esta, somadas ao estatuto de verdade do livro, conformavam poderosos instrumentos do ensino religioso para a incorporação de costumes e valores por ele ditados. A marca da civilidade cristã, bem como as lições de moral religiosa nos textos, como revela Roger Chartier, denotam a busca por uma elevação do pudor, por um controle da afetividade e a exigência de um recalque das pulsões. A civilidade cristã é encarada como uma forma de "render homenagem a Deus", e além disso, manifesta uma relação mais fundamental: "aquela que faz da criatura uma imagem do Criador e identifica assim o respeito que o homem deve a si mesmo e aos outros pela reverência para com Deus, presente em cada ser" (Chartier, 2004, p.64).

Com vista nisso, a força da oração poderia ser aqui referenciada:

Figura 48. Segundo Livro, Série Fontes, 1920, p.114-116.



114 —

52. *Preces da infancia*

Vós me vêdes, Deus Eterno,
Como eu sou tão pequenina;
Minha alma é inda innocente,
Tão pura como a bonina.

Debeis como minhas vozes
São inda meus pensamentos;
Do mundo nada conheço!
Nem prazeres, nem tormentos.

Qual tenro botão de rosa
Que á sombra da rosa cresce,
Sem temer o vento e a chuva,
De um frouxo raio se aquece.

Mas, pouco a pouco crescendo,
Desabrocha, e cheiro exhala,
Orna o prado que o sustenta,
E da roseira é a gala;

Assim, eu filhinho tenro,
A meus pais devo a vida;
A seu lado elles me educam,
Por elles serei querida.

— 115

Hoje innocente me chamam!
Oh! como é bella a innocencia!
E' a virtude dos anjos,
E' das virgens a sciencia.

Vós, ó Deus! que podeis tudo,
Concedei-me por piedade
Que este aroma da innocencia
Me acompanhe em toda a idade.

O' meu Deus, dai á minha alma
Puro e santo pensamento,
Como o perfume do templo
Que sóbe ao vosso aposento.

Dai a meus pais longa vida,
E áquelles que á minha infancia
Prestam soccorros continuos
Com tanto amor e constancia.

Que felizes, que ditosos,
Por vós, ó Deus, protegidos,
Passem seus dias, seus annos,
Como astros, sem ser sentidos.

116 —

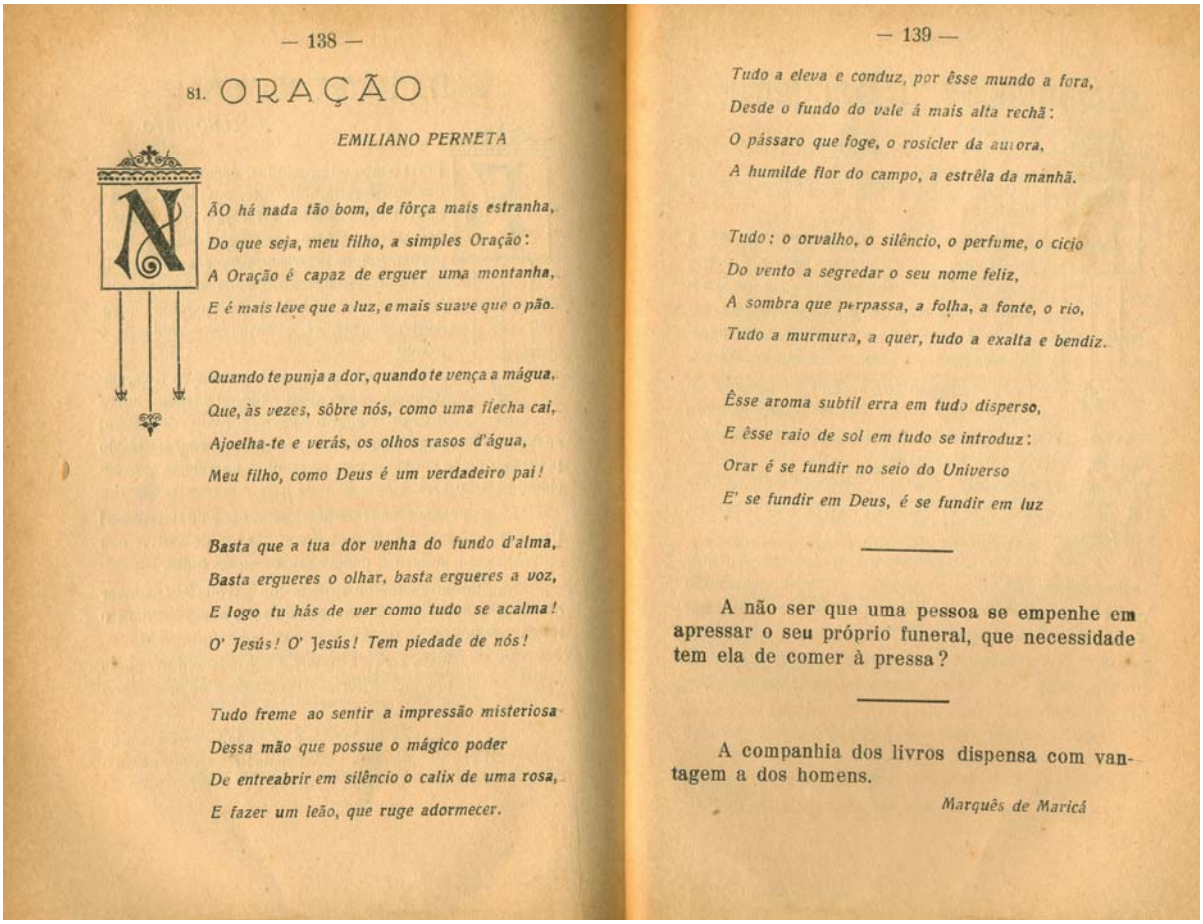
Vigorai minha fraqueza
Co'a vossa sabedoria,
O' Deus, ouvi minhas preces,
Escutai-me neste dia!

D. J. Gonçalves de Magalhães

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

A lição acima - poderíamos até arriscar dizer - fazia parte de um programa de catequese. O mesmo diríamos do poema abaixo:

Figura 49. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.138, 139.



— 138 —

81. ORAÇÃO

EMILIANO PERNETA

NÃO há nada tão bom, de fôrça mais estranha,
Do que seja, meu filho, a simples Oração:
A Oração é capaz de erguer uma montanha,
E é mais leve que a luz, e mais suave que o pão.

Quando te punja a dor, quando te vença a mágua,
Que, às vezes, sôbre nós, como uma flecha cai,
Ajoelha-te e verás, os olhos rasos d'água,
Meu filho, como Deus é um verdadeiro pai!

Basta que a tua dor venha do fundo d'alma,
Basta ergueres o olhar, basta ergueres a voz,
E logo tu hás de ver como tudo se acalma!
O' Jesús! O' Jesús! Tem piedade de nós!

Tudo freme ao sentir a impressão misteriosa
Dessa mão que possue o mágico poder
De entreabrir em silêncio o calix de uma rosa,
E fazer um leão, que ruge adormecer.

— 139 —

Tudo a eleva e conduz, por êsse mundo a fora,
Desde o fundo do vale á mais alta rechã:
O pássaro que foge, o rosicler da aurora,
A humilde flor do campo, a estrêla da manhã.

Tudo: o orvalho, o silêncio, o perfume, o cicio
Do vento a segredar o seu nome feliz,
A sombra que perpassa, a folha, a fonte, o rio,
Tudo a murmura, a quer, tudo a exalta e bendiz.

Êsse aroma subtil erra em tudo disperso,
E êsse raio de sol em tudo se introduz:
Orar é se fundir no seio do Universo
E' se fundir em Deus, é se fundir em luz

A não ser que uma pessoa se empenhe em apressar o seu próprio funeral, que necessidade tem ela de comer à pressa?

A companhia dos livros dispensa com vantagem a dos homens.

Marquês de Maricá

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

O ensino da leitura nas escolas públicas, pela Série Fontes, podia ser até comparado ao ensino de Religião das escolas confessionais do período: "constata-se que nos primeiros anos tratava-se mais das questões doutrinárias da Igreja Católica como mandamentos de Deus e da Igreja e obrigações do 'bom católico', que eram repetidos para serem bem assimilados"[22](DALABRIDA, 2001, p.1221).

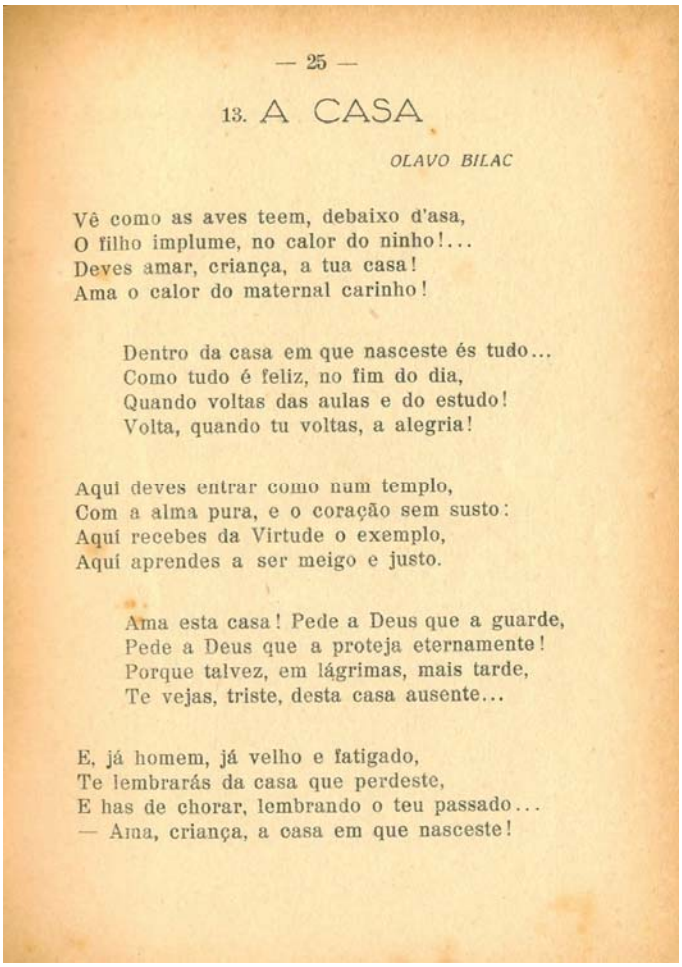
Anne-Marie Chartier esclarece que na escola republicana, a exemplo das escolas confessionais, fato semelhante se dava: "O aluno da escola laica, para saber se tinha se comportado bem ou mal, seguia então o mesmo protocolo de exame de consciência,

[22] Estudo sobre o Ginásio Catarinense, de filiação jesuíta, em Florianópolis, no início do século XX.

utilizado por aquele que ia ao catecismo. No ensino religioso, um capítulo sobre os ‘deveres para com Deus’ precedia o dos deveres para consigo mesmo e para com os outros” (CHARTIER, 2007, p.27).

A religiosidade também envolvia assuntos mais concretos, como por exemplo, o tema habitação, no Quarto Livro. Da mesma forma que se invocava Deus para a proteção pessoal e da família, o autor ensinava a invocá-lo também para a proteção da casa:

Figura 50. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.25.



— 25 —

13. A CASA

OLAVO BILAC

Vê como as aves teem, debaixo d'asa,
O filho implume, no calor do ninho!...
Deves amar, criança, a tua casa!
Ama o calor do maternal carinho!

Dentro da casa em que nasceste és tudo...
Como tudo é feliz, no fim do dia,
Quando voltas das aulas e do estudo!
Volta, quando tu voltas, a alegria!

Aqui deves entrar como num templo,
Com a alma pura, e o coração sem susto:
Aqui recebes da Virtude o exemplo,
Aqui aprendes a ser meigo e justo.

Ama esta casa! Pede a Deus que a guarde,
Pede a Deus que a proteja eternamente!
Porque talvez, em lágrimas, mais tarde,
Te vejas, triste, desta casa ausente...

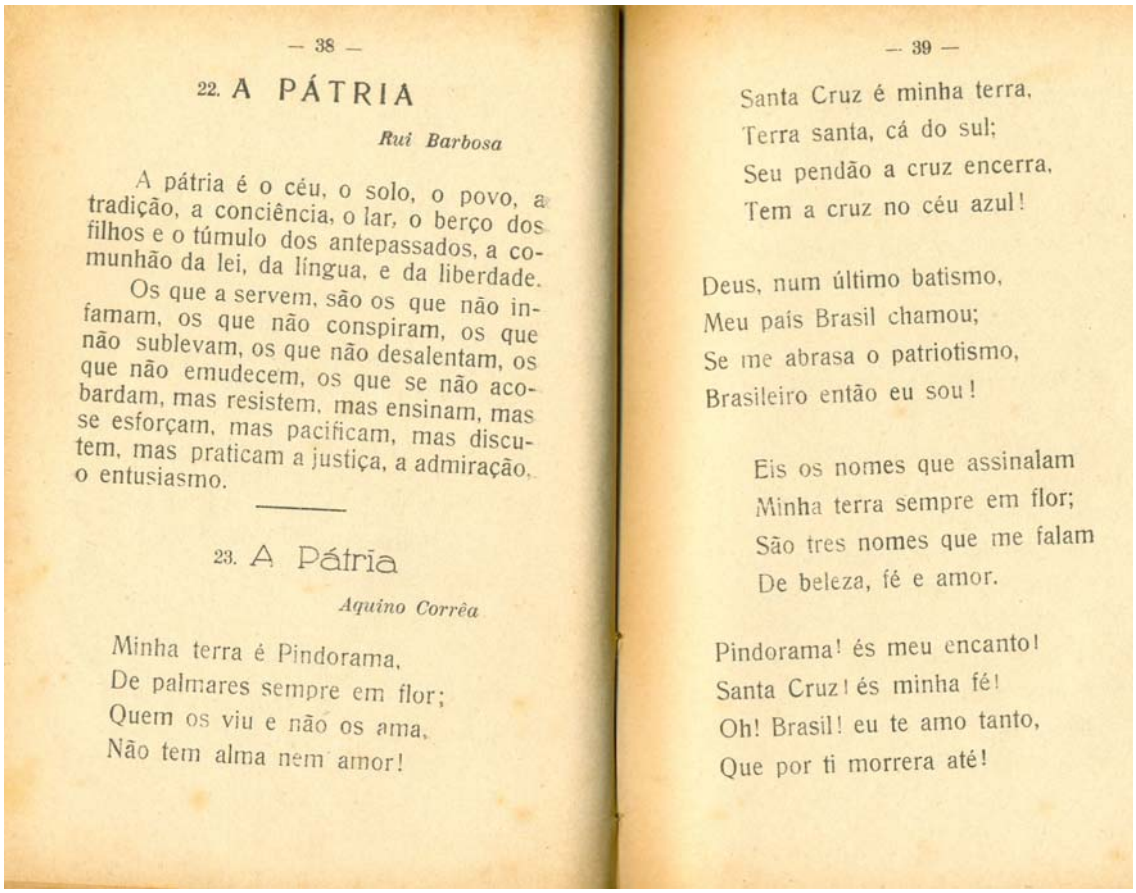
E, já homem, já velho e fatigado,
Te lembrarás da casa que perdeste,
E has de chorar, lembrando o teu passado...
— Ama, criança, a casa em que nasceste!

Fonte: Acervo da pesquisa “As lições dos grupos escolares”, coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

O poema abaixo revela o que, em síntese, poderia se definir da Série Fontes: a civilidade religiosa. Aqui, Aquino Correa pinta a sua terra (Brasil) num misto de valores indígenas aos valores dos portugueses descobridores. Insere a religiosidade, demonstrada

na simbologia e na primeira ação dos portugueses ao chegar em terras brasileiras: a cruz e a primeira missa.

Figura 51. Quarto Livro, Série Fontes, 1940, p.38, 39.



— 38 —

22. A PÁTRIA

Rui Barbosa

A pátria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a conciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua, e da liberdade.

Os que a servem, são os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que se não acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas se esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo.

23. A Pátria

Aquino Corrêa

Minha terra é Pindorama,
De palmares sempre em flor;
Quem os viu e não os ama,
Não tem alma nem amor!

— 39 —

Santa Cruz é minha terra,
Terra santa, cá do sul;
Seu pendão a cruz encerra,
Tem a cruz no céu azul!

Deus, num último batismo,
Meu país Brasil chamou;
Se me abrasa o patriotismo,
Brasileiro então eu sou!

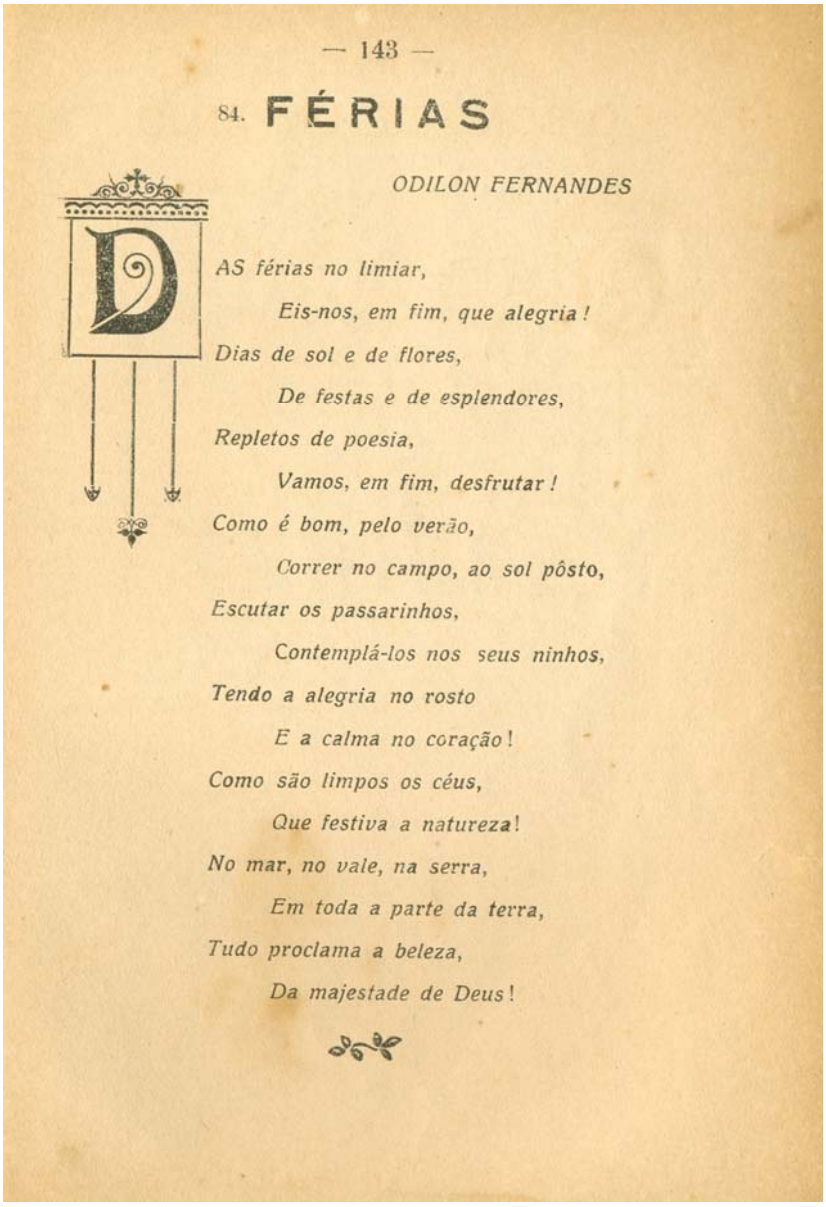
Eis os nomes que assinalam
Minha terra sempre em flor;
São tres nomes que me falam
De beleza, fé e amor.

Pindorama! és meu encanto!
Santa Cruz! és minha fé!
Oh! Brasil! eu te amo tanto,
Que por ti morrera até!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

Mas Deus não estava só na escola. As férias se aproximavam, e a mensagem de fé iria acompanhavam as crianças também pelos momentos livres à natureza:

Figura 52. Terceiro Livro, Série Fontes, 1939, p.143.



— 143 —

84. FÉRIAS

ODILON FERNANDES

DAS férias no limiar,
Eis-nos, em fim, que alegria!
Dias de sol e de flores,
De festas e de esplendores,
Repletos de poesia,
Vamos, em fim, desfrutar!
Como é bom, pelo verão,
Correr no campo, ao sol pôsto,
Escutar os passarinhos,
Contemplá-los nos seus ninhos,
Tendo a alegria no rosto
E a calma no coração!
Como são limpos os céus,
Que festiva a natureza!
No mar, no vale, na serra,
Em toda a parte da terra,
Tudo proclama a beleza,
Da majestade de Deus!

Fonte: Acervo da pesquisa "As lições dos grupos escolares", coordenada pela Profª Dra. Gladys M. G. Teive.

A mensagem que o poema, e o próprio organizador da série buscavam demonstrar é de que se precisava captar a divindade diluída em tudo. A religiosidade estaria presente em todo lugar, em qualquer tempo, em todos os conteúdos. Desse modo, Henrique Fontes soube agregar o valor religioso aos assuntos escolares, deixando pistas e evidências de suas crenças e convicções quanto à religiosidade no ensino.

Anne-Marie Chartier (2007, p.92), em estudo congênere, afirma que "a leitura visada deveria permitir a construção de uma cultura católica, o que significava dizer, ler e reler os textos religiosos necessários à vida cotidiana do cristão. Ela deveria desembocar igualmente em uma leitura socialmente útil".[23] Para a permanência do ensino religioso nas escolas públicas, a autora supõe mesmo que uma outra denominação: "instrução profana" (fora do templo), seria mais apropriada para chamar o que se estabelecia como "ensino laico"(idem, p.104). Nesta perspectiva, Bauberot, citado por Chartier (idem, p.26), declarava: "o ensino moral laico não é marcado de forma alguma por uma ruptura, de tipo darwinista ou materialista, com a instrução moral e religiosa que o precedeu". O autor, ao analisar o ensino laico em escolas francesas, nos ajuda a compreender a perspectiva ou retomada do ensino religioso nas escolas públicas em tempos de ensino laico.

Nos primeiros anos da vigência da Reforma Orestes Guimarães (1911-1919) e com a adoção da série graduada de leitura de Francisco Viana, os assuntos tratados nas escolas tinham o caráter laico assegurado. Entretanto, a partir da década de 1920, apesar de ainda vigorar a institucionalização do ensino laico, o ensino religioso antecipava[24] sua reentrada nas escolas públicas através da utilização da Série Graduada de Leitura, de autoria do professor/inspetor Henrique da Silva Fontes.

---

[23] Anne-Marie, na obra referenciada, estuda, entre outras questões pedagógicas, a evolução dos métodos de ensino e práticas escolares na Europa. Defende, portanto, que o modelo de trabalho escolar adotado ainda herdava tradições de práticas anteriores, como por exemplo, a religiosidade.

[24] O retorno do ensino religioso nas escolas públicas se dá a partir de 1935, quando adquire permissão para ser facultativo. Ver LUZ (2002).

FECHANDO O LIVRO - Considerações finais

No trabalho intitulado “Entre a cruz e a espada”, Alexandre Rosa Luz (2002) descreve o conflito de opinião e interesses que existia entre a Igreja Católica e os republicanos em torno da questão do ensino laico. Apoiando-se em discursos que eram publicados em jornais no início dos anos 1930, Luz revela uma manobra espetacular que a Igreja põe em prática para alcançar seus objetivos. Visando, não vitórias temporárias, mas permanentes, sabiam os católicos que a questão passava pela legislação do país. Foi desta maneira que a Igreja criou a Liga Eleitoral Católica - LEC, no início dos anos 30, uma organização que se constituía numa "espécie de federação ou aliança de partidos existentes no Brasil". Tal organização alertava que não deveria ser confundida e nem se aliar a nenhum partido, pois sua função era recomendar aos eleitores católicos os candidatos e os partidos que defendessem os dogmas católicos e que não se opusessem aos objetivos da Igreja.

A Igreja Católica buscava vencer duas batalhas: a primeira delas era eleitoral que, como consequência levava à segunda, que era legislativa. Para alcançar a sua meta, a Igreja colocava todo o seu aparato institucional a serviço da Liga Eleitoral Católica. Neste empreendimento, um decálogo foi publicado, onde exprimia dez reivindicações primordiais para a Igreja, e dentre as quais constava a incorporação legal, facultativa, do ensino religioso no currículo escolar.

Sendo o ensino religioso facultativo, alegavam, não contrariava a Constituição quanto ao ensino leigo, apenas estariam pondo em prática a liberdade de expressão para aqueles que desejassem que seus filhos recebessem um ensino de base religiosa.

Fato é que, com as diversas empreitadas que a Igreja havia lançado à sociedade, ora por meio da imprensa, ou na leitura durante as missas dos nomes dos candidatos ao pleito da Constituinte de 1934, ou ainda, afixando lista dos seus candidatos nas portas das igrejas, o resultado viria a se concretizar na eleição da maioria absoluta de católicos na Assembléia Nacional Constituinte.

Em virtude disso, a Igreja conseguiu a aprovação total do seu Decálogo, o qual integrou ao texto da Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 25 de agosto de 1935, no artigo 138, que diz no trecho:

> o ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios de confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirão matérias dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (Apud LUZ, Op. Cit., p.30)

Diante deste fato, pode-se afirmar que Série Fontes, cujo autor era católico fervoroso, já vinha, desde os anos 1920, cumprindo a sua missão perante a Igreja. O ensino oficial, instituído como laico, foi, pela Série Fontes, mais além dos saberes cívico-científicos. De forma sutil, em princípio, sem que disso fosse motivo para reclames de esferas republicanas mais radicais, Henrique Fontes, como ele mesmo declarava, adicionou a religiosidade em sua obra.

A ocupação de Henrique Fontes como diretor da instrução pública de Santa Catarina, bem como as suas boas relações políticas, favoreceu a retirada da série de Vianna e a adoção oficial de sua obra, sob a alegação de ordem econômica, de que livros mais baratos seriam acessíveis a todos. Ao lançar sua coleção, o autor estava atento às questões regimentares, que também precisavam ser alteradas. Os novos programas publicados em 1920 e 1928 demonstram detalhes como: a retirada da indicação de séries graduadas específicas, no Programa de 20; e a listagem dos livros a serem adotados, contendo a indicação da Série Fontes, no Programa de 28.

Mesmo se considerando um republicano e tendo compartilhado das idéias "modernas" do reformador Orestes Guimarães, Henrique da Silva Fontes não foi capaz de se tornar um defensor do ensino laico puro, colocando a fé cristã como fio condutor de seus livros de leitura. Para a Igreja Católica, o professor Fontes possivelmente representou peça-chave para a realização dos seus interesses ao nível estadual. A vitória da Igreja na década de 1930, com a retomada do ensino religioso nas escolas públicas, apenas confirmou aquilo que na prática já se efetivava nas escolas públicas catarinenses desde 1920. Não é sem razão, portanto, o fato da Série Fontes permanecer como leitura obrigatória nos grupos escolares e escolas isoladas catarinenses até os anos 1950. Nesse sentido, pode-se concluir que, independente da legislação vigente, a Igreja Católica, por meio de seus auxiliares, exercia influência na educação das crianças, independente de classe, haja vista a concepção de formação escolar que se tinha desde então: a criança escolarizada – instruída e educada, significava um adulto cidadão voltado àqueles

ensinamentos que recebera desde pequeno. Sem os conhecimentos cristãos, esta criança representava um grande risco à sociedade, pois sua moral não estaria bem fundamentada "em solo seguro". Somente com as crenças religiosas, com o apelo ao arrependimento, às recompensas e punições sociais, que viriam de Deus, é que se formaria uma moral firme, segura, praticamente inabalável. Para a Igreja, o Estado não tinha competência para esta "missão". Somente ela tinha o direito legítimo de conduzir "as almas" para o "bom caminho", já que a grande maioria da população se dizia católica. Mas, além das alegações católico-instrutivas, intui-se que, o que realmente estaria em jogo era a busca pelo poder, a hegemonia frente às demais religiões e crenças que existiam no Estado. Por isso, a Igreja Católica lutava para manter seu poderio e disseminar seus ensinamentos.

Quanto à formação do caráter, nos parece bastante emblemático o fato dos ex-alunos dos grupos escolares ainda lembrarem "de cor e salteado" das lições aprendidas nos quatro livros lidos nos anos 1920 e 1930[25]. Afinal, tal como afirma Thomaz Popkewitz, através do currículo, e neste caso, do livro de leitura, razão e individualidade são construídas. "Nos sistemas de linguagem são embutidos valores, prioridades e disposições que são elementos ativos na construção do mundo" (POPKEWITZ, Op. Cit., p.195). Na escola, diz o autor, através de seus instrumentos e dispositivos, focalizam-se processos sociais e psicológicos pelos quais os indivíduos adquirem disposições, sensibilidades e consciências. Portanto, pode-se afirmar que as lições da Série Fontes deixaram marcas nas subjetividades dos seus leitores, contribuindo para a formação e incorporação desses valores.

Diante destas colocações, pode-se apontar a eficácia dos conteúdos educativos (moral-cívico-religiosos) dos livros da Série Fontes devido a uma série de fatores: as leituras eram sempre mediadas pelo professor, que aprofundava com exemplos e explicações; os textos eram lidos por diversas vezes, tanto na escola como em casa, para cumprir tarefas, sendo assim, facilmente memorizados; as lições eram curtas, com linguagem fácil e acessível às crianças. Tudo isto somado à obrigatoriedade do estudo do

[25] Refiro-me aos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com ex-alunos e alunas dos primeiros grupos escolares catarinenses pela pesquisa já citada: "As lições dos grupos escolares: um estudo sobre a incorporação do método de ensino intuitivo na cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935)", coordenada pela Profª Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive, da qual participei como bolsista de iniciação científica.

livro de leitura em cada ano, sendo que, em muitas situações, o livro escolar representava o único material de leitura de que as crianças dispunham.

Quanto à reforma de Orestes Guimarães, a Série Fontes apresentava dois grandes desvios: os já comentados contornos religiosos de suas lições e o distanciamento dos pressupostos intuitivos, no que se refere à utilização de imagens nos textos escolares, as quais facilitariam a compreensão infantil[26], alicerçada na intuição, no ver, olhar, observar.

Diferentemente de Francisco Vianna, (autor da primeira série graduada após a reforma Orestes Guimarães), que escreveu inúmeras obras para crianças, Henrique Fontes escreveu apenas a Série Fontes[27] como obra infantil, ou melhor, escreveu apenas algumas lições sem expressar sua autoria, constituindo-se mais como um organizador da coleção. Não tendo experiência precedente em literatura infantil, Henrique Fontes se aventurou a elaborar a coleção, alegando as dificuldades financeiras das crianças catarinenses, e ao mesmo tempo, afastando-se sutilmente dos pressupostos da reforma orestiana. Tais conclusões só foram possíveis pelo cruzamento de fontes documentais aqui analisadas: os programas de ensino e regulamentos oficiais do período da reforma e suas modificações posteriores; os artigos de jornais que expressavam aquilo que se pensava a respeito do ensino laico e religioso; as próprias lições contidas na Série Fontes; os discursos e pareceres de políticos ao assumirem o comando do ensino público; enfim, os estudos afins e relacionados a esta temática.

Para finalizar, recorro à Marisa Lajolo (2005) quando diz que o livro "tem refolhos e avessos, silêncios e entrelinhas, que dão acesso a uma história que nem sempre coincide com a que se obtém quando se tenta construí-la a partir de leis, decretos, propostas legislativas e similares macro-componentes." Fala-se de escolhas, de intenções, de convicções de seus autores.....

---

[26] O Primeiro Livro da Série Fontes só receberá ilustrações após diversas edições. Nos demais livros as imagens são escassas ou ausentes, especialmente o Terceiro e Quarto livro.

[27] Normalmente seus escritos recebiam um cunho mais científico e historiográfico. Ver obras de Henrique Fontes no **Centenário do nascimento de Henrique da Silva Fontes. Aspectos da vida e obra.** Conselho Estadual da Cultura, Florianópolis, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Hamilton.(1966) Professor Henrique Fontes. In: HAYES FUNKE, Lewis. **In memoriam: Henrique da Silva Fontes**, p.42.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2.ed.Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Rui. (1886). **Primeiras lições de coisas – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores por N. A. Calhins.** Rio de Janeiro Imprensa Nacional.

BOTO, Carlota. (2005) **A escola do homem novo – entre o iluminismo e a Revolução Francesa** . 1.ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. (Encyclopaidéia)

BOURDIEU E CHARTIER (2001) A leitura: uma prática cultural. In: BOURDIEU, Pierre, BRESSON, François e CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura.** 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade.

CALDIN, Clarice Fortkamp.(2002) A **leitura como função pedagógica: o literário na escola.** Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 7, n. 1 Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:hrdzdMJXf_IJ:www.acbsc.org.br/revista/ojs/include/getdoc.php%3Fid%3D204%26article%3D69%26mode%3Dpdf+romance+liter%C3%A1rio+na+escola&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>, Acesso em jul/ 2007.

CAMPOS, Cid. (1927) In: 1ª. Conferência de ensino Primário. **Discursos**. Florianópolis-SC: Typ. Da Livraria Moderna.

Centenário do nascimento de Henrique da Silva Fontes. Aspectos da vida e obra. (1986) Conselho Estadual da Cultura, Florianópolis-SC.

CHARTIER, Anne-Marie (2007). **Práticas de leitura e escrita- História e atualidade.** Belo Horizonte, MG: Ceale/Autêntica.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. (1995) **Discursos sobre a leitura (1880-1980).** São Paulo: Ática.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean.(1995) **Discursos sobre a leitura** (1880-1980). São Paulo: Ática.

CHARTIER, Anne-Marie. (2002) **Um dispositivo sem autor – cadernos e fichários na escola primária.** Revista Brasielira História da educação. Sociedade Brasileira de História da educação – SBHE. Campinas/ SP. Autores associados. Jan-jun/2002. n.3.

CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel.(1995) **O livro: uma mudança de perspective.** In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos objetos, 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves.

CHARTIER, Roger. (2001) **Cultura escrita, literatura e História**. Porto Alegre: Artmed editora. Trad. Ernani Rosa.

CHARTIER, Roger. (2004) "Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros". In: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo. Editora Unesp.

CHOPIN, Alain (2002). **O historiador e o livro.** In: História da Educação/ ASPHE, n. 11 (abr/ 2002), Pelotas, Editora da UFPel.

CONSELHO ESTADUAL DA CULTURA (1986). **Centenário de Henrique da Silva Fontes.** Aspectos da vida e obra. Fpolis/ SC.

CORRÊA, Nereu. O Homem. In: **Centenário do nascimento de Henrique da Silva Fontes. Aspectos da vida e obra.** (1986). Conselho Estadual da Cultura, Florianópolis.

DALLABRIDA, Norberto. (2201) **A fabricação escolar das elites – O Ginásio Catarinense na Primeira República.** (UDESC) Fpolis/SC: Cidade Futura.

FARIA FILHO, Luciano Mendes.(2004) Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES (ORG.) **Maria Cristina. Educação, memória, história: possibilidades, leituras.** Mercado de letras.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. (1999) **O aparecimento do livro**. São Paulo. Unesp (Tradução Fulvia M. L. Moretto e Guacira M. Machado)

FIORI, Neide Almeida. (1991) **Aspectos da evolução do ensino público - ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano.** 2.ed. Fpolis/SC:UFESC editora.

FONTES, Henrique (1938). **Primeiro Livro de Leitura.** Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes)

____ (1945). **Primeiro Livro de Leitura.** Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes)

____ (1951). **Primeiro Livro de Leitura.** Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1920). **Segundo Livro de Leitura**. 1. ed. Typ. Livraria Cysne. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1922). **Segundo Livro de Leitura**. 1. ed. Typ. Livraria Cysne. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1945). **Segundo Livro de Leitura.** Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1939). **Terceiro Livro de Leitura**. Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1951). **Terceiro Livro de Leitura**. Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1940). **Terceiro Livro de Leitura**. Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes).

____ (1949). **Quarto Livro de Leitura**. Typ. Livraria Central. Florianópolis. (Série Fontes)

FREITAS, Marcos Cezar. (2003) História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org). **História social da infância no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Cortez.

GATTI JÚNIOR, Décio. (1997) **Livros didático, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações.** Revista História da Educação, n.2, v.1, set/1997. Pelotas/RS: Editora da UFel.

GONÇALVES, Irlen A. e FARIA FILHO, Luciano M. (2005) **"História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teóricos metodológicos".** In: SOUZA Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) A cultura escolar em debate. Campinas, São Paulo. Autores associados.

GUIMARÃES, Orestes – **Relatório do Colégio Municipal de Joinville**. 1907 a 1909.

____. **Parecer sobre a adoção das obras didáticas ao Excellentissimo Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos** – DD. Governador do Estado de Santa Catarina, 1911, Florianópolis, Typographia D'O Dia.

HAYES FUNKE, Lewis(1966). **In memoriam: Henrique da Silva Fontes,** Florianópolis/ SC. (Ed.?).

HÉBRARD, Jean. .(2002) Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História cultural In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Fapesp.

HÉBRARD, Jean. (2002) Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História cultural. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura.** São Paulo: FAPESP.

KONDER, Adolpho. (1927) In: 1ª. Conferência de ensino Primário. **Discursos**. Florianópolis-SC: Typ. Da Livraria Moderna.

Jornal **Blumeneur Zeitung,** 30 de dezembro de 1913.

Jornal de Joinville, Joinville, 18 de março de 1919.

Jornal **O Pharol**, Itajay, 29 de julho de 1914.

Jornal **O Pharol**, Itajay, 06 novembro de 1914.

LAJOLO, Marisa (2005). **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** 6. ed. São Paulo: Ática.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina.(2004) **Literatura infantil brasileira- História e histórias.** 6.ed. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos)

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar. Org. (2003) **História social da infância no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez.

LAJOLO, Marisa.(2002) Projeto memória de leitura: pressupostos e itinerários. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Fapesp (p.79-100)

LEAHY, Cyana. (1999) Leitura no final do século XIX – um caso de controle pedagógico. In: LYONS, Martyn e LEAHY, Cyana **. A palavra impressa – histórias da leitura no século XIX.** Rio de Janeiro: Casa da palavra. (p.89-113)

LUZ, Alexandre Rosa. (2002) **Entre a cruz e a espada. A Liga Eleitoral Católica e a Liga Catarinense Pró Estado Leigo no início da década de 1930 em Florianópolis.** Florianópolis. Monografia do Curso de História, UDESC.

MACIEL, Francisca I. P. e FRADE, Isabel C. A. S. (2003) , Cartilhas de alfabetização e nacionalismo. In: TAMBARA, Elomar e PERES, Eliane. **Livro escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX).** Pelotas/ RS. Seiva Publicações e FAPERGS.

MATOS, Felipe (2005). **Uma ilha de leitura - Notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros** (Florianópolis, 1830-1960). Monografia História UDESC. Fpolis/ SC

PÉCAUT, Daniel.(1990) **Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação.** Série temas. SãoPaulo: Ática. (p.14-96)

POPKEWITZ, Thomas. (1994) História do Currículo. Regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes (173-210).

PRATA, Marco Antonio. (2002) **Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia na Primeira República brasileira.** São Carlos: RiMa.

PREUSS, Mara Aguiar Souza. (1998) **A correspondência epistolar de Henrique da Silva Fontes.** Dissertação mestrado em Letras Literatura Brasileira e Teoria literária, UFSC, Florianópolis/ SC. Mar/1998.

RAMOS, Vidal José de Oliveira.(1911) **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia.

REIS FILHO, Casemiro dos (1995). **A educação e a ilusão liberal – as origens da escola pública paulista.** Campinas /SP. Autores Associados,. Coleção Memória da Educação.

RICHARD, Gustavo.(1906) **Mensagem ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia.

RUSSEFF, Ivan. (2003) A infância no Brasil pelos olhos de Monteiro Lobato. In: FREITAS, Marcos Cezar. Org. **História social da infância no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Cortez.

SANTA CATARINA - Programa dos grupos escolares e das escolas isoladas do Estado de Santa Catarina. Decreto nº 796 de 1914 – Joinville/SC: TYP Boehm.

SANTA CATARINA - Programa de ensino dos grupos escolares. Decreto nº 1.322 de 1920 – Florianópolis/SC: Imprensa Oficial.

SANTA CATARINA - Programa de ensino dos grupos escolares. 1928 – Florianópolis/SC:Imprensa Oficial

SANTA CATARINA - Regimento interno dos grupos escolares do Estado de Santa Catarina. Decreto nº795 de 1914 – Joinville/SC: TYP Boehm.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos (1997). **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950)**, Dissertação de Mestrado UFSC/ Florianópolis.

SEMANÁRIO A ÉPOCA, A reorganização do ensino. Florianópolis, 22 jan/1911.

____ Edificação escolar, 04 dez 1910.

____ Escola leiga, 19 jul 1915.

____ O ensino religioso nas escolas, 12 jun1915.

____ **O ensino religioso**, 24 jul 1915.

____ **Má escola**, 13 out 1917.

____ **Importancia da instrução III**, 28 fev 1920.

____ **A moral sem Deus,** 22 jan 1921.

SOUZA, Rosa Fátima de. (1998) **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910).** 1.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. (Prismas)

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni (2008). **Uma vez normalista, sempre normalista"– cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense: 1911-1935).** Florianópolis, SC: Insular.

UNGARETTI, Norberto.(1986) Henrique Fontes: Aspectos humanos. In: **Centenário do nascimento de Henrique da Silva Fontes. Aspectos da vida e obra.** Conselho Estadual da Cultura, Florianópolis.

VALDEZ, Diane. (2004). **Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866/1930).** Linhas – revista do programa de mestrado em educação e cultura.Volume 5, n.2, p.219-239. jul./dez. 2004. Florianópolis.

VENERA, José Isaías.(2007) **Tempo de ordem – a construção discursiva do homem útil**. Itajaí/SC. Univali editora.

VIANNA, Francisco F. Mendes. (1917) **Terceiro livro de leituras infantis**. 21ª. ed.. Rio de janeiro. Francisco Alves.

VIDAL, Diana Gonçalves (2002). Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Fapesp (p.335- 355).

VIDAL, Diana Gonçalves. (2005) **Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX).** Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção memória da educação)

VIEIRA, Carlos Eduardo. (2007) Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba- 1927) In: BENCOSTA, Marcus Levi Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez.

WORNICOV, Ruth (et.al.). (1986) **Criança, leitura, livro**. São Paulo. Nobel.